



Academia Militar

A Guarda Nacional Republicana e a *Guardia Civil*: Cooperação Policial na Vigilância da Fronteira Externa da União Europeia

**Autor: Aspirante de Infantaria da Guarda Nacional Republicana
Carlos Isidro Jesus Baptista**

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Tenente Coronel da GNR José Ricardo Gomes Rodrigues

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto de 2014



Academia Militar

A Guarda Nacional Republicana e a *Guardia Civil*: Cooperação Policial na Vigilância da Fronteira Externa da União Europeia

**Autor: Aspirante Infantaria da Guarda Nacional Republicana
Carlos Isidro Jesus Baptista**

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Tenente Coronel da GNR José Ricardo Gomes Rodrigues

Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada

Lisboa, agosto de 2014

Dedicatória

Aos Meus Pais, à Minha Irmã e ao Gonçalo.

Agradecimentos

A realização desta investigação implicou uma longa jornada, em grande medida individual e solitária, difícil de atingir sem a participação de um conjunto de pessoas e instituições, que, de forma direta e indireta, colaboram para a consecução do presente trabalho. Assim, quero deixar aqui o meu mais profundo e sincero agradecimento:

À Guarda Nacional Republicana, pelos cinco anos de formação que me proporcionou e pelo que investiu em mim, o qual saberei retribuir por via da aplicação desse conhecimento na minha futura fase profissional.

À *Guardia Civil*, particularmente à *Academia de Oficiales de la Guardia Civil*, pelas excelentes condições de acolhimento e mobilidade, o que me proporcionou desenvolver cabalmente a investigação em território espanhol.

Ao Professor Doutor José Fontes, meu orientador, pela disponibilidade manifestada em orientar este trabalho, pelos profícuos comentários e sugestões, pela exigência desafiadora com que me orientou, pelo permanente incentivo em alcançar os objetivos, que, em determinados momentos da investigação, se tornaram decisivos.

Ao Tenente Coronel José Rodrigues, meu coorientador, pela preciosa ajuda na delimitação do objeto de estudo, pela cedência de alguma bibliografia relevante para a temática em análise, pelos oportunos conselhos, que em muito facilitaram a investigação.

Ao Tenente Coronel Paulo Guerreiro, pela entrevistada facultada, pela acessibilidade e cordialidade demonstradas ao longo da visita ao sistema português de vigilância costeira, pelo esclarecimento de algumas dúvidas de cariz mais operacional que permitiram consolidar com a máxima amplitude o percurso prático da investigação.

Ao Tenente Coronel Luís Sequeira, pela entrevista cedida, pela possibilidade de consulta e de disponibilização de informação operacional, referente à cooperação policial desenvolvida pela Guarda Nacional Republicana e pela *Guardia Civil*.

Ao Tenente Coronel Pedro Moleirinho, Diretor dos cursos da Guarda Nacional Republicana na Academia Militar, e ao seu gabinete de trabalho, pela árdua conquista do meu estágio na *Academia de Oficiales de la Guardia Civil*, que em muito enriqueceu este trabalho, e sem o qual não permitiria a abrangência necessária para a plena compreensão do fenómeno em estudo.

Ao Major João Eufrázio, pela indicação do percurso investigatório, pelo constante apoio sempre sábio e paciente, relativamente às dúvidas que a pesquisa me ia colocando e aos problemas que tive de enfrentar nesta investigação.

Ao Capitão José Pereira, pela prestimosa colaboração na revisão do trabalho, pela sua preocupação sempre atenta e pronta em auxiliar o conterrâneo insular na consolidação da presente investigação.

Ao Tenente Nuno Marinho, pela sempre pronta disponibilidade e acessibilidade, pelos ensinamentos operacionais e a discussão de ideias que em muito me ajudaram a percorrer este caminho investigatório.

À técnica de turismo Isabel Ascenso, pela sua amizade e pelo apoio que me deu na fase de escrita deste trabalho, pela sua crucial ajuda na elaboração em língua espanhola dos instrumentos de recolha de informação, que permitiram agilizar eficientemente a parte prática da investigação.

Aos oficiais entrevistados da Guarda Nacional Republicana e da *Guardia Civil*, pela sua disponibilidade e paciência em dispensar do seu precioso tempo de trabalho, para partilharem comigo as suas perceções referentes à cooperação policial na vigilância das fronteiras marítimas.

Aos oficiais e aos alunos pertencentes à *Academia de Oficiales de la Guardia Civil*, pelo incessante apoio prestado ao longo da estadia nas suas instalações, pela sua inestimável ajuda personalizada nas inúmeras pesquisas efetuadas, assim como pelas valiosas indicações de como prosseguir a investigação em território espanhol.

Aos meus camaradas do XIX curso de oficiais, pelo apoio e amizade demonstrados ao longo destes cinco anos, em especial nesta fase de investigação.

A todos, mais uma vez, reitero o meu apreço e a minha eterna gratidão.

Epígrafe

“É muito melhor lançar-se em busca de conquistas grandiosas, mesmo expondo-se ao fracasso, do que alinhar-se com os pobres de espírito, que nem gozam muito nem sofrem muito, porque vivem numa penumbra cinzenta, onde não conhecem nem vitória, nem derrota.”

Theodore Roosevelt

Resumo

A supressão das fronteiras internas no espaço da UE conduziu à implementação de medidas compensatórias entre Estados-Membros, para reforçar as fronteiras externas. Na Península Ibérica, a cooperação policial entre a GNR e a *Guardia Civil* representa o corolário destas medidas. Essa cooperação traduz-se pela realização de patrulhamentos e operações conjuntas, destinadas a garantir a segurança das zonas de fronteiras marítimas comuns, de Portugal e de Espanha, e, conseqüentemente, fronteiras externas da UE.

Neste âmbito, esta investigação tem como objetivo geral analisar o contributo da cooperação policial da GNR e da *Guardia Civil* na vigilância das fronteiras marítimas. Assim, para melhor e operacionalizar a investigação, formulou-se uma questão de partida: “Qual o contributo da cooperação policial entre a GNR e a *Guardia Civil* para a melhoria da vigilância das fronteiras marítimas externas da UE?”. Para responder a esta questão, formularam-se questões derivadas, que, por sua vez, deram origem às hipóteses, constituindo-se num método hipotético-dedutivo.

Para a realização do estudo, procedeu-se a uma revisão da literatura, para uma análise teórica da temática. Seguidamente, surgiu a necessidade de um trabalho de campo, de modo a proceder a uma recolha de dados, com a utilização de instrumentos: as entrevistas e a grelha de observação direta do fenómeno. Posteriormente, apresenta-se e analisa-se a informação obtida, discutindo-se os resultados, de maneira a validar ou refutar as hipóteses levantadas no início da investigação.

A cooperação policial entre a GNR e a *Guardia Civil* passa pela participação ativa em projetos europeus, destinados a integrar os sistemas de vigilância dos Estados-Membros, de modo a obter um quadro situacional numa gestão integrada das fronteiras. A UE, ciente de que o desenvolvimento tecnológico é necessário para aumentar a segurança do seu espaço interno, promove igualmente projetos destinados a inovar os respetivos sistemas de vigilância. A GNR e a *Guardia Civil* participam ativamente nestes projetos para desenvolverem novos equipamentos de vigilância que atualizam e complementam os existentes, para uma vigilância mais profícua das fronteiras externas da UE.

Palavras-chave: Guarda Nacional Republicana; *Guardia Civil*; Fronteira Comum; Cooperação Policial; Vigilância de Fronteira.

Abstract

The abolition of internal borders within the EU space led to the implementation of compensatory measures between State Members to strengthen the external borders. In the Iberian Peninsula, the police cooperation between the GNR and the *Guardia Civil* represents the result of these measures. This cooperation is reflected through the accomplishment of patrols and joint operations, with the purpose of ensuring the safety of the areas within the maritime borders, which are common to Portugal and Spain, as they are external borders as well.

In this context, this research aims to analyse the contribution of the police cooperation between the GNR and the *Guardia Civil* in the border surveillance. Therefore, to operationalize the research in a better way, a departure question: "What is the contribution of police cooperation between the GNR and the *Guardia Civil* for the improvement of surveillance of maritime external borders of the EU?" was formed.

In order to obtain an answer to the question, several derived questions were made, which in turn, arose some hypotheses, making this a hypothetical-deductive method survey. For conducting of the study, a review of the literature was carried out as well as a theoretical analysis of the theme. Then, the need for a field work was arisen in order to carry out the collection of data, with the use of instruments such as: interviews and the grid of direct observation of the phenomenon. To respond to this question, diverted questions were formulated, leading to the creation of the hypotheses that characterize this essay as a deductive-hypothetical method survey.

The police cooperation between GNR and *Guardia Civil* goes from the active participation in European projects, when the systems of vigilance of the EU Members, in order to obtain a situational picture in the management of the frontiers meant to be integrated. The awareness of the technological development that is necessary to increase the security of his internal space promotes equal projects when the respective vigilance systems destined are aimed to be innovated. The GNR and the *Guardia Civil* participate actively in these projects to develop new surveillance equipment, update and complement the existent ones, aiming a more useful vigilance of the extern frontiers of the EU.

Keywords: Guarda Nacional Republicana; *Guardia Civil*; Common Frontier; Police Cooperation; Border Surveillance.

Índice geral

Dedicatória.....	i
Agradecimentos	ii
Epígrafe	iv
Resumo	v
Abstract.....	vi
Índice geral	vii
Índice de figuras	xi
Índice de quadros.....	xii
Índice de tabelas	xiv
Lista de apêndices e anexos.....	xvi
Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos	xvii
 Parte Introdutória	 1
Capítulo 1 – Introdução	1
1.1. Generalidades.....	1
1.2. Enquadramento da investigação	1
1.3. Justificação do tema.....	2
1.4. Definição dos objetivos	3
1.5. Questões de investigação	3
1.6. Metodologia	5
1.7. Enunciado da estrutura do trabalho.....	6
 Parte Teórica – Enquadramento Teórico.....	 7
Capítulo 2 – A cooperação policial na União Europeia	7
2.1. A integração europeia no desenvolvimento da cooperação policial	7
2.2. A cooperação policial transfronteiriça	11
2.3. A cooperação policial bilateral: Portugal e Espanha	12
2.4. A cooperação policial: Guarda Nacional Republicana e a <i>Guardia Civil</i>	13

Capítulo 3 – A vigilância da fronteira marítima externa da União Europeia	15
3.1. A evolução da gestão da fronteira externa.....	15
3.2. A Agência Europeia de Gestão da Cooperação Internacional nas Fronteiras Externas	16
3.3. O Sistema Europeu de Vigilância de Fronteiras	17
3.4. O desenvolvimento tecnológico na segurança das fronteiras	18
 Capítulo 4 – A vigilância da fronteira externa da Península Ibérica	 20
4.1. Na República Portuguesa.....	20
4.1.1. Enquadramento.....	20
4.1.2. Entidades competentes	21
4.1.3. O sistema português de vigilância costeira	22
4.2. No Reino de Espanha.....	23
4.2.1. Enquadramento.....	23
4.2.2. Entidades competentes	24
4.2.3. O sistema Espanhol de vigilância costeira	25
4.3. A integração dos sistemas de vigilância costeira de Portugal e Espanha	26
 Parte Prática – Trabalho de Campo	 27
Capítulo 5 – Metodologia e procedimentos	27
5.1. Generalidades.....	27
5.2. Método de abordagem do problema e justificação	28
5.3. Técnicas, procedimentos e meios utilizados	28
5.4. Local e data da pesquisa e da recolha de dados	29
5.5. Amostragem: composição e justificação	30
5.6. Descrição dos procedimentos de análise e recolha de dados	30
5.7. Descrição dos materiais e instrumentos utilizados	32
 Capítulo 6 – Apresentação dos resultados.....	 33
6.1. Entrevistas.....	33
6.2. Análise estatística	38
6.3. Resultados da observação direta	39
 Capítulo 7 – Análise e discussão dos resultados	 40

7.1. Entrevistas.....	40
7.2. Análise estatística	48
7.3. Resultados da observação direta	49
Parte Conclusiva	51
Capítulo 8 – Conclusões e recomendações	51
8.1. Verificação das hipóteses e respostas às questões derivadas.....	51
8.2. Reflexões finais e recomendações	54
8.3. Limitações da investigação	55
8.4. Recomendações e propostas de investigações futuras	55
Bibliografia.....	56
Glossário	65
Apêndices	
Apêndice A – Projetos de investigação e desenvolvimento:	
CLOSEYE, PERSEUS, SAGRES, NEREIDS e MARISS	1
Apêndice B – Sistema de Autoridade Marítima.....	5
Apêndice C – Lista dos entrevistados.....	6
Apêndice D – Carta de apresentação e guião de entrevista em português	7
Apêndice E – Carta de apresentação e guião de entrevista em espanhol	11
Apêndice F – Análise de resultados das entrevistas	
aos oficiais da Guarda Nacional Republicana	14
Apêndice G – Análise de resultados das entrevistas	
aos oficiais da <i>Guardia Civil</i>	27
Apêndice H – Codificação das respostas das entrevistas	37
Apêndice I – Grelha de Observação	41
Apêndice J – Apresentação quantitativa da frequência	
dos segmentos das categorias não tratadas no corpo do trabalho	42

Anexos

Anexo A – Partes do Memorando de cooperação entre a Guarda Nacional Republicana e a <i>Guardia Civil</i>	1
Anexo B – Documento oficial da <i>Guardia Civil</i> para a integração do SIVE - SIVICC.....	5
Anexo C – Organograma da Guarda Nacional Republicana	10
Anexo D – Organograma da <i>Guardia Civil</i>	11
Anexo E – Localização das Subunidades marítimas da Guarda Nacional Republicana e da <i>Guardia Civi</i> na zona de fronteira comum entre Portugal e Espanha.....	12

Índice de figuras

Corpo do trabalho

Figura n.º 1 – Patrulhamentos e operações conjuntas entre a GNR e a GC	38
Figura n.º 2 – Militares empenhados nos patrulhamentos e operações conjuntas	38
Figura n.º 3 – Resultados das operações não planeadas	39

Apêndices

Figura n.º 4 – Quadro institucional formado pelas entidades do Sistema de Autoridade Marítima	5
--	---

Anexos

Figura n.º 5 – Organograma da Guarda Nacional Republicana	10
Figura n.º 6 – Organograma da <i>Guardia Civil</i>	11
Figura n.º 7 – Organograma da <i>Jefatura Fiscal Y de Fronteras</i>	11
Figura n.º 8 – Localização das Subunidades marítimas da Guarda Nacional Republicana e da <i>Guardia Civil</i> na zona de fronteira comum entre Portugal e Espanha....	12

Índice de quadros

Corpo do trabalho

Quadro n.º 1 – Questões derivadas e respetivas hipóteses	4
Quadro n.º 2 – Resultados da observação direta	39

Apêndices

Quadro n.º 3 – Lista dos entrevistados	6
Quadro n.º 4 – Análise de resultados da questão B1	14
Quadro n.º 5 – Análise de resultados da questão B2	15
Quadro n.º 6 – Análise de resultados da questão B3	15
Quadro n.º 7 – Análise de resultados da questão B4	16
Quadro n.º 8 – Análise de resultados da questão B5	17
Quadro n.º 9 – Análise de resultados da questão C1	17
Quadro n.º 10 – Análise de resultados da questão C2	18
Quadro n.º 11 – Análise de resultados da questão D1	19
Quadro n.º 12 – Análise de resultados da questão D2	20
Quadro n.º 13 – Análise de resultados da questão E1	20
Quadro n.º 14 – Análise de resultados da questão E2	21
Quadro n.º 15 – Análise de resultados da questão F1	22
Quadro n.º 16 – Análise de resultados da questão F2	23
Quadro n.º 17 – Análise de resultados da questão G1	23
Quadro n.º 18 – Análise de resultados da questão G2	24
Quadro n.º 19 – Análise de resultados da questão H1	24
Quadro n.º 20 – Análise de resultados da questão H2	25
Quadro n.º 21 – Análise de resultados da questão I1	26
Quadro n.º 22 – Análise de resultados da questão B1	27
Quadro n.º 23 – Análise de resultados da questão B2	28

Quadro n.º 24 – Análise de resultados da questão B3	28
Quadro n.º 25 – Análise de resultados da questão B4	29
Quadro n.º 26 – Análise de resultados da questão B5	29
Quadro n.º 27 – Análise de resultados da questão C1	30
Quadro n.º 28 – Análise de resultados da questão C2	30
Quadro n.º 29 – Análise de resultados da questão D1	31
Quadro n.º 30 – Análise de resultados da questão D2	31
Quadro n.º 31 – Análise de resultados da questão E1	32
Quadro n.º 32 – Análise de resultados da questão E2	32
Quadro n.º 33 – Análise de resultados da questão F1	33
Quadro n.º 34 – Análise de resultados da questão F2	34
Quadro n.º 35 – Análise de resultados da questão G1	34
Quadro n.º 36 – Análise de resultados da questão G2	35
Quadro n.º 37 – Análise de resultados da questão H1	35
Quadro n.º 38 – Análise de resultados da questão H2	36
Quadro n.º 39 – Análise de resultados da questão I1	36
Quadro n.º 40 – Codificação alfanumérica das respostas à Questão B1, B2, B3, B4, B5.	37
Quadro n.º 41 – Codificação alfanumérica das respostas à Questão C1, C2.	38
Quadro n.º 42 – Codificação alfanumérica das respostas à Questão D1, D2.	38
Quadro n.º 43 – Codificação alfanumérica das respostas à Questão E1, E2.	39
Quadro n.º 44 – Codificação alfanumérica das respostas à Questão F1, F2.	39
Quadro n.º 45 – Codificação alfanumérica das respostas à Questão G1, G2.	39
Quadro n.º 46 – Codificação alfanumérica das respostas à Questão H1, H2.	40
Quadro n.º 47 – Codificação alfanumérica da resposta à Questão I1	40
Quadro n.º 48 – Grelha de Observação	41

Índice de tabelas

Corpo do trabalho

Tabela n.º 1 – Análise quantitativa da frequência	
dos segmentos das respostas à Questão B1.....	33
Tabela n.º 2 – Análise quantitativa da frequência	
dos segmentos das respostas à Questão B2.....	34
Tabela n.º 3 – Análise quantitativa da frequência	
dos segmentos das respostas à Questão B3.....	34
Tabela n.º 4 – Análise quantitativa da frequência	
dos segmentos das respostas à Questão B5.....	34
Tabela n.º 5 – Análise quantitativa da frequência	
dos segmentos das respostas à Questão C1.....	35
Tabela n.º 6 – Análise quantitativa da frequência	
dos segmentos das respostas à Questão D1	35
Tabela n.º 7 – Análise quantitativa da frequência	
dos segmentos das respostas à Questão E1	36
Tabela n.º 8 – Análise quantitativa da frequência	
dos segmentos das respostas à Questão F1	36
Tabela n.º 9 – Análise quantitativa da frequência	
dos segmentos das respostas à Questão F2	37
Tabela n.º 10 – Análise quantitativa da frequência	
dos segmentos das respostas à Questão H1	37
Tabela n.º 11 – Análise quantitativa da frequência	
dos segmentos das respostas à Questão I1.....	38

Apêndices

Tabela n.º 12 – Análise quantitativa da frequência	
dos segmentos das respostas à Questão B4	42

Tabela n.º 13 – Análise quantitativa da frequência	
dos segmentos das respostas à Questão C2	42
Tabela n.º 14 – Análise quantitativa da frequência	
dos segmentos das respostas à Questão D2	43
Tabela n.º 15 – Análise quantitativa da frequência	
dos segmentos das respostas à Questão E2	43
Tabela n.º 16 – Análise quantitativa da frequência	
dos segmentos das respostas à Questão G1	43
Tabela n.º 17 – Análise quantitativa da frequência	
dos segmentos das respostas à Questão G2	44
Tabela n.º 18 – Análise quantitativa da frequência	
dos segmentos das respostas à Questão H2	44

Lista de apêndices e anexos

Apêndices

Apêndice A	Projetos de investigação e desenvolvimento: <i>CLOSEYE</i> , <i>PERSEUS</i> , <i>SAGRES</i> , <i>NEREIDS</i> e <i>MARISS</i>
Apêndice B	Sistema de Autoridade Marítima
Apêndice C	Lista dos entrevistados
Apêndice D	Carta de apresentação e guião de entrevista em português
Apêndice E	Carta de apresentação e guião de entrevista em espanhol
Apêndice F	Análise de resultados das entrevistas aos oficiais da Guarda Nacional Republicana
Apêndice G	Análise de resultados das entrevistas aos oficiais da <i>Guardia Civil</i>
Apêndice H	Codificação das respostas das entrevistas
Apêndice I	Grelha de observação direta
Apêndice J	Apresentação quantitativa da frequência dos segmentos das categorias não tratadas no corpo do trabalho

Anexos

Anexo A	Partes do Memorando de cooperação entre a Guarda Nacional Republicana e a <i>Guardia Civil</i>
Anexo B	Documento oficial da <i>Guardia Civil</i> para a integração do SIVE - SIVICC
Anexo C	Organograma da Guarda Nacional Republicana
Anexo D	Organograma da <i>Guardia Civil</i>
Anexo E	Localização das Subunidades marítimas da Guarda Nacional Republicana e da <i>Guardia Civil</i> na zona de fronteira comum entre Portugal e Espanha

Lista de abreviaturas, siglas e acrónimos

AIS	<i>Automatic Identification System</i>
AM	Academia Militar
AOGC	<i>Academia de Oficiales de la Guardia Civil</i>
APA	<i>American Psychological Association</i>
Art.º	Artigo
CAAS	Convenção de Aplicação do Acordo Schengen
CCCN	Centro de Comando e Controlo Nacional
CCCO	Centro de Comando e Controlo Operacional
CCCR	Centro de Comando e Controlo Regional
CCPA	Centros de Cooperação Policial e Aduaneira
CE	Comunidade Europeia
CECORVIGMAR	<i>Centro de Coordinación para la Vigilancia Marítima de Costas y Fronteras</i>
CEE	Comunidade Económica Europeia
CEP	Comissão Europeia em Portugal
AEP	Academia Europeia de Policia
Cf.	Conforme
CISE	<i>Common Information Sharing Environment</i>
CJAI	Cooperação de Justiça e Assuntos Internos
CLOSEYE	<i>Collaborative Evaluation Of border Surveillance technologies in maritime Environment bY preoperational validation of innovativE solutions</i>
COP	<i>Common Operational Picture</i>
DGAI	Direção Geral de Administração Interna
DGGC	<i>Dirección General de la Guardia Civil</i>
EG	Escola da Guarda
EM	Estados-Membros
EPN	<i>European Patrol Network</i>

EUROGENDFOR	Força Europeia de Gendarmarie
EUROJUST	Unidade Europeia de Cooperação Judiciária
EUROPOL	Serviço Europeu de Polícia
EUROSUR	Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras
FP7	Sétimo Programa-Quadro
FRONTEX	Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia
GC	<i>Guardia Civil</i>
GNR	Guarda Nacional Republicana
H	Hipótese (s)
IESM	Instituto de Estudos Superiores Militares
INTERPOL	Organização Internacional de Polícia Criminal
JAÍ	Justiça e Assuntos Internos
JFF	<i>Jefatura Fiscal y de Fronteras</i>
km	Quilómetros
MARISS	<i>Maritime Security Services</i>
NCC	Centros Nacionais de Coordenação
NEP	Norma de Execução Permanente
NEREIDS	<i>New Concepts in Maritime Surveillance for Consolidating Operational Developments</i>
ONP	Operação Não Planeada
PCSD	Política Comum de Segurança e Defesa
PERSEUS	<i>Protection of European seas and borders through the intelligent use of surveillance</i>
PESC	Política Externa e de Segurança Comum
PESD	Política Europeia de Segurança e Defesa
PO	Postos de Observação
QD	Questão (ões) Derivada (s)
RASI	Relatório Anual da Segurança Interna
RCM	Resolução do Conselho de Ministros
RGC	<i>Revista da Guardia Civil</i>
SAGRES	<i>Services Activations for Growing Eurosur's Success</i>
SAR	<i>Satellite Aperture Radar</i>

SDCC	Subdestacamento de Controlo Costeiro
SIG-SIRESP	Sistema de Informação Geográfica - Sistema Integrado de Redes e Emergência de Segurança de Portugal
SIRDEE	<i>Sistema de radiocomunicaciones Digitales de Emergencia del Estado</i>
SIRESP	Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal
SIVE	Sistema Integrado de Vigilância Exterior
SIVICC	Sistema Integrado de Vigilância, Comando Controlo
SMGC	<i>Servicio Marítimo de la Guardia Civil</i>
SOIRP	Seção de Operações, Informações e Relações Públicas
TFUE	Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia
TREVI	Terrorismo, Radicalismo, Extremismo e Violência Internacional
TUE	Tratado da União Europeia
UCC	Unidade de Controlo Costeiro
UE	União Europeia
VTs	<i>Vessel Traffic System</i>

Parte Introdutória

Capítulo 1

Introdução

1.1. Generalidades

O Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada surge no âmbito da estrutura curricular dos cursos da Academia Militar (AM), traduzindo-se no culminar de um longo ciclo de formação dos futuros oficiais da Guarda Nacional Republicana (GNR). O presente relatório tem como objetivo desenvolver capacidades de investigação no domínio das Ciências Sociais aos alunos Tirocinantes, permitindo deste modo a obtenção do grau académico de mestre em Ciências Militares, na especialidade de Segurança.

Com a realização deste trabalho pretende-se investigar a atividade operacional desenvolvida pela GNR e a *Guardia Civil* (GC) no domínio marítimo, sendo esta temática de grande interesse institucional pela sua importância na atividade diária desenvolvida no patrulhamento das zonas de fronteira comum de Portugal e de Espanha. Desta forma, surge o presente estudo, subordinado ao tema “A Guarda Nacional Republicana e a *Guardia Civil*: Cooperação Policial na Vigilância da Fronteira Externa da União Europeia”.

1.2. Enquadramento da investigação

Os mares europeus estão associados ao bem-estar das suas populações, à sua segurança e ainda ao seu progresso, pois são uma fonte de prosperidade para a União Europeia (UE), atendendo a que cerca de 90% do seu comércio externo e 40% do seu comércio interno são efetuados por via marítima (Ashton, 2014). Além destas trocas comerciais, a segurança dos seus mares reveste-se de primordial importância, dado que é a principal fronteira externa do espaço europeu. Por conseguinte, o Parlamento Europeu e o Conselho (2013) implementaram medidas para reforçar a segurança das suas fronteiras marítimas externas, nomeadamente a integração dos sistemas de vigilância costeiros, com o intuito de fazer mais e melhor com menos recursos. Esta integração exige um reforço da cooperação entre todos os Estados-Membros (EM), em virtude da partilha de objetivos comuns, suscetíveis de serem alcançados com a colaboração de todos.

É neste âmbito que Portugal e Espanha, inseridos num espaço de livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais, colaboram para manter um nível de segurança elevado no interior deste espaço europeu, nomeadamente com uma cooperação policial reforçada no domínio marítimo, de modo a garantir cabalmente a vigilância das suas fronteiras marítimas, que correspondem às fronteiras externas da UE. Assim, respetivamente a GNR e a GC, como instituições responsáveis por gerir e operar os sistemas de vigilância das fronteiras marítimas nacionais, desenvolvem na sua atividade operacional uma cooperação policial, cujos objetivos são prevenir e reprimir a criminalidade que prolifera nos mares e oceanos, de maneira a proporcionar aos cidadãos um espaço de liberdade, de segurança e de justiça.

Enunciado o conceito da investigação, é necessária uma delimitação do objeto a tratar. Por conseguinte, tendo em conta que para a segurança marítima de um Estado costeiro concorre toda a vigilância marítima, nomeadamente aquela que ultrapassa o mar territorial e se prolonga pela zona de interesse, optou-se por cingir o presente trabalho à vigilância das fronteiras marítimas externas, ou seja, aquela exercida na linha de costa.

1.3. Justificação do tema

A escolha deste tema prende-se com o facto de contribuir para o pleno conhecimento das atribuições da GNR, mais concretamente a Unidade de Controlo Costeiro (UCC), pois esta é umas das estruturas nacionais com competência para a vigilância das fronteiras marítimas, que requer na sua atividade operacional uma estreita cooperação policial com a sua congénere homóloga, a GC. A este propósito, é necessário compreender como se desenvolve, quais as dificuldades existentes, quais as ferramentas facilitadoras dessa cooperação policial, de maneira a maximizar a vigilância das fronteiras marítimas externas da UE.

Surge igualmente a necessidade de analisar as medidas implementadas pela UE para a integração dos sistemas de vigilância das fronteiras marítimas externas dos EM, assim como investigar os projetos financiados a nível europeu para inovação e desenvolvimento desses sistemas. Desta forma, a temática em estudo reveste-se de uma especial importância, pois estes projetos fomentam o desenvolvimento das capacidades operacionais da GNR e da GC, que naturalmente potenciam uma maior eficiência na segurança das fronteiras marítimas. Assim, esta simbiose de temáticas torna-se aliciante para o investigador pela sua pertinência na busca de uma melhor cooperação policial, bem

como na procura de novas ferramentas que contribuam para a cabal vigilância das fronteiras marítimas.

1.4. Definição dos objetivos

O presente trabalho tem como objetivo geral¹ verificar o contributo da cooperação policial existente entre a GNR e a GC na vigilância das fronteiras marítimas externas da UE. Para alcançar este desiderato, o objetivo geral é dividido em três objetivos específicos, que, segundo Sousa e Baptista (2011, p.26) “permitem o acesso gradual e progressivo aos resultados finais”. Nesta perspetiva, surgem como objetivos específicos: a análise da cooperação policial desenvolvida na atividade operacional da GNR e da GC, no intuito de compreender como se desenvolve na sua missão diária; o estudo da vigilância das fronteiras marítimas externas da UE, de maneira a investigar os mecanismos criados a nível da União, para reforçar a segurança das suas fronteiras externas; e ainda a análise dos sistemas de vigilâncias das fronteiras marítimas da Península Ibérica, de modo a averiguar o funcionamento destes sistemas de segurança costeira.

Assim, o estudo desde fenómeno carece de uma abordagem mais abrangente, atendendo a que esta realidade se constitui como finalidade da UE, ou seja, integração de sistemas de vigilância dos EM, para uma consequente gestão das suas fronteiras externas.

1.5. Questões de investigação

Ao iniciar uma investigação, é necessário formular uma questão de partida, sugerindo mesmo Quivy e Campenhoudt (2008) a adoção desta fórmula, que a experiência revelou ser muito eficaz, para atingir os objetivos da investigação. Para Fortin (2009, p.51) “uma questão de investigação é um interrogativo claro e não equívoco que precisa os conceitos-chave, especifica a população alvo e sugere uma investigação empírica”. Na presente investigação é formulada a seguinte questão de partida: **“Qual o contributo da cooperação policial entre a GNR e a GC para a melhoria da vigilância das fronteiras marítimas externas da UE?”**. Deste modo, segundo Sousa e Baptista (2011, p.27) com base nesta pergunta de partida é “necessário formular as perguntas de investigação, ou seja, quais são as perguntas básicas a que se pretende dar resposta no decorrer da investigação”. Por conseguinte, surgem as Questões Derivadas (QD) nesta investigação, assim como são

¹ De acordo com Sousa e Baptista (2011) é a principal intenção que se quer alcançar na investigação.

levantadas as hipóteses de investigação (H)² por forma a dar respostas a essas mesmas questões, conforme patenteado no Quadro n.º 1.

Quadro n.º 1 – Questões derivadas e respetivas hipóteses

Questões Derivadas	Hipóteses
QD1 - Como se caracteriza a cooperação policial desenvolvida na atividade operacional?	H1: Pela realização de patrulhamentos e operações conjuntas entre a GNR e a GC em zona de fronteira marítima comum. H2: Pela existência de um intercâmbio de informações entre a GNR e a GC na vigilância das fronteiras marítimas comuns. H3: Por uma maior eficácia e eficiência operacional na vigilância das fronteiras marítimas comuns.
QD2 - Quais os principais constrangimentos associados à cooperação policial?	H4: As embarcações utilizadas na vigilância das fronteiras marítimas comuns não são suficientes para a cooperação policial existente entre a GNR e a GC. H5: Os meios de comunicação das embarcações da GNR e da GC não permitem uma ligação direta entre mesmas.
QD3 - Quais os fatores facilitadores da cooperação policial?	H6: Os normativos legais da UE, referentes à cooperação policial transfronteiriça em matéria policial e aduaneira, fomentam a atividade operacional. H7: Os oficiais de ligação da GNR e da GC, presentes no respetivo Comando Geral e na <i>Dirección General</i> , simplificam a cooperação policial.
QD4 - De que forma a cooperação policial influencia o desenvolvimento tecnológico das ferramentas de vigilância das fronteiras marítimas externas da União Europeia?	H8: A participação ativa da GNR e da GC em projetos de inovação e integração da vigilância das fronteiras marítimas da UE. H9: A GNR e a GC, de acordo com a sua experiência, identificam, avaliam e validam as novas ferramentas tecnológicas para a vigilância das fronteiras marítimas da UE.
QD5 - Quais as capacidades operacionais que a GNR e a GC desenvolvem com a evolução tecnológica da vigilância das fronteiras externas da União Europeia?	H10: O desenvolvimento tecnológico possibilita à GNR e à GC integrar e complementar os seus sistemas de vigilância. H11: A GNR e GC, com o desenvolvimento tecnológico, conseguem aumentar a sua capacidade de reação, com a deteção de ameaças a uma maior distância.
QD6 - Quais as vantagens da ligação dos sistemas de vigilância costeira, SIVICC e SIVE?	H12: A ligação permite uma maior eficácia na vigilância das zonas de fronteira comum, pois combate a criminalidade que aproveita a vulnerabilidade destas zonas, para desenvolver as suas atividades ilícitas. H13: A ligação possibilita uma partilha de informação, em tempo real, que conduz a uma vigilância ininterrupta nas zonas de fronteira comum.

Considerando o exposto, Fortin (2009, p. 102) considera que “a formulação de uma hipótese implica a verificação de uma teoria ou, mais precisamente, das suas proposições”, de modo a expandir o conhecimento com a refutação ou confirmação destas suposições.

² Para Freixo (2011, p. 169,170) uma “hipótese constitui uma expectativa sobre acontecimentos, baseada nas generalizações (...). As hipóteses são abstractas e estão relacionadas com as teorias e os conceitos, enquanto as observações que se utilizam para testar essas hipóteses são específicas e baseadas em factos”.

Assim, no final do presente trabalho, as hipóteses referentes à temática em análise serão confirmadas ou infirmadas.

1.6. Metodologia

A redação da investigação segue as orientações emanadas pela AM, através da sua Norma de Execução Permanente (NEP) n.º 520 da Direção de Ensino, de 1 de junho de 2013, seguindo, nas partes omissas, as normas *American Psychological Association* (APA), 6.ª edição, por remissão do ponto 4.a. do Anexo F da referida NEP.

O processo de investigação assenta no método científico, que, segundo Freixo (2011, p.76), se traduz “em estudar um fenómeno da maneira mais racional possível, de modo a evitar enganos, procurando sempre evidências e provas para as ideias, conclusões e afirmações”. Fortin (2009, p. 17) enfatiza que “este método de aquisição é dotado de um poder descritivo e explicativo dos factos, dos acontecimentos e dos fenómenos”.

Neste sentido, a primeira parte da investigação cingiu-se a uma pesquisa documental em fontes primárias, designadamente com a análise de livros, artigos científicos, legislação e regulamentos internos da GNR, ou seja, uma análise teórica da cooperação policial existente entre a GNR e a GC na vigilância e segurança das fronteiras marítimas externas da UE.

Na segunda parte, de forma a sustentar a investigação, realizou-se um trabalho de campo, com entrevistas semidiretivas no intuito de recolher a experiência e os conhecimentos dos responsáveis institucionais pela atividade da GNR e da GC no domínio marítimo; bem como aos comandantes operacionais das Unidades em zonas de fronteira comum entre Portugal e Espanha, permitindo compreender cabalmente o fenómeno em estudo. Na realidade, segundo Freixo (2011, p.76) existe “uma interação contínua entre a experiência e a teoria, isto é, com base na experiência estabelece-se, complementa-se e reformula-se a teoria, e com base na teoria capta-se a experiência e a realidade”. Na sequência de um estágio na *Academia de Oficiales de la Guardia Civil* (AOGC), foram realizadas entrevistas: ao comandante interino do *Servicio Marítimo de la Guardia Civil* (doravante SMGC); aos responsáveis pelo desenvolvimento tecnológico das ferramentas de vigilância das fronteiras marítimas; e aos comandantes dos SMGC em zonas de fronteira com Portugal. Procedeu-se igualmente a uma recolha de informação na *Dirección General de la Guardia Civil* (DGGC) pelo método de observação direta ao *Centro de Coordinación para la Vigilancia Marítima de Costas y Fronteras* (CECORVIGMAR).

Além disso, procedeu-se a uma análise da organização da GC, através de pesquisa documental de legislação, livros, doutrina e teses no âmbito da cooperação transfronteiriça em matéria policial.

Nesta perspetiva, o trabalho de campo permitiu agilizar uma componente teórica, com a experiência vivenciada diariamente pelos entrevistados na sua atividade operacional, quer seja na parte portuguesa, quer na parte espanhola. Deste modo, com a informação recolhida na parte teórica e complementada na parte prática, foram apresentadas respostas às questões derivadas, que levaram ao cumprimento dos objetivos específicos, tendo culminado com a resposta à pergunta de partida, e, consequentemente, tendo sido alcançado o objetivo geral da investigação.

1.7. Enunciado da estrutura do trabalho

A estrutura do trabalho corresponde a oito capítulos, divididos por quatro partes. A primeira parte, a introdutória, insere o primeiro capítulo da introdução, com o objetivo de enquadrar a investigação, justificar a sua pertinência e delinear os objetivos do trabalho.

A segunda parte, a teórica, introduz: o capítulo segundo, para o início de uma abordagem teórica da temática, onde é analisada a integração europeia no consequente fenómeno da cooperação policial entre os EM; o capítulo terceiro, com uma abordagem à evolução e à atual vigilância das fronteiras marítimas externas da UE; e ainda, o capítulo quarto, que apresenta o enquadramento e um entendimento da organização da vigilância das fronteiras marítimas da externas a Península Ibérica.

A terceira parte, a prática, insere: o capítulo quinto, que expõe a metodologia e os procedimentos adotados pelo investigador para analisar a informação obtida ao longo da investigação; no capítulo sexto, foram apresentados os dados recolhidos no trabalho de campo, respeitantes às entrevistas, à análise estatística e ainda à observação direta do fenómeno em estudo; por último, no capítulo sétimo, foram analisados e discutidos os resultados obtidos, de modo a relacionar todos estes dados com a parte teórica.

Por fim, na quarta parte, a conclusiva, que insere o capítulo oitavo, foram formuladas as conclusões e recomendações da investigação. Assim, procedeu-se à confirmação ou refutação das hipóteses, de modo a responder às questões derivadas, que permitiram responder à pergunta de partida e alcançar o objetivo geral do trabalho.

Parte Teórica – Enquadramento Teórico

Capítulo 2

A cooperação policial na União Europeia

2.1. A integração europeia no desenvolvimento da cooperação policial

O século XX foi especialmente traumatizante para o continente europeu, pois a entrada em duas guerras mundiais abala profundamente o sentimento de integridade das populações, com lutas sangrentas entre países vizinhos. Efetivamente, Rento (2011, p.35) refere: “desde o fim da II Guerra Mundial que a segurança está no epicentro do fenómeno da integração europeia” com a criação de organizações destinadas a promover a coesão entre os povos e assegurar a tão desejada paz duradoura.

Assim, ainda segundo Rento (2011), são dados os primeiros passos na criação de políticas de cooperação entre Estados europeus, nomeadamente o Tratado de Bruxelas, assinado em 1948; e o surgimento da União Ocidental, que, por protocolo assinado em 1954, viria a transforma-se na União da Europa Ocidental. Contudo, é o Tratado de Paris, assinado em 1951, que instituiu a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, o primeiro esforço para o longo e gradual percurso de integração do espaço europeu.

Em 1957, é instituída, pelo Tratado de Roma, a Comunidade Económica Europeia (CEE), centrada apenas na cooperação económica, não fazendo “qualquer referência à segurança e à defesa tal como não o fazem a outros aspectos passíveis de colidirem com o core tradicional das soberanias nacionais” (Pedroso, 2012, p.66). Com o desenvolvimento da cooperação económica, surgem apenas políticas de instituição de um mercado comum. Para Sousa (2005, p.102), toma-se consciência de que estas políticas “potenciavam fenómenos de criminalidade transnacional e que a eficiência da sua prevenção e repressão não se compadecia com soluções limitadas ao espaço nacional” mas sim com uma abordagem intergovernamental e à margem de um quadro institucional das Comunidades.

Nesta perspetiva, para Pedroso (2012, p.66), “no que se refere, especificamente à segurança interna e à cooperação policial, o marco mais relevante ocorreu em 1976, com o surgimento do chamado Grupo TREVI”, constituído por ministros, altos funcionários e

especialistas envolvidos na segurança. Sousa (2006) considera que este grupo surge para dar resposta às insuficiências e fragilidades manifestadas pela organização internacional de polícia criminal (INTERPOL) no domínio das novas ameaças com que se confrontavam os EM, nomeadamente o terrorismo com origem no Médio Oriente. Através do TREVI, foram desenvolvidas novas modalidades e programas de cooperação, particularmente com a criação de vários subgrupos especializados. Refere ainda Pedroso (2012, p.67) que “na sequência da assinatura do Acto Único Europeu³ (1986), foi criado o subgrupo TREVI 92, com o objectivo de avaliar o impacto da abertura das fronteiras e propor as adequadas soluções em matéria de segurança”, sendo também integrado neste ano dois novos Estados na CEE, Portugal e Espanha, que vêm dar uma nova geografia ao espaço comunitário.

Em 1990, a entrada em vigor da Convenção de Aplicação do Acordo Schengen⁴ (CAAS) vem representar um espaço no qual a livre circulação de pessoas é garantida. Os Estados signatários do acordo aboliram as fronteiras internas a favor de uma fronteira externa única, expondo a necessidade de adoção de medidas compensatórias, nomeadamente a implementação de mecanismos de cooperação policial, para suprimir as consequências diretas e indiretas desta liberdade (Sousa, 2005). Segundo Pedroso (2012, p.68), em matéria de cooperação policial no espaço Schengen, o subgrupo TREVI 92 tornou-se “o fórum privilegiado para a definição das medidas compensatórias da “abolição de fronteiras internas” que viriam a ser consagradas” com a aplicação do Acordo.

O Tratado de Maastricht, também conhecido pelo Tratado da União Europeia (TUE) de 1992, constituiu uma nova etapa na integração europeia, dado estar assente em três pilares, respetivamente, as Comunidades Europeias, a Política Externa e de Segurança Comum (PESC) e a Cooperação Policial e Judiciária em Matéria Penal (Pedra, 2010). Segundo Sousa (2005, p.103), o “legislador (...) dotou a cooperação informal existente desde os anos 70 nos domínios da justiça e assuntos internos de um quadro institucional e jurídico, criando assim o Terceiro Pilar” do TUE. Este objetivo de executar uma ação conjunta para proporcionar aos cidadãos um espaço de liberdade, segurança e justiça, representa inequivocamente um enorme avanço no processo de integração da UE. Em conformidade com o ponto 9 do artigo K.1 deste Tratado, é criado em 1995 o Serviço

³ No “Acto Único, em especial pela inserção do artigo 8º A, no Tratado CEE, foi definida a noção de mercado interno como um “espaço sem fronteiras internas”, fundado na livre circulação de pessoas, de bens e serviços e de capitais” (Pedroso, 2012, p.67).

⁴ O “primeiro Acordo de Schengen foi assinado no dia 14 de junho de 1985 entre a Bélgica, a Holanda, o Luxemburgo, a França e a Alemanha, tendo por base uma situação conjuntural particular, uma greve de zelo dos elementos das Alfândegas Italianas, que, em 1984, paralisou uma boa parte do tráfego rodoviário” (Sousa apud Montain, 2006, p.293).

Europeu de Polícia (EUROPOL), com o objetivo de prestar apoio às autoridades nacionais dos EM, responsáveis por aplicar a lei (Conselho, 1995). Gomes (2006, p.250) refere que a “EUROPOL tem por missão contribuir significativamente para a aplicação das leis da União Europeia no âmbito do combate à criminalidade organizada”, mais concretamente aquela que ultrapassa fronteiras.

O Tratado de Amesterdão em 1997, pelas palavras de Pedroso (2012, p.69) “viria a *comunitarizar* parte significativa das matérias constantes da CJAI nascida em Maastricht (política de vistos, asilo e imigração)”, procedendo a reformas profundas no plano da Justiça e Assuntos Internos (JAI). Conforme Sousa (2005, p.103), a “livre circulação de pessoas e mercadorias passou a constituir um direito fundamental de todos os nacionais dos Estados Membros (não apenas dos agentes económicos) no âmbito da cidadania da União”, o que naturalmente potenciou a mobilidade dos nacionais de países terceiros e dos agentes do crime dentro do espaço da UE. Também neste Tratado, é integrado o acervo de Schengen no direito da UE, estabelecendo assim um determinado número de obrigações aos EM, em matéria de cooperação policial nas suas fronteiras, a fim de compensar eventuais deficiências de segurança resultantes da supressão dos controlos nas fronteiras internas, conforme o *site* institucional da Direção Geral da Administração Interna (2014a). Assim, com a entrada em vigor deste Tratado em 1 de maio de 1999, alargou as possibilidades no domínio da JAI, desenvolvendo a cooperação policial e aduaneira e reforçando o quadro institucional que fortalece o processo de decisão neste domínio.

A entrada em vigor do Tratado de Nice em 2003 vem alterar os respetivos artigos 29º e 31º do TUE, permitindo a criação de uma Unidade Europeia de Cooperação Judiciária (EUROJUST), com o objetivo de melhorar a cooperação judiciária entre os EM, nomeadamente contra as formas graves de criminalidade frequentemente praticadas por organizações transnacionais, conforme estabelece a decisão do Conselho (2002). A criação da EUROJUST representa para Sousa *apud* Mota (2006, p.307), “a nível institucional, a definitiva ultrapassagem da lógica de cooperação policial horizontal entre os Estados-Membros, que se esgota em si mesma (...) e, a cooperação passa agora a servir a realização de uma justiça penal europeia”.

Em 2004, a cooperação policial é aprimorada com a criação da Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia (FRONTEX), destinada a promover, coordenar e desenvolver a gestão das fronteiras europeias. Para Martins (*apud* Guedes & Elias, 2013, p.9) a FRONTEX “promove um modelo europeu de segurança integrada de fronteiras que consiste não

apenas nos controlos fronteiriços mas também noutros papéis”, designadamente ações preventivas de patrulhamento terrestre e marítimo.

Entra em pleno funcionamento, em 2005, a Academia Europeia de Polícia⁵ (AEP), com o objetivo de incentivar a cooperação transfronteiriça na luta contra a criminalidade organizada e na manutenção da segurança pública no domínio do ensino e formação, conforme *site* institucional da CEPOL (2014). Refere Pedroso (2012, pag.83) que a agência se encontra “vocacionada para complementar a formação de quadros superiores de polícia e para aprofundar a formação específica exigida pelas missões colectivas de gestão civil de crises”.

A Força Europeia de Gendarmarie (EUROGENDFOR) criada em 2008 é outro avanço na cooperação policial. Para Pedra (2010, p.107) “trata-se de uma iniciativa com forças de segurança de natureza militar (...) que permite à União uma maior capacidade para conduzir operações de gestão de crises” tanto nos EM, como em países terceiros.

No seguimento da integração europeia, o Tratado da União Europeia é modificado pelo Tratado de Lisboa em 2009, passando a designar-se por Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia (TFUE). Para Hartmann (2014, p.2), este tratado “veio simplificar consideravelmente o quadro institucional: com a entrada em vigor do Tratado, as medidas relativas à cooperação policial são, na sua maioria, adotadas segundo o processo legislativo ordinário”; ou seja, é tomada a decisão por maioria qualificada com base em propostas da Comissão. Com o novo Tratado, a Política Europeia de Segurança e Defesa (PESD) passa a designar-se Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD). Enfatiza Pedra (2010, p.117) que “esta mudança revela um alcance político inovador, pois traduz uma manifestação formal de que os estados-membros têm objectivos e interesses comuns em matéria de segurança (...) que estão dispostos a incrementá-los em conjunto”. Deste modo, consegue-se fazer face a “formas graves de criminalidade (criminalidade organizada, tráfico de droga, tráfico de seres humanos) e a atividades terroristas” (Hartmann, 2014, p.1).

A UE adotou, no Conselho Europeu de 10 e 11 de dezembro de 2009, o designado Programa de Estocolmo⁶, que vem estabelecer no seu ponto 4.3.1. que a luta “contra formas de crime tipicamente transnacionais é o primeiro objetivo da cooperação policial”

⁵ A CEPOL foi criada por Decisão do Conselho, 2000/820/JAI, de 22 de Dezembro de 2000, contudo a falta de personalidade e capacidade jurídica foram identificadas como alguns dos obstáculos ao seu correto funcionamento, o que foi ultrapassado com a Decisão do Conselho, 2004/566/JAI.

⁶ Programa estratégico que define as prioridades políticas e o respetivo calendário de medidas que orientará a UE na área JAI no período 2010-2014.

sendo necessário colocar em evidência a “propagação da criminalidade transfronteiras, que têm um impacto significativo no quotidiano dos cidadãos”. Assim, a EUROPOL tem o dever de assumir um papel de charneira no intercâmbio de informações entre as autoridades policiais dos EM, de forma a melhorar a cooperação policial europeia. É também dada ênfase à necessidade de “promover, nomeadamente através de programas de financiamento, projectos-piloto de cooperação regional transfronteiras que incidam em actividades operacionais conjuntas e/ou avaliações de risco transfronteiras” (*Idem*).

Partindo do exposto, podemos verificar nos vários normativos o “conceito de cooperação policial europeia como a actuação combinada ou a assistência entre os Estados-Membros da União (...) que abrange a prevenção e o combate à criminalidade em geral, e, em particular a que, assumindo natureza transnacional” (Gomes, 2006, p.228), pode fragmentar os valores basilares da UE, ou seja, um espaço de liberdade, de segurança e de justiça.

2.2. A cooperação policial transfronteiriça

No âmbito transfronteiriço, a cooperação policial encontra-se intrinsecamente relacionada com os objetivos da cooperação policial na UE, tratando-se de uma forma particular de garantir a segurança das fronteiras internas entre os EM, assim como garantir a integridade das suas fronteiras externas, que naturalmente correspondem à delimitação das fronteiras externas da UE. Neste sentido, Sousa (2006) refere que têm sido lançados impulsos a nível da União para fomentar a cooperação policial transfronteiriça, nomeadamente com a CAAS em 1990, sendo introduzidas importantes exceções ao princípio da territorialidade em ação policial.

Por sua vez, Sousa (2005, p.103) afirma que a CAAS estabelece um “conjunto de medidas compensatórias das consequências diretas e indiretas que esta mesma liberdade tem para a segurança interna dos Estados-Membros” com a abolição dos controlos fronteiriços no interior deste espaço. Adianta Sousa (2006) que o conteúdo da CAAS em matéria de cooperação policial transfronteiriça pode ser dividido em partes distintas, designadamente: o art.º 39º, com disposições relativas à assistência entre os serviços de polícia, nomeadamente a obrigação de assistência mútua; o art.º 47º, com a troca de oficiais de ligação das forças de polícia; o art.º 40º, com disposições que permitem um melhor desempenho da ação policial, particularmente no que concerne ao direito a operações de vigilância transfronteiriça; o art.º 41º, com o direito de perseguição

transfronteiriça, aquando de uma perseguição resultante de um crime praticado em flagrante delito; e ainda, no que diz respeito às regiões transfronteiriças, os n.ºs 4 e 5 do artº 39º, que estabelecem que a cooperação policial pode ser regulada por convénios entre as partes com uma fronteira comum, sem prejuízo para o disposto na CAAS.

O TFUE, no seu art.º 67º, tipifica a necessidade de prosseguir com uma cooperação mais estreita entre as forças policiais, autoridades aduaneiras e outras autoridades competentes dos EM, tanto diretamente como através da EUROPOL. O Tratado prevê igualmente no art.º 89º a possibilidade de as autoridades policiais dos EM poderem intervir no território de outro EM, em articulação e de acordo com as autoridades desse Estado.

Por conseguinte, estes mecanismos de cooperação policial a nível transfronteiriço garantem que não existe prejuízo para a segurança interna dos EM, num espaço de livre circulação de pessoas e mercadorias sem controlos nas fronteiras internas.

2.3. A cooperação policial bilateral: Portugal e Espanha

A criminalidade transfronteiriça é fomentada pela supressão gradual dos controlos fronteiriços internos na UE, pois os criminosos aproveitam esta especial debilidade para incrementar novos fenómenos de criminalidade transnacional. Assim, os EM com zonas de fronteira comum desenvolvem relações bilaterais no intuito de prevenir e combater ações delituosas que proliferam nas suas fronteiras.

Neste âmbito, Portugal e Espanha (doravante Partes) estabeleceram vários convénios bilaterais, com o objetivo de incrementar uma maior cooperação policial nas suas zonas de fronteira comum. O reforço e o aumento desta cooperação entre os serviços incumbidos de missões policiais é fundamental para prevenir e combater a criminalidade transfronteiriça.

Assim, surge o primeiro Protocolo de Acordo sobre Cooperação Policial⁷ em 1992, destinado a criar grupos de trabalho compostos por responsáveis da Polícia Judiciária e dos serviços correspondentes espanhóis, para instituir mecanismos de partilha de informação no âmbito da criminalidade transnacional, sobretudo no que concerne ao tráfico de estupefacientes e tráfico de veículos. Em 1993, assina-se o Protocolo de Cooperação sobre a Fiscalização das Áreas Fronteiriças⁸, com o objetivo de instituir os patrulhamentos mistos em zonas de fronteiras consideradas mais críticas.

⁷ Cf. Decreto n.º 48/92, de 12 de dezembro.

⁸ Cf. Decreto n.º 6/93, de 26 de fevereiro.

Neste seguimento, e com base no n.º 4 do art.º 39º da CAAS, referente à realização de convénios entre as Partes, em 1994 é aprovado o Acordo relativo à Readmissão de Pessoas em Situação Irregular, com o objetivo de simplificar, num espírito de cooperação e numa base de reciprocidade, a readmissão de pessoas que tenham entrado ou permaneçam irregularmente nos seus territórios. Ainda em 1994, é celebrado um Acordo sobre Controlos Móveis, destinado a reprimir a imigração ilegal proveniente de países terceiros e outros tipos de delinquência.

Em 1998, surge o Acordo sobre a Criação de Postos Mistos de Fronteira⁹, com o propósito de consolidar os instrumentos de cooperação entre as autoridades de polícia dos dois países na luta contra qualquer forma de criminalidade, contribuindo assim para aumentar a segurança dos respetivos cidadãos. A evolução da cooperação policial transfronteiriça conduz à transformação destas infraestruturas em Centros de Cooperação Policial e Aduaneira (CCPA).

Em 1999, é aprovado o Acordo em matéria de Perseguição Transfronteiriça¹⁰, aplicado apenas a perseguições exercidas através das fronteiras terrestres comuns às Partes. Assim, os agentes competentes podem realizar perseguições até 50 km e em menos de 2 horas no território da outra Parte, desde que ela resulte de uma prática de crime em flagrante delito.

Podemos verificar que a cooperação policial transfronteiriça entre as Partes vem evoluindo consoante o avanço da integração europeia, dado que os normativos implementados a nível da UE incrementam uma maior cooperação operacional entre os EM com zonas de fronteira comum, permitindo assim contribuir para a aplicação de medidas compensatórias na prevenção e no combate à criminalidade transfronteiriça.

2.4. A cooperação policial: Guarda Nacional Republicana e a *Guardia Civil*

É facilmente perceptível que a constante integração europeia e os consequentes normativos nacionais em matéria de cooperação policial e aduaneira têm levado também a uma maior atividade operacional conjunta entre a GNR e a GC. Com efeito, a criação de Postos Mistos de Fronteira em 1998 é um marco fundamental na cooperação policial, pois permitiu uma cooperação direta entre as duas forças de segurança, que passam a estar instaladas “debaixo do mesmo teto”. De modo a ampliar a cooperação policial existente

⁹ Cf. Decreto n.º 5/98, de 17 de fevereiro.

¹⁰ Cf. Decreto n.º 48/99, de 30 de novembro.

nestes postos, é celebrado um acordo em 2005, com o objetivo de estabelecer os CCPA, tendo os mesmos entrado em funcionamento a 27 de janeiro de 2008, conforme o consagrado no Decreto n.º 13/2007 de 13 de junho. Com base nestes normativos legais, o Comandante-Geral da GNR e o Diretor-Geral da GC, cientes da importância de intensificar a cooperação existente na luta contra a criminalidade organizada transnacional, e conscientes da necessidade de reforçar o intercâmbio permanente de informações de modo a coordenar as suas ações contra estas ameaças, oficializaram um Memorando de Cooperação a 31 de março de 2009 (MC, 2009), presente no anexo A.

Por conseguinte, o MC (2009) teve por objeto estabelecer os eixos de cooperação entre a GNR e a GC, em especial nos domínios do intercâmbio de informações, atuações operacionais, formação e na gestão de pessoas e serviços. Assim, conforme o art.º 3º do MC (2009), as duas forças de segurança desenvolvem uma cooperação policial direta nas zonas transfronteiriças comuns entre ambos os países: através de um intercâmbio de agentes e funcionários; através da constituição de patrulhas mistas terrestres, marítimas ou aéreas; através da constituição de operações de controlos móveis; e ainda através de investigações conjuntas. Deste modo, o MC (2009) permitiu agilizar o funcionamento dos CCPA, assim como reforçar a coordenação terrestre na realização de patrulhamentos mistos e na realização de controlos móveis em zona de fronteira, com agentes de autoridade das duas forças de segurança.

No mar territorial, é aplicada de igual modo toda a jurisdição nacional, uma vez que este é parte integrante do território nacional, sendo para tal necessário efetuar um patrulhamento semelhante ao terrestre, mas naturalmente com o recurso a embarcações. Logo, na vigilância das fronteiras marítimas comuns, a GNR e a GC efetuam igualmente patrulhamentos conjuntos e mistos, realizando operações conjuntas e controlos móveis, de modo a garantir a segurança destas zonas críticas para a proliferação da criminalidade transfronteiriça.

Capítulo 3

A vigilância da fronteira marítima externa da União Europeia

3.1. A evolução da gestão da fronteira externa

A segurança das fronteiras externas da UE tem evoluído aceleradamente para uma política comum de gestão integrada, onde o sucessivo desenvolvimento de instrumentos e agências levam o espaço de liberdade, de segurança e de justiça da União a entrar num período de consolidação (Hartmann, 2014). Os primeiros anseios rumo a uma gestão integrada das fronteiras externas dos EM da UE foram manifestados no Conselho Europeu de Sevilha, de 21 e 22 de junho de 2002, com a aprovação do “Plano de gestão das fronteiras externas dos Estados-Membros da União Europeia”. Esta iniciativa permitiu aplicar medidas ativas para a realização de operações conjuntas nas fronteiras externas e o lançamento imediato de projetos-piloto abertos a todos os EM, para prosseguir em direção a uma perfeita integração dos diferentes setores das fronteiras externas da UE.

A Decisão da Comissão, de 27 de agosto de 2007, que aplica a Decisão nº 574/2007/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à aprovação de diretrizes estratégicas para o período 2007-2013, vem estabelecer um conjunto de prioridades a seguir para o estabelecimento gradual, de um concreto sistema comum de gestão das fronteiras, que, segundo Hartmann (2014), permite o desenvolvimento de uma confiança mútua entre os EM e entre as instituições da UE. Assim, a Comissão Europeia (2007) estabelece como uma das prioridades o aperfeiçoamento dos sistemas de vigilância marítima, atribuindo uma contribuição monetária para projetos que tenham como primazia a criação ou a modernização de um centro de coordenação nacional; que coordene ininterruptamente a atividade diária de todas as autoridades a nível nacional, responsáveis por missões de controlo de fronteiras externas, e que tenha a capacidade para trocar informações com centros nacionais de coordenação de outros EM, para, consequentemente, integrar esses sistemas num centro europeu de vigilância das fronteiras externas. Para Hartmann (2014), estes primeiros passos no sentido de uma gestão integrada das fronteiras externas levaram a melhorias tecnológicas na vigilância das fronteiras.

3.2. A Agência Europeia de Gestão da Cooperação Internacional nas Fronteiras Externas

A UE, um espaço de liberdade, de segurança e de justiça, exige uma cooperação entre todos os EM, no que se refere à aplicação de políticas comunitárias relacionadas com a proteção das fronteiras externas, por forma a fazer face a novas ameaças e riscos. É neste âmbito que o Regulamento (CE) n.º 2007/2004 do Conselho, de 26 de outubro de 2004, cria a FRONTEX, destinada a melhorar a gestão comunitária das fronteiras externas da UE. A evolução da realidade europeia, no que concerne a ameaças às fronteiras externas, leva a estabelecer o Regulamento (UE) n.º 1168/2011 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de outubro, que altera o anterior Regulamento, reforçando o mandato e os meios da Agência.

Conforme o Conselho (2011), a FRONTEX promove, coordena e desenvolve a cooperação operacional entre as autoridades competentes no controlo de fronteiras dos diferentes EM, no intuito de reforçar e dinamizar ações conjuntas em prol da segurança das fronteiras terrestres e marítimas. Assim, de acordo com *site* institucional da Direção Geral de Administração Interna [DGAI] (2014b), a agência coordena, implementa e avalia as operações conjuntas realizadas com homens e os meios dos EM, tendo também responsabilidade de criar um quadro situacional referente à análise de risco das fronteiras externas. Esta análise é o ponto de partida para as atividades que são desenvolvidas, a fim de maximizar a eficácia na prevenção da criminalidade transfronteiriça, particularmente o tráfico humano e o contrabando (DGAI, 2014b).

O *site* institucional da FRONTEX (2014) define, na sua anual análise de risco para 2014, a costa Sul do Mediterrâneo como o principal foco da imigração irregular, pois o estudo dos fluxos migratórios, bem como a proximidade com o Norte de África, antecipam a necessidade de desenvolver ações de prevenção, deteção e combate ao flagelo da criminalidade que prolifera com a imigração irregular. Consequentemente, para salvaguardar a vida daqueles que tentam atravessar a fronteira marítima e acabar com este martírio que tanto assola os europeus, são tomadas medidas ativas e passivas, respetivamente, o emprego de embarcações em missões de patrulhamento¹¹ e a especialização dos sistemas de vigilância das fronteiras marítimas dos EM da UE.

¹¹ Conforme a Comissão das Comunidades Europeias (2008), a FRONTEX iniciou em maio de 2007 a articulação e coordenação de uma Rede Europeia de Patrulhas Marítimas, ou seja, *European Patrol Network* (doravante EPN), cujo objetivo é reforçar e controlar a vigilância da fronteira Sul da UE, nomeadamente no combate à imigração irregular, com a realização de patrulhamentos marítimos entre os países a Sul da UE.

3.3. O Sistema Europeu de Vigilância de Fronteiras

A constante evolução das políticas de livre circulação na UE proporciona uma integração das fronteiras externas, por forma a salvaguardar a integridade dos seus cidadãos. Nesta perspetiva, o Regulamento (UE) n.º 1052/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro de 2013, cria o Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR). Para a GMV (2014), trata-se de estabelecer um mecanismo de cooperação e intercâmbio de informações que permita à FRONTEX e às autoridades dos EM encarregadas das tarefas de controlo das fronteiras colaborar no incremento da segurança interna na UE, pela prevenção de delitos nas suas fronteiras externas, terrestres e marítimas. Segundo o *site* da Comissão Europeia [CE] (2014), o EUROSUR será um importante contributo para salvar a vida das pessoas que procuram, correndo grandes riscos, atingir as costas europeias. Além disso, são facultados à UE e aos EM instrumentos mais adequados para combater a criminalidade transfronteiriça, como o tráfico de seres humanos ou o tráfico de droga e, simultaneamente, para detetar e prestar assistência às pequenas embarcações em dificuldades no mar.

De acordo com o Parlamento Europeu e o Conselho (2013) a criação do EUROSUR preenche diversos objetivos: permite a existência de quadros de situação nacionais, com uma abrangência transetorial das diversas autoridades nacionais com responsabilidades pela vigilância das fronteiras externas ao nível nacional; possibilita também o intercâmbio de informações e a cooperação operacional entre essas autoridades nacionais, de modo a melhorar o conhecimento da situação e das capacidades de resposta dos EM; promove e cria igualmente um quadro interoperacional entre os sistemas nacionais, os dos EM, e ainda os da FRONTEX, recorrendo em especial a um modelo de dados comum.

Ainda o Parlamento Europeu e o Conselho (2013) estabelece a criação efetiva do sistema a 2 de dezembro de 2013, com a entrada em vigor do regulamento. Nesse sentido, para a troca de informações e para a cooperação operacional no domínio da vigilância das fronteiras externas da UE, são criados e geridos os Centros Nacionais de Coordenação (doravante NCC) em cada EM, que coordenam e asseguram a troca de informações entre as autoridades competentes pela vigilância das fronteiras externas ao nível nacional, e igualmente com os restantes NCC dos EM e com a FRONTEX¹².

¹² OS NCC encontram-se ligados aos servidores da FRONTEX, por forma a criar um quadro situacional das fronteiras externas da UE, sendo esta uma ferramenta desenvolvida por iniciativa da Agência.

Segundo o *site* da CE (2014), o EUROSUR é introduzido inicialmente em 18 EM da UE, nas respetivas fronteiras externas meridionais e orientais, e na Noruega, país associado ao espaço *Schengen*. Os restantes 11 EM da UE e países associados ao espaço *Schengen* aderirão ao EUROSUR a partir de 1 de dezembro de 2014. Em Portugal, a GNR, mais especificamente a UCC, criou o NCC, tornando-se no ponto de contacto nacional com a EUROSUR, tendo que integrar toda a informação das diferentes autoridades às quais incumbam responsabilidades pela vigilância das fronteiras externas.

3.4. O desenvolvimento tecnológico na segurança das fronteiras

A segurança do espaço europeu é uma prerrogativa fortemente considerada na política orçamental da UE, fomentando constantes *inputs* aos institutos, às indústrias e ainda às autoridades nacionais, para o desenvolvimento e investigação tecnológicos das ferramentas de vigilância das fronteiras externas. De igual modo, é estimulada a cooperação entre EM, para o desenvolvimento de projetos de cooperação internacional em toda a UE; com o intuito de promover o progresso do conhecimento e da tecnologia, em prol dos desafios que a Europa enfrenta nas diferentes temáticas, quer sejam sociais, económicas, industriais e mesmo na área da segurança dos cidadãos europeus.

A este propósito, surge o *FP7*, que designa o Sétimo Programa-Quadro para a investigação e desenvolvimento tecnológico, tendo sido o principal instrumento da UE para financiar a investigação na Europa, entre os anos de 2007 e 2013 (Investigação e Inovação, 2006). A vertente da segurança, mais uma vez, não é esquecida neste programa, sendo considerada uma condição necessária à prosperidade e à liberdade, e onde se aborda a necessidade de uma estratégia de segurança abrangente; de modo a proteger os cidadãos de ameaças como o terrorismo, a criminalidade e as catástrofes naturais. Assim, durante a vigência do *FP7*, foram desenvolvidos projetos de investigação na área da segurança, que incidiram nas temáticas da vigilância inteligente e segurança de fronteiras, com o desenvolvimento e implementação de novas tecnologias, equipamento, ferramentas e métodos de proteção dos controlos de fronteira europeus, nomeadamente no que concerne às fronteiras terrestres e marítimas (Investigação e Inovação, 2006). Consequentemente, facilitou-se a integração dos diferentes sistemas nacionais, atendendo a que foram criadas e desenvolvidas tecnologias que permitem a sua interoperabilidade.

E, sendo a segurança uma problemática infundável, cada dia aparece uma nova realidade, que naturalmente exige uma abordagem diferente da convencionada até ao

momento. É nesse sentido que, apesar da grande evolução em termos de integração da gestão das fronteiras externas marítimas da UE, existe uma grande variedade de projetos relacionados com esta temática. Conforme o relatório da Seção de Operações, Informações e Relações Públicas [SOIRP] da UCC (2014), esta Unidade da GNR, como uma das autoridades competentes para a vigilância das fronteiras marítimas de Portugal, participa ativamente em projetos no quadro do *FP7*: no projeto CLOSEYE e no projeto PERSEUS, que correspondem a inovação e integração dos sistemas de vigilância; e ainda nos projetos SAGRES, NEREIDS e MARISS, melhor especificados no apêndice A, de modo a dar a conhecer a sua finalidade e a sua influência na melhoria da segurança das fronteiras.

Com a cessação do período de vigência do programa-quadro *FP7* no final 2013, surge o Programa-Quadro Comunitário - Horizonte 2020, que, conforme o *site* institucional do Gabinete de Promoção do Programa Quadro de I&DT para o período 2014-2020, “é o maior instrumento da Comunidade Europeia especificamente orientado para o apoio à investigação, através do cofinanciamento de projetos de investigação, inovação e demonstração”. Assim, segundo o relatório da SOIRP da UCC (2014), a Unidade irá incorporar, ao abrigo deste programa-quadro, um projeto que pretende criar um *Common Information Sharing Environment (CISE)*, ou seja, um ambiente comum de partilha da informação de vigilância do domínio marítimo entre as entidades públicas, para assegurar a vigilância das costas, mares e oceanos da UE.

De igual modo, como quadro de financiamento das fronteiras, surge o Fundo para as Fronteiras Externas, que “tem como objectivo principal apoiar os Estados-Membros no esforço financeiro resultante da introdução de uma gestão integrada das fronteiras externas, assegurando a protecção uniforme das mesmas”, segundo o *site* institucional da DGAI (2014c). Assim, no relatório da SOIRP da UCC (2014), a Unidade participa, ao abrigo deste fundo, no projeto *SEAHORSE* Mediterrâneo, cujo objetivo é reduzir e neutralizar situações de imigração irregular, que atingem o espaço europeu, vindo em especial do continente africano. O projeto visa desenvolver a cooperação e troca de informações sobre os fluxos migratórios entre os EM, com a possibilidade de ligação com países terceiros.

Considerando o exposto, através destes programas-quadros, a UCC: desenvolve a tecnologia utilizada diariamente na vigilância costeira; coopera com os diferentes institutos que se propõem desenvolver essas tecnologias; interage em projetos de carácter nacional, no intuito de melhorar a coordenação nacional entre as diversas entidades com competência na vigilância costeira; e participa ainda em projetos com os seus parceiros europeus, no âmbito da vigilância das fronteiras marítimas.

Capítulo 4

A vigilância da fronteira externa da Península Ibérica

4.1. Na República Portuguesa

4.1.1. Enquadramento

A posição geográfica de Portugal caracterizou o seu percurso histórico ao longo dos últimos cinco séculos, o que, segundo Duarte (2011), tem facultado um forte potencial estratégico para o país, na medida em que a sua configuração marítima permite a ligação às principais fronteiras entre o espaço europeu e os continentes africano e americano. Todavia, este desígnio marítimo, de acordo com a Estratégia Nacional para o Mar de 2013 – 2020, consagrada na Resolução do Conselho de Ministros (2014, p.1312), “é promotor, recetor e veículo de ameaças significativas que induzem repercussões negativas” na segurança nacional, e consequentemente no espaço europeu onde se encontra inserido. Assim, para Cajarabille (2013, p.16), a “segurança do mar deve ser encarada como um subsistema da segurança nacional”, atendendo a que esta plataforma é usada para atividades ilícitas e criminosas, que naturalmente estão intrinsecamente relacionadas com a segurança interna.

Neste âmbito, a problemática da segurança marítima só faz sentido tendo em conta as ameaças. Com efeito a Resolução do Conselho de Ministros [RCM] (2013, p.1985)¹³ estabelece a “criminalidade transnacional organizada como uma das principais ameaças à segurança, uma vez que a posição geográfica de Portugal como fronteira exterior da UE e o vasto espaço aéreo e marítimo sob sua jurisdição lhe impõem particulares responsabilidades”. Deste modo, a RCM (2013, p.1989) consagra a prerrogativa de “garantir a capacidade de vigilância e controlo do território nacional e (...) a fiscalização do espaço aéreo e marítimo”, por forma a neutralizar as ameaças transnacionais.

¹³ Estabelece esta resolução as Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional, que “define os aspetos fundamentais da estratégia global a adotar pelo Estado para a consecução dos objetivos da política de segurança e defesa nacional” (2013, p.1981).

A tipologia destas ameaças exige resposta concertada de todas as entidades responsáveis por aplicar a lei, implementando mesmo a RCM (2013, p.1990) a necessidade de uma “integração operativa da segurança interna, através da adoção de medidas operacionais que reduzam redundâncias e aumentem a integração operacional e a resiliência do sistema”, de modo a responder cabalmente às ameaças. Além disso, a RCM (2013, p.1990) implementa ainda a necessidade de reforçar a cooperação internacional contra a criminalidade transnacional, assim como de *“melhorar a coordenação entre as várias entidades com competências neste domínio, de forma a dar prioridade quer às ações de fiscalização, deteção e rastreio do tráfico de droga nos espaços marítimo e aéreo sob jurisdição nacional, quer às ações de combate às redes de imigração clandestina e do tráfico de seres humanos”*.

Deste modo, cingindo-se apenas à segurança das fronteiras marítimas, a posição geográfica e a extensão de 1373 km¹⁴ de linha de costa, da qual 850 km correspondem a Portugal continental, onde é possível a ocorrência de desembarques, constituem uma vulnerabilidade à segurança interna, pelo que são implementadas estratégias nacionais para garantir um sistema eficaz na vigilância costeira, capaz de neutralizar as ameaças dirigidas por via marítima.

4.1.2. Entidades competentes

A segurança marítima a nível nacional é incorporada no Sistema de Autoridade Marítima (SAM)¹⁵, que integra as autoridades policiais e militares com responsabilidade de exercer o poder do Estado nos espaços marítimos sob a jurisdição nacional. Assim, de acordo com a alínea c), n.º 1 do art.º 7 do Decreto-lei n.º 43/2002, em conjunto com outras entidades nacionais, a GNR exerce “o poder de autoridade marítima no quadro do SAM no âmbito das respetivas competências”, designadamente no que concerne a missões em toda a costa, no mar territorial e na zona contígua¹⁶.

¹⁴ Segundo Dias (2009), em *Finis Portugalliae = Nos Confins de Portugal* - Instituto Geográfico do Exército.

¹⁵ Conforme o art.º 2 do Decreto-lei n.º 43/2002, o SAM é um “quadro institucional formado pelas entidades (...) com funções de coordenação executivas, consultivas ou policiais”, (Apêndice B), sendo a GNR uma das entidades integrantes do sistema, de acordo com o art.º 1 do Decreto Regulamentar n.º 86/2007.

¹⁶ De acordo com a Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97 que a prova, para ratificação, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar, entende-se por mar territorial um limite que não ultrapasse 12 milhas marítimas, medidas a partir da linha de costa; e como zona contígua, o limite que não ultrapasse as 24 milhas marítimas, contadas a partir da linha de base, que serve para medir a largura do mar territorial.

Neste contexto, com base na alínea c), n.º 2 do art.º 3 da Lei n.º 63/2007, a GNR como força de segurança, entre outras atribuições, é competente para “assegurar, no âmbito da sua missão própria, a vigilância, patrulhamento e intercepção terrestre e marítima, em toda a costa e mar territorial do continente e das Regiões Autónomas”. Assim, na Lei orgânica da GNR (Anexo C), de acordo com o n.º 1 do art.º 40 da Lei n.º 63/2007, a “UCC é a unidade especializada responsável pelo cumprimento [desta] missão”; tendo ainda esta Unidade como competências “gerir e operar o Sistema Integrado de Vigilância, Comando e Controlo (SIVICC), distribuído ao longo da orla marítima” (*idem*). Desta forma, a GNR, através da UCC, é uma das entidades responsáveis por garantir a segurança marítima, tendo a especial incumbência de assegurar o sistema de vigilância costeiro das fronteiras marítimas de Portugal.

4.1.3. O sistema português de vigilância costeira

A vigilância das fronteiras marítimas é garantida plenamente com a monitorização, 24 horas por dia, 365 dias por ano, da costa e mar territoriais, desiderato alcançado através do SIVICC. Segundo Rodrigues (2013), este sistema é uma plataforma tecnológica composta por um conjunto de Postos de Observação (PO) fixos e móveis, instalados ao longo da linha de costa de Portugal Continental. Os PO encontram-se conectados a dois centros de comando e controlo, um Nacional (CCCN) e outro Regional (CCCR), através da rede de ligações rádio do *Vessel Traffic System* (VTS)¹⁷, ou seja, Vigilância do Tráfego de Navios. De acordo com Rodrigues (2013), estes centros de comandos recolhem toda a informação de vigilância de cada PO, analisando, integrando e mostrando os dados dos diversos elementos, criando uma *Common Operational Picture* (COP), ou seja, uma imagem, em tempo real, do cenário de operações.

Esta muralha tecnológica é dotada de sensores de deteção, localização e identificação de ameaças na orla costeira e no mar territoriais, que, de acordo com Eufrázio (2012), é complementada pelas componentes terrestre, marítima, aérea e de comunicações, para uma deteção e identificação imediatas, um controlo permanente e ainda uma intervenção seletiva sobre alvos pré-selecionados. Neste sentido, ainda segundo Rodrigues (2013), trata-se de um sistema destinado a detetar e identificar atividades ilícitas que ocorram numa zona compreendida essencialmente entre a linha de costa e as 12 milhas

¹⁷ Segundo Monteiro (2014) é um sistema de controlo de tráfego marítimo implementado nos portos, nas barras e ao longo da linha de costa, que se destina a garantir uma maior segurança, através da monitorização, controlo e fiscalização de toda a navegação ao longo da costa portuguesa.

marítimas, destinado a apoiar a atividade operacional da UCC e a possuir um constante sistema de informações sobre o tráfego marítimo e atividades ilícitas na orla costeira. Para Eufrázio (2012), a operacionalização desta ferramenta de comando e controlo é conseguida através das quatro componentes do sistema, designadamente: terrestre com a rápida intervenção das viaturas todo-o-terreno; marítima, com intervenção de embarcações; aérea, com apoio de aeronaves da Proteção Civil e da Força Aérea; e ainda as comunicações, através do Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal (SIRESP).

Por conseguinte, o CCCN, ao integrar toda a informação, tem uma imagem situacional, em tempo real, de toda a extensão de costa e mar territoriais, podendo partilhar a informação com outras entidades nacionais competentes no domínio marítimo, bem como fornecer essa informação à EUROSUR, para um consequente quadro situacional das fronteiras externas marítimas da UE.

4.2. No Reino de Espanha

4.2.1. Enquadramento

O território espanhol é composto por uma fronteira marítima externa de 7.800 Km de costa (correspondente a cerca de quatro vezes a dimensão da costa portuguesa), que, segundo Bustamante (2013), pelas suas especiais características de falta de continuidade e configuração linear se tornam num percurso facilmente acessível à criminalidade organizada transnacional. De acordo com Pascoal (2011), esta vulnerabilidade adquire outra dimensão com a integração de Espanha no espaço Schengen, pois o conceito de fronteiras internas, ao desaparecer, permite a livre circulação de pessoas e bens de um país terceiro, que, ao entrarem facilmente neste território, poderão mover-se livremente para um outro país dentro do espaço europeu.

A *Estrategia de Seguridad Nacional* (2013) consagra como objetivo prevenir, controlar e ordenar os fluxos migratórios nas fronteiras espanholas, tendo que efetuar uma vigilância e controlo das suas fronteiras marítimas externas. Além deste flagelo que tanto assola as suas fronteiras, a respetiva estratégia prevê ainda a necessidade de cooperação policial na luta contra a criminalidade transnacional.

4.2.2. Entidades competentes

A *Ley Orgánica* 2/86, no art.º 11, confere à GC a missão de proteger o livre exercício dos direitos, liberdades e garantias dos cidadãos em mar territorial; contudo, com a evolução das capacidades desta força de segurança, atualmente tem competência até às 200 milhas marítimas. Neste sentido, segundo Pascoal (2011), na proteção da fronteira exterior da UE em Espanha, a GC desempenha um papel fundamental, pois tem competências exclusivas na segurança da vigilância das fronteiras marítimas, assim como na proteção das fronteiras terrestres, portos e aeroportos. Deste modo, de acordo a *Revista da Guardia Civil* [RGC] (2013, janeiro) surge o plano estratégico da GC de 2013 a 2016, que salienta a necessidade de continuar a garantir eficientemente a segurança das fronteiras marítimas, em especial a Sul do território, pois corresponde a uma zona de grande vulnerabilidade à segurança interna.

Assim, na orgânica da GC (Anexo D), a *Orden PRE/422/2013*, estabelece a *Jefatura Fiscal y de Fronteras* (JFF), composta pelas Unidades do *Servicio Fiscal*, pelo *Servicio de Costas y Fronteras* e pelo *Servicio Marítimo* (SMGC); sendo esta última a Unidade por excelência para garantir a segurança das fronteiras marítimas externas, nomeadamente no combate ao contrabando, à criminalidade organizada transnacional e ao controlo da imigração irregular. Segundo Bustamante (2013), em toda a extensão de costa espanhola encontram-se implementados 23 SMGC provinciais, que desenvolvem diariamente a sua missão em águas interiores, mar territorial e toda a zona contígua.

Atendendo à especial vulnerabilidade em garantir a vigilância marítima das zonas de fronteira comum, no caso particular de Portugal e Espanha com fácil acesso às águas interiores, por intermédio dos rios Guadiana e Minho, os SMGC de Huelva e de Pontevedra desenvolvem uma cooperação operacional no policiamento destas zonas, com as Unidades portuguesas da GNR, respetivamente o Subdestacamento de Controlo Costeiro (SDCC) de Vila Real de Santo António, e o SDCC de Caminha (Anexo E), estando conforme o estabelecido pelo *Acuerdo entre el Reino de España y la República Portuguesa sobre Cooperación Transfronteriza en Materia Policial y Aduanera* de 18 de marzo de 2008.

4.2.3. O sistema Espanhol de vigilância costeira

A monitorização das fronteiras marítimas externas ao longo da costa espanhola é assegurada pelo Sistema Integrado de Vigilância Exterior (SIVE), idêntico ao SIVICC português, tendo sido implementado pela mesma multinacional tecnológica, a Indra. Para Ortiz (2010), este sistema constitui-se como uma ferramenta excecional, pois os radares de vigilância marítima, complementados por meios de visão diurna e noturna, ao controlarem os setores do mar territorial espanhol, possibilitam uma informação em tempo real; o que naturalmente, facilita as autoridades competentes na interceção a qualquer embarcação suscetível de entrar ilegalmente nas fronteiras marítimas externas de Espanha. Neste âmbito, ainda segundo Ortiz (2010), toda a informação recolhida pelo sistema é agregado em centros de vigilância marítima regionais, sendo posteriormente centralizada no CECORVIGMAR. De acordo com a RGC (2013, janeiro), este centro de coordenação nacional corresponde a um grande avanço do projeto EUROSUR, dado que Espanha é dos primeiros EM a fornecer imagens em tempo real das suas fronteiras nacionais à FRONTEX, permitindo assim gestão integrada das fronteiras externas da UE.

Para Ferrando (2005), as ameaças à segurança interna espanhola, decorrentes da sua imensa fronteira sul, tem tornado este Estado pioneiro no desenvolvimento tecnológico das ferramentas de vigilância das fronteiras marítimas, resultante da necessidade de uma resposta eficaz aos seus principais problemas: a imigração irregular e o narcotráfico provenientes do Norte de África. Todavia, para Ferrer (2008), apesar dos resultados alcançados com o avanço tecnológico, é necessário continuar a desenvolver ferramentas de vigilância para complementar estes sistemas, dado que a criminalidade, para continuar os seus objetivos, constrói novos mecanismos que ultrapassam os mais sofisticados sistemas de segurança. A confirmação deste facto, segundo Perea (2011), revela-se no proliferar do uso de aeronaves para o tráfico de narcóticos, atendendo a que desde a implementação do SIVE, é possível monitorizar a costa e mar territorial ininterruptamente, o que resultou num grande número de embarcações detetadas no transporte de estupefacientes.

Assim sendo, a GC estabelece consórcios com empresas nacionais, e mesmo com forças congéneres dos países vizinhos, neste caso particular com a GNR, para continuar a desenvolver tecnologicamente os sistemas de vigilância das fronteiras marítimas externas, no intuito de responder cabalmente às ameaças externas que comprometem o seu território e, conseqüentemente, o espaço de livre circulação da UE.

4.3. A integração dos sistemas de vigilância costeira de Portugal e Espanha

A ligação integração do SIVICC português com o SIVE espanhol é fomentada pelo Parlamento Europeu e o Conselho (2013), que consagra no art.º 9.º, os NCC “dos EM vizinhos podem partilhar entre si, diretamente e em tempo quase real, os quadros de situação dos troços de fronteiras externas vizinhos”. Neste âmbito, esta prerrogativa é fortemente apoiada pelos dois países, tendo mesmo a XXVII Cimeira Luso-Espanhola, em 4 de junho de 2014, destacado “a importância da interoperabilidade dos sistemas de vigilância costeira (...) [pois] constitui um verdadeiro modelo pioneiro e um complemento para o desenvolvimento da EUROSUR, na vigilância das fronteiras externas da UE”. A mesma preocupação é reiterada no Relatório Anual da Segurança Interna [IASI] (2013, p.407), traduzindo-se numa orientação estratégica para 2014 a “ligação do SIVICC ao sistema homólogo espanhol, [pois] desempenha um papel fundamental na segurança da costa Portuguesa”, particularmente no combate à criminalidade organizada transnacional, atendendo a que estas organizações exploram as vulnerabilidades dos sistemas para manter as atividades ilícitas.

Nesta perspetiva, a GNR e a GC, como entidades competentes para gerir e operar os sistemas de vigilância costeira, trabalham em conjunto para a ligação efetiva dos dois sistemas de vigilância. Conforme o relatório da SOIRP da UCC (2014), esta integração irá ser fomentada por intermédio de um projeto europeu que financia os encargos para o desenvolvimento da componente técnica para a partilha de informações, em tempo real.

De acordo com o Documento oficial da *Jefatura Fiscal Y de Fronteras* (2014) (Anexo B), atualmente, este projeto aguarda a nomeação de um grupo de trabalho técnico, que será responsável pela definição dos requisitos de usuário, especificação técnica, aquisição e controle da implementação. Ainda conforme este documento, o processo será concretizado em cinco fases: a primeira, discussão para especificação técnica; a segunda, aprovação das especificações técnicas e lançamento de aquisições (previsível em julho de 2014); a terceira, a monitorização da instalação e integração (previsível em dezembro de 2014); a quarta, validação da integração (previsível em junho de 2015); e ainda a quinta fase, com discussão dos resultados da avaliação operacional (previsível em dezembro de 2015). Em suma, o projeto de ligação do SIVICC com o SIVE corresponde à plena integração do EUROSUR, pois irá concretizar a ligação dos sistemas de vigilância de dois EM vizinhos, procedendo a essa partilha de informação operacional em tempo real pelos seus respetivos NCC.

Parte Prática – Trabalho de Campo

Capítulo 5

Metodologia e procedimentos

5.1. Generalidades

A presente investigação foi desenvolvida por um método científico que, de acordo com Vilelas (2009), é um processo que segue um conjunto de práticas utilizadas e ratificadas pela comunidade científica como validadas para a exposição e confirmação de uma determinada teoria. Para Quivy e Campenhoudt (2008, p.25), o método não é mais que “formalizações particulares do procedimento, percursos diferentes concebidos para estarem mais adaptados aos fenómenos ou domínios estudados”. Assim, o método enquanto componente instrumental confere a necessária operacionalização ao quadro teórico precedentemente desenvolvido na parte teórica da investigação (Freixo, 2011).

As diferentes formas de operacionalizar uma investigação levam naturalmente a uma recolha de informação mais fiável para atingir o objetivo principal, pois a natureza do fenómeno carece de um método adequado à investigação. Freixo (2011) afirma mesmo que a característica do método científico é a sua replicabilidade, pois pode dar origem a diferentes estratégias, que, por sua vez, se constituem variantes do método.

Nesta perspetiva, Freixo (2011, p.77) estabelece “três métodos que derivam diretamente do método científico”: o método indutivo, o método dedutivo e o método hipotético-dedutivo. Nesta classificação, o primeiro valoriza a experiência como ponto de partida, permitindo observar a realidade e efetuar uma generalização para chegar à formulação científica. O segundo método parte da lei geral, ou seja, da teoria, para deduzir as consequências lógicas aplicáveis à realidade. Por fim, o método hipotético-dedutivo combina os dois métodos anteriores, uma vez que o investigador precisa tanto de recorrer aos dados para confirmar a teoria, como da teoria para explicar os dados.

Por conseguinte, para responder às perguntas derivadas e consequentemente à pergunta de partida, podem seguir-se dois métodos de investigação: o quantitativo e o qualitativo. Segundo Freixo (2011, p. 144), a investigação quantitativa é um “processo

sistemático de colheita de factos objetivos, de acontecimentos observáveis e quantificáveis”, que conduz a resultados com um menor enviesamento. Enquanto investigação qualitativa, para Quivy e Campenhoudt (2008, p.227), “implica a aplicação de processos técnicos relativamente precisos, como por exemplo, o cálculo das frequências”, por forma a analisar dados de difícil quantificação de um determinado fenómeno.

Deste modo, para a consecução da presente investigação, é aplicada a metodologia qualitativa e quantitativa, com a realização de entrevistas semidiretivas e observação direta do fenómeno, por forma a tratar metodicamente informações e testemunhos que apresentam um certo grau de profundidade e de complexidade.

5.2. Método de abordagem do problema e justificação

A abordagem ao fenómeno partiu do método dedutivo, com uma análise documental, de modo a raciocinar dedutivamente, a partir de premissas gerais em busca de uma verdade particular (Freixo, 2011). Desta forma, a fase inicial da revisão da literatura permitiu partir do geral para o particular do fenómeno, correspondendo ao problema em estudo. Assim, com a problemática são formuladas hipóteses e o respetivo modelo de análise, dado que “só a partir de uma teoria é que se podem formular questões importantes, as quais, por sua vez, irão determinar o tipo de dados a observar” (Freixo, 2011, p.76). Neste sentido, a investigação passa definitivamente para o método hipotético-dedutivo, com um “conjunto de hipóteses separadas umas das outras (...) mutuamente indissociáveis” (Quivy e Campenhoudt, 2008, p.114), que são refutadas ou validadas por forma a responder à problemática em estudo.

5.3. Técnicas, procedimentos e meios utilizados

A recolha de dados para uma investigação carece de um conjunto de técnicas metódicas, tratando-se, segundo (Quivy e Campenhoudt, 2008, p.163), da “construção de um instrumento capaz de recolher ou de produzir a informação prescrita pelos indicadores”, sendo importante para assegurar a fiabilidade dos resultados da investigação.

Neste sentido, numa primeira fase desta investigação, para a construção de instrumentos de recolha de informação foi efetuada uma análise documental, designadamente estudo de um grande número de obras literárias que abordam a temática, documentos oficiais a nível nacional e da UE, documentos internos do funcionamento da

GNR. Esta análise foi complementada com a realização de um estágio na AOGC, onde foram efetuadas análises documentais da organização da GC, da legislação espanhola para a vigilância das fronteiras e de trabalhos realizados por Oficiais da GC com um vasto conhecido na área da presente investigação.

Numa segunda fase, após a consolidação das bases para a construção dos instrumentos de recolha de informação, realizou-se o trabalho de campo¹⁸, com observação direta e indireta do fenómeno. O primeiro tipo de observação, para Quivy e Campenhoudt, (2008, p.164), “é aquele em que o próprio investigador procede diretamente à recolha das informações, sem se dirigir aos sujeitos interessados”; que, no caso da presente investigação, consistiu numa visita ao CCCO da UCC (GNR) e ao CECORVIGMAR da GC, correspondendo assim a uma observação direta dos mais avançados centros de coordenação nacionais para a vigilância das fronteiras externas da UE. No segundo tipo de observação, segundo Quivy e Campenhoudt (2008, p.164), “o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação procurada”; que, nesta investigação, se traduziu na realização de entrevistas. Assim, foram realizadas entrevistas no lado espanhol aos comandantes da JFF da GC, e aos respetivos comandantes das Subunidades do SMGC em zona de fronteira comum. No lado português, foram realizadas entrevistas ao Estado-Maior da UCC da GNR e aos comandantes das Subunidades em zona de fronteira comum, que conhecem a realidade operacional da cooperação entre as forças de segurança.

5.4. Local e data da pesquisa e da recolha de dados

A pesquisa documental iniciou-se na AM, no mês de outubro de 2013, tendo abrangido uma panóplia de instituições até ao seu término, em agosto de 2014. Assim, desenvolveu-se fundamentalmente na Escola da Guarda (EG), no Instituto de Estudos Superiores Militares (IESM), na AOGC, na Biblioteca Nacional de Portugal, na DGGC e ainda na UCC, com a consulta de fontes primárias sobre a cooperação policial desenvolvida na UE e a consequente cooperação entre a GNR e a GC na vigilância das fronteiras marítimas. Como fontes primárias, foram ainda usados os *sites* institucionais, pois a internet corresponde a uma excelente plataforma para obter informação atualizada da legislação europeia, de notícias, de artigos de revistas científicas, e ainda dos projetos em curso para o desenvolvimento tecnológico da vigilância das fronteiras da UE.

¹⁸ Segundo Freixo (2011, p. 195), corresponde à “constatação de um facto, quer se trate de uma verificação espontânea ou ocasional, quer se trate de uma verificação metódica ou planeada. A observação (...) contrapõe-se à experiência ou experimentação como verificação deliberada ou metódica”.

5.5. Amostragem: composição e justificação

De acordo com Freixo (2011, p.186), a amostragem “é o procedimento pelo qual um grupo de pessoas ou um subconjunto de uma população é escolhido de tal forma que a população inteira esteja representada”, no sentido de melhor compreender o fenómeno em estudo. Para Quivy e Campenhoudt (2008, p.159), é fundamental esta abordagem porque “nem sempre é possível, ou sequer útil, reunir informações sobre cada uma das unidades que a compõem”, sendo essencial seleccionar uma amostra representativa da população.

Para Freixo (2011) existem duas grandes categorias de amostras, a probabilística e a não probabilística, sendo que a primeira permite a seleção aleatória dos elementos de uma população, e na segunda nem todos os elementos de uma população têm a mesma probabilidade de serem seleccionadas. Tendo em conta os objetivos da investigação, optou-se por uma amostra tipo racional, que, segundo, Freixo (2011, p.185), se traduz numa “amostra tipo não probabilística em que os elementos da população são escolhidos por causa da correspondência entre as suas características e os objectivos do estudo”.

Face ao exposto, foram realizadas entrevistas em Espanha, na GC, mais concretamente ao comandante interino do SMGC da GC, ao responsável pelos projetos de desenvolvimento e inovação, ao responsável direto pela ligação SIVE-SIVICC, e ainda aos comandantes das Subunidades do SMGG em zona de fronteira comum. Paralelamente, em Portugal, na GNR, procedeu-se à mesma recolha de informação às correspondentes individualidades nacionais com funções semelhantes às espanholas, designadamente ao Chefe de Estado-Maior da UCC, ao responsável pelo SIVICC, ao Chefe de Operações da UCC, ao nomeado pela UCC para projetos de desenvolvimento e inovação da vigilância, e aos comandantes das Subunidades em zona de fronteira, conforme o apêndice C. Deste modo, é possível compreender plenamente a realidade prática da cooperação policial existente entre a GNR e a GC, uma vez que a realização de entrevistas nas duas forças de segurança não permite o enviesamento da investigação.

5.6. Descrição dos procedimentos de análise e recolha de dados

A recolha de dados é plenamente conseguida com a realização de entrevistas, que, segundo Freixo (2011, p. 192), “é uma técnica que permite o relacionamento entre entrevistador e entrevistado” na obtenção de informação relevante não presente em fontes documentais. Neste sentido, Quivy e Campenhoudt (2008, p.192) afirmam que os

“métodos de entrevista caracterizam-se por um contacto directo entre o investigador e os seus interlocutores”, permitindo assim aceder a um grau máximo de autenticidade e de profundidade na investigação.

As entrevistas podem ser realizadas de duas formas distintas, tendo sempre como finalidade responder às hipóteses da investigação anteriormente formuladas. Assim, segundo Quivy e Campenhoudt (2008), podem ser entrevistas semidiretivas ou entrevistas centradas: na primeira, geralmente, o entrevistador possui uma série de perguntas-guia, relativamente abertas, que permitem ao entrevistado falar abertamente sobre o tema em estudo; na segunda, o investigador não dispõe de perguntas pré-estabelecidas, mas de uma lista de tópicos precisos relativos à temática em questão.

Atendendo aos objetivos que patenteiam o presente estudo, optou-se pela realização de entrevistas semidiretivas, com a elaboração de uma carta de apresentação e de perguntas-guia em língua portuguesa (Apêndice D) e espanhola (Apêndice E), onde o investigador tinha apenas a prerrogativa de reencaminhar a entrevista para os seus objetivos, cada vez que o entrevistado se desviava das perguntas colocadas. A localização e a dispersão geográfica das individualidades presentes na investigação implicaram o envio de alguns guiões de entrevista via correio eletrónico, uma vez que não era exequível para o investigador percorrer toda a Península Ibérica para efetuar a recolha de dados.

Depois desta recolha de informação, procedeu-se à análise de conteúdo, que, de acordo com Coutinho (2011, p.192) é “muito utilizada para a análise de texto, e utiliza-se não apenas na análise de dados qualitativos (...). [mas] é uma metodologia de análise que pode ser utilizada, com êxito, em planos quantitativos de tipo inquérito por questionário quando as perguntas são de tipo aberto”. Verifica-se que na presente investigação são integradas as entrevistas e as respostas ao guião de entrevista via correio eletrónico, para respetiva análise de conteúdo e para depois elaborar categorias, facilitando assim a respetiva tabulação e a consequente análise. De acordo com Freixo (2011), este processo é composto por três fases: a classificação dos dados recolhidos; a sua codificação e tabulação; e ainda a análise desses mesmos dados. Desta forma, primeiramente, as respostas de todos os entrevistados a cada questão foram centralizadas por módulos (Apêndices F e G); de seguida, as respetivas respostas foram codificadas em segmentos, de acordo com a sua categorização (Apêndice H); e por último, foram analisadas essas mesmas categorias.

A recolha de informação passou também pela observação direta, pois, de acordo com Quivy e Campenhoudt (2008, p.196), “trata-se de um método no sentido restrito,

baseado na observação visual (...) que capta os comportamentos no momento em que eles se produzem”. Esta, segundo Pardal e Lopes (2011, p.72), deve ser um “observação estruturada (...) [pois] é a única que viabiliza o rigor da investigação”. Portanto, a partir destes dados, foi realizada uma grelha (Apêndice I) para analisar o CCCO e o CECORVIGMAR durante a observação do seu funcionamento.

Por fim, com base num Relatório Interno da SOIRP da UCC, foi efetuada uma análise de estatística da atividade operacional desenvolvida pela GNR e pela GC. Esta análise compreende o espaço temporal do ano 2010 até julho de 2014, no que se refere a operações conjuntas, aos militares envolvidos na sua realização e ainda operações não planeadas entre as duas forças ao longo destes anos.

5.7. Descrição dos materiais e instrumentos utilizados

Para presente investigação, foram utilizados diferentes instrumentos na recolha de informação, pois, para a consecução dos seus objetivos, era necessário recolher o máximo de dados possíveis. Assim, para concretizar a investigação, foram utilizados como instrumentos de recolha a pesquisa documental, a entrevista e ainda a observação direta.

No que concerne à pesquisa documental, foram essencialmente focadas fontes primárias, nomeadamente com o recurso à legislação nacional, espanhola, comunitária e internacional, bem como a análise de obras literárias e documentos institucionais referente à temática em estudo.

Na realização das entrevistas, o investigador recorreu a um guião com as perguntas, por forma a recolher a informação de acordo com os objetivos da investigação. Assim, nas entrevistas e aos oficiais da GC, após contacto prévio na DGGC, foram remetidos por correio eletrónico a carta de apresentação do investigador, bem como os guiões traduzidos para espanhol, com o intuito de contextualizar o fenómeno em estudo. Aos Oficiais da GNR, após contacto pessoal ou telefónico, foram realizadas as entrevistas com recurso a um guião de perguntas. Para efetuar estas entrevistas, foi utilizado um gravador digital *LG 455 – Smart Voice Recorder*, de maneira a facilitar a transcrição do seu conteúdo.

A recolha de informação por observação direta do fenómeno consubstanciou-se numa visita guiada ao CCCO e ao CECORVIGMAR, onde o investigador, ao longo da visita, teve a oportunidade de entrevistar o comandante do respetivo centro, assim como verificar em tempo real o funcionamento dos centros de vigilância das fronteiras marítimas de EM pertencentes à UE.

Capítulo 6

Apresentação dos resultados

6.1. Entrevistas

Neste subcapítulo, apresenta-se a conversão quantitativa das respostas facultadas nas entrevistas, nomeadamente com o resultado do número de repetições de segmentos, que, conseqüentemente, origina o número de vezes em que esses segmentos foram referidos pelos entrevistados. As tabelas n.ºs 1, 2, 3 e 4, representam as respostas às questões referentes ao módulo B – “Caracterização da cooperação policial” – tabela n.º 1 apresenta as respostas à questão B1: “Em que moldes se materializa a cooperação policial?”; onde se verifica que uma maioria expressiva (92%) dos entrevistados respondeu que se materializa pelos patrulhamentos e operações conjuntas; uma percentagem de 50% considera que se materializa pela realização de reuniões no âmbito da cooperação; igualmente 50% acham que é pelo intercâmbio de informações; outras respostas obtidas apontam para 25% pela participação em grupos de trabalho comuns; e 8%, afirmam pelas intervenções não planeadas em operações conjuntas.

Tabela n.º 1 – Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão B1

Segmentos das respostas	Entrevistados												Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12		
Questão														
Segmento B 1.1	X	X	X	X	X	X	X		X	X	X	X	11	92%
Segmento B 1.2			X			X	X	X		X		X	6	50%
Segmento B 1.3	X							X	X				3	25%
Segmento B 1.4		X	X			X				X	X	X	6	50%
Segmento B 1.5						X							1	8%

A tabela n.º 2 exhibe as respostas à questão B2: “Quais as principais vantagens da cooperação policial?”; na qual 75% dos entrevistados referem uma maior eficácia operacional nas zonas de fronteira comum; 67% consideram o facto de potencializar o intercâmbio de informações; e 42% afirmam que permite uma troca de experiências da atividade operacional.

Tabela n.º 2 – Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão B2

Segmentos das respostas	Entrevistados												Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12		
Questão														
Segmento B 2.1		X	X	X			X	X	X		X	X	8	67%
Segmento B 2.2				X	X		X	X			X		5	42%
Segmento B 2.3	X	X	X	X		X			X	X	X	X	9	75%

A tabela n.º 3 explana as respostas à questão B3: “De que forma é articulada a vigilância das fronteiras marítimas comuns?”; referindo a maioria dos entrevistados (83%) que é por intermédio da realização de patrulhamentos e operações conjuntas; metade (50%) afirma que no futuro será pela troca de imagens dos postos de observação em zona de fronteira comum; 33% declaram que é por meio de troca de informações operacionais na respetiva zona de atuação; e 17% indicam que é pela realização de patrulhamento e operações conjuntas de forma pontual.

Tabela n.º 3 – Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão B3

Segmentos das respostas	Entrevistados												Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12		
Questão														
Segmento B 3.1	X	X	X	X		X	X	X	X	X		X	10	83%
Segmento B 3.2		X	X					X	X				4	33%
Segmento B 3.3				X		X		X	X	X	X		6	50%
Segmento B 3.4					X						X		2	17%

A tabela n.º 4 expõe as respostas à questão B5: “De que forma as informações partilhadas influenciam a atividade operacional?”; com uma percentagem de 75 % dos entrevistados a afirmarem que permite uma maior eficácia no patrulhamento; metade (50%) considera que possibilita uma maior coordenação na vigilância; 42% referem que proporciona um conhecimento das ameaças e riscos; 33% concordam que possibilita uma melhoria na tomada de decisão; e apenas um entrevistado (8%), contrariamente, considera que tem pouca influência para a atividade operacional.

Tabela n.º 4 – Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão B5

Segmentos das respostas	Entrevistados												Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12		
Questão														
Segmento B 5.1	X	X	X	X	X		X		X		X	X	9	75%
Segmento B 5.2			X	X			X	X			X		5	42%
Segmento B 5.3	X	X	X				X			X	X		6	50%
Segmento B 5.4		X		X	X					X			4	33%
Segmento B 5.5						X							1	8%

Nas questões do módulo C - “Constrangimentos na cooperação policial” - a tabela n.º 5 traduz as respostas de cada entrevistado à questão C1: “Quais são as maiores dificuldades sentidas na cooperação policial?”. Verifica-se que 25% dos entrevistados consideram que não existem dificuldades; a mesma percentagem (25%) afirma que há necessidade de embarcações para realizar patrulhamentos e operações conjuntas. Outras respostas obtidas (17%) apontam para dificuldades nos meios de comunicação na atividade operacional, dificuldades económicas, dificuldades na morosidade institucional para corroborar as operações conjuntas e morosidade no acesso à informação. Foi ainda considerada por 8% a falta de uma plataforma permanente de comunicação em tempo real.

Tabela n.º 5 – Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão C1

Segmentos das respostas	Entrevistados												Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12		
Questão														
Segmento C 1.1				X				X					2	17%
Segmento C 1.2					X						X		2	17%
Segmento C 1.3				X								X	2	17%
Segmento C 1.4	X		X		X								3	25%
Segmento C 1.5		X											1	8%
Segmento C 1.6			X			X							2	17%
Segmento C 1.7							X		X	X			3	25%

O módulo D – “Fatores facilitadores da cooperação policial” - é apresentado na tabela n.º 6, onde se verificam as respostas dos entrevistados à questão D1: “Quais as ferramentas que a GNR e a GC possuem para facilitar a cooperação policial?”; em que 50% dos entrevistados referem a existência dos Acordos de cooperação transfronteiriça em matéria policial; uma percentagem de 33% considera as relações interpessoais dos comandantes em zona de fronteira, bem como os CCPA; para 25%, a existência de plataformas de partilha de informação a nível da UE, assim como a presença de um oficial de ligação nos comandos gerais da GNR e da GC; uma percentagem de 17% é pela ligação do SIVICC com o SIVE a curto prazo; e ainda, um 8% considera a inexistência de fatores.

Tabela n.º 6 – Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão D1

Segmentos das respostas	Entrevistados												Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12		
Questão														
Segmento D 1.1	X	X		X			X	X				X	6	50%
Segmento D 1.2		X		X			X		X				4	33%
Segmento D 1.3				X		X		X					3	25%
Segmento D 1.4											X		1	8%
Segmento D 1.5	X					X							2	17%
Segmento D 1.6			X	X						X			3	25%
Segmento D 1.7			X	X	X						X		4	33%

A tabela n.º 7 representa o módulo E – “Cooperação policial para o desenvolvimento tecnológico” – onde se encontram as respostas dos entrevistados à questão E1: “Qual o contributo da cooperação policial para o desenvolvimento tecnológico das ferramentas de vigilância das fronteiras marítimas externas da União Europeia?”; uma esmagadora maioria (90%) dos entrevistados considera a participação conjunta em projetos europeus; metade dos entrevistados (50%) afirma que passa pela identificação das necessidades operacionais e avaliação dessas novas tecnologias; e ainda, 10% afirmam que é pela troca de experiências operacionais na sua atividade de vigilância marítima.

Tabela n.º 7 – Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão E1

Segmentos das respostas	Entrevistados												Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12		
Questão														
Segmento E 1.1	X	X	X	X	X		X	X	X	X	a)		9	90%
Segmento E 1.2	X	X		X			X			X			5	50%
Segmento E 1.3						X							1	10%

a) – Na presente tabela e nas seguintes, as colunas a negro significam que o entrevistado não respondeu à questão

O módulo F – “Capacidades operacionais que se desenvolvem com a evolução tecnológica” - está representado nas tabelas n.ºs 8 e 9. A questão F1: “De que modo a existência de projetos relacionados com o desenvolvimento tecnológico dos sistemas de vigilância costeira poderá melhorar a capacidade atual da GNR e da GC?”, encontra-se consagrada na tabela n.º 8; onde a maioria dos entrevistados (91%) afirma que ela permite complementar os sistemas de vigilância existentes; três entrevistados (27%) declaram que rentabiliza os meios humanos; a mesma percentagem (27%) assegura ainda que vai permitir desenvolver tecnologia adequada às exigências operacionais.

Tabela n.º 8 – Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão F1

Segmentos das respostas	Entrevistados												Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12		
Questão														
Segmento F 1.1	X	X	X		X	X	X	X	X	X	X		10	91%
Segmento F 1.2			X	X					X				3	27%
Segmento F 1.3						X				X	X		3	27%

A tabela n.º 9 apresenta as respostas à questão F2: “Qual a influência destes projetos para a GNR e a GC na vigilância das fronteiras marítimas externas?”. Conclui-se que 80% dos entrevistados consideram que eles conduzem a uma maior capacidade de resposta e análise pela deteção de ameaças a grandes distâncias; 40% afirmam que permitem uma atualização constante dos sistemas de vigilância; e ainda 20% declaram que permitem uma coordenação mais eficiente e eficaz na vigilância das fronteiras marítimas.

Tabela n.º 9 – Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão F2

Segmentos das respostas	Entrevistados												Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12		
Questão														
Segmento F 2.1	X		X	X		X	X	X	X	X			8	80%
Segmento F 2.2		X	X		X	X							4	40%
Segmento F 2.3				X						X			2	20%

No módulo H - “Contributo da ligação dos sistemas de vigilância” - encontram-se consagradas as respetivas respostas na tabela seguinte. Deste modo, a tabela n.º 10 exhibe as respostas à questão H1: “Quais as vantagens da ligação efetiva dos dois sistemas de vigilância?”. A grande maioria dos entrevistados (91%) afirma proporcionar uma maior eficácia na vigilância das zonas de fronteira comum; para 82% é o facto de permitir uma partilha de informação operacional, em tempo real; consideram 36% que possibilita um maior conhecimento situacional das áreas adjacentes à zona de fronteira comum; e ainda 27% apontam a complementaridade dos PO em zona de fronteira comum.

Tabela n.º 10 – Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão H1

Segmentos das respostas	Entrevistados												Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12		
Questão														
Segmento H 1.1	X		X	X	X	X	X	X	X	X	X		10	91%
Segmento H 1.2	X	X	X	X	X	X	X		X	X			9	82%
Segmento H 1.3	X					X	X						3	27%
Segmento H 1.4			X	X	X			X					4	36%

No módulo I - “Medidas a implementar para melhorar a cooperação policial”- encontram-se consagradas as respetivas respostas na tabela n.º 11, referentes à questão I1: “Para finalizar, considerando as medidas elencadas ao longo da entrevista, gostava de ver mais medidas implementadas para maximizar a cooperação?”. Pode verificar-se que metade dos entrevistados (50%) afirma que se deve continuar a manutenção da boa cooperação; para 42%, poderia passar por implementar medidas no âmbito da formação conjunta; 33% consideram a necessidade de melhorar os meios da GNR; 25%, incrementar um maior número de patrulhamentos e operações conjuntas; para 17%, passa pela necessidade de aumento do orçamento para a cooperação, por dotar as embarcações com meios de comunicações interoperáveis, pela celeridade a nível institucional para corroborar as operações conjuntas; e ainda 8% consideram necessárias medidas de recolha e análise de informação, a descentralização direta no acesso à informação do centro regional a Sul da GC, a existência de meios humanos, o fluxo de informação mais célere na atividade

operacional, um aumento das reuniões conjuntas no âmbito da cooperação; e ainda a extensão do acordo em matéria de perseguições transfronteiriças à fronteira marítima.

Tabela n.º 11 – Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão II

Segmentos das respostas	Entrevistados												Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12		
Questão														
Segmento I 1.1	X	X					X	X	X	X			6	50%
Segmento I 1.2	X						X			X	X	X	5	42%
Segmento I 1.3	X		X		X	X							4	33%
Segmento I 1.4				X				X					2	17%
Segmento I 1.5				X									1	8%
Segmento I 1.6			X										1	8%
Segmento I 1.7					X	X						X	3	25%
Segmento I 1.8						X							1	8%
Segmento I 1.9						X							1	8%
Segmento I 1.10							X						1	8%
Segmento I 1.11											X		1	8%
Segmento I 1.12											X	X	2	17%
Segmento I 1.13					X						X		2	17%

6.2. Análise estatística

As figuras n.ºs 1, 2 e 3 expõem dados operacionais relativos à cooperação policial desenvolvida entre a GNR e a GC, no período temporal de 2010 a 7 de julho de 2014. São apresentados na figura seguinte os patrulhamentos e as operações conjuntas.

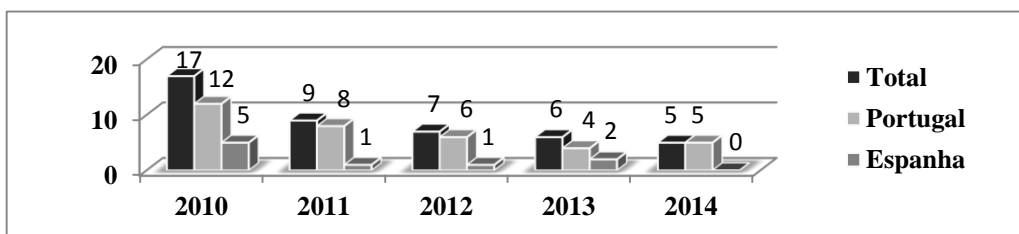


Figura n.º 1 – Patrulhamentos e operações conjuntas entre a GNR e a GC

A figura seguinte apresenta o número de militares da GNR e da GC empenhados nos patrulhamentos e operações conjuntas.

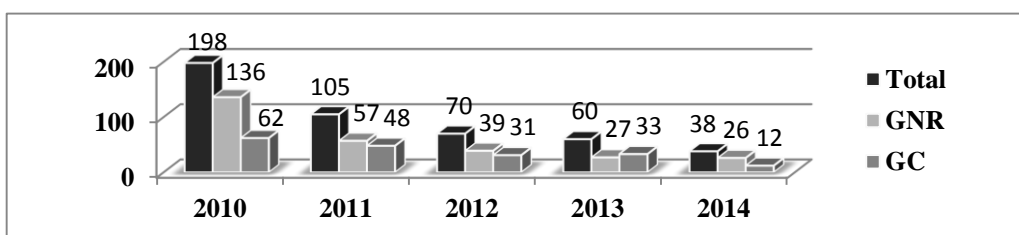


Figura n.º 2 – Militares empenhados nos patrulhamentos e operações conjuntas

Por fim, a figura seguinte exhibe resultados operacionais, em termos de quantidades de estupefacientes (haxixe) apreendidas em operações não planeadas entre a GNR e a GC.

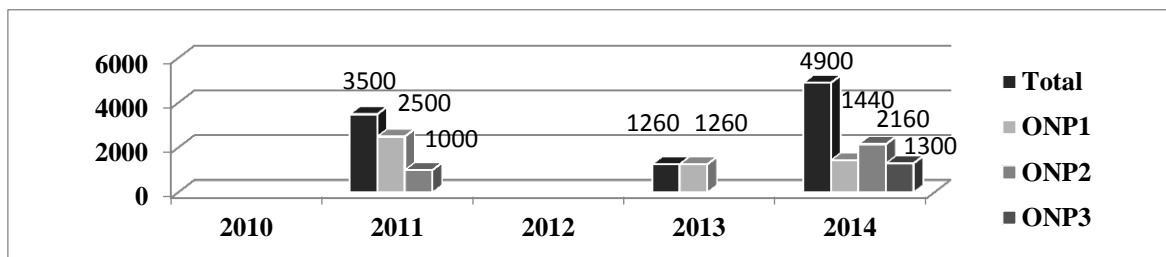


Figura n.º 3 – Resultados das operações não planeadas

6.3. Resultados da observação direta

O quadro n.º 2 apresenta os resultados da observação direta do CCCO da GNR e ao CECORVIGMAR da GC.

Quadro n.º 2 – Resultados da observação direta

Grelha de Observação		
Área	Guarda Nacional Republicana - CCCO	Guardia Civil - CECORVIGMAR
Instalações	- Localizado em Lisboa	- Localizado em Madrid
	- Edifício de superfície com alguns anos	- Edifício subterrâneo, recentemente construído
	- Controlo de acessos em fase de implementação	- Efetivo controlo de acessos
	- Compartimentos internos remodelados e adaptados às necessidades operacionais	- Compartimentos internos amplos, criados para responder às necessidades operacionais
Meios tecnológicos	- Tecnologia de última geração implementada pela Indra	
Meios humanos	- Uma praça por cada estação, pertencente a cada PO do sistema	- Uma praça por cada estação, referente a um centro de coordenação regional
	- Um sargento numa estação a supervisionar todas as estações	- Um sargento a supervisionar a atividade dos operadores
	- A ser implementado um oficial de turno à sala	- Um oficial responsável pela sala de situação
Funcionamento do sistema	- Monitorização constante de toda a linha de costa	- Monitorização refinada de partes da linha costa, correspondente a cada centro regional
Plataformas de comunicação	- Telefone	
	- Rede telecomunicações digital - SIRESP	- Rede telecomunicações digital – SIRDEE
	- EUROSUR	
	- Rede SEAHORSE Mediterrânico em implementação e um SIVICC reduzido em fase construção	- Rede SEAHORSE Mediterrânico - Comunicações via satélite - <i>Perseus</i>
Coordenação operacional	- Operador da estação em contacto direto com a patrulha no ambiente operacional	- Não observado
	- Georreferenciação dos meios terrestres e marítimos em implementação	- Georreferenciação dos meios terrestres e marítimos.
Expansibilidade do sistema	- Permite uma integração de outros sistemas, cooperativos (VTS e AIS) e não cooperativos (SIVICC-SIVE)	

Capítulo 7

Análise e discussão dos resultados

7.1. Entrevistas

As respostas obtidas no módulo B permitem verificar que a cooperação policial na componente operacional se desenvolve essencialmente pela realização de patrulhamentos e operações conjuntas em zona de fronteira comum. Estas ações enquadram-se nas medidas compensatórias para a salvaguarda do espaço da UE, dado que possibilitam um contínuo operacional para combater o crime transfronteiriço, que tende a aproveitar a ausência dos sistemas de controlo fronteiriço decorrentes da aplicação do acordo de *Schengen*, como referenciado anteriormente no subcapítulo 2.2. da presente investigação.

Por um lado, estes patrulhamentos marítimos podem ser decorrentes da própria UE, nomeadamente, por intermédio da sua Agência FRONTEX, que é responsável por articular e coordenar a Rede Europeia de Patrulhas Marítimas, ou seja, as EPN, onde Portugal e Espanha integram a zona da EPN *Alpha*. E, consequentemente, a GNR e a GC participam nestas operações, cujo objetivo principal é combater a imigração irregular por via marítima, a Sul dos seus territórios. É de realçar que estas missões a Sul surgem da necessidade de implementar medidas ativas para fazer face ao principal foco de instabilidade das fronteiras marítimas externas da UE, sendo esta premissa identificada na análise anual de risco da FRONTEX, conforme elencado no subcapítulo 3.2..

Por outro lado, estes patrulhamentos podem partir da própria iniciativa da GNR e da GC, que, nas suas reuniões a nível regional, ou seja, entre os Comandos Territoriais e as *Comandâncias*, estabelecem uma articulação e coordenação das operações conjuntas a serem lançadas nas suas zonas de fronteiras marítimas; sendo também este desiderato conseguido ao nível local, com os comandantes das Subunidades fronteiriças. É de referir que na fronteira Norte entre Portugal e Espanha, as patrulhas e operações conjuntas são de forma pontual, de acordo com o E5 e o E11, dado que não existe uma necessidade premente de lançar com maior intensidade este tipo de ações, pelo baixo risco de ocorrência de ilícitos, quando comparado com a fronteira Sul dos seus territórios.

Este patrulhamento marítimo executado pela GNR e pela GC possui duas variantes: tanto é executado por embarcações de ambas as forças, em que cada uma participa na operação sem interagir fisicamente (patrulhamento conjunto); como é realizado com o intercâmbio de guarnições das respetivas embarcações que participam na operação (patrulhamento misto). Esta última variante é considerada pelos entrevistados (42%) como uma grande vantagem da cooperação policial. Com efeito, permite a troca de experiências operacionais ao nível da formação, nomeadamente ao nível de procedimentos policiais e de manobras das embarcações; e possibilita ainda uma importante troca de informações. Na realidade, através de um contacto mais próximo, há uma partilha do conhecimento informal da zona de fronteira, essencial para compreender determinados fenómenos criminais, que podem passar despercebidos. E quando há essa troca de opiniões, pode haver um cruzamento de informações importantes para uma maior eficácia na vigilância das fronteiras marítimas.

Nesta perspetiva, é afirmado pelos entrevistados (42%) que a cooperação policial passa pelo intercâmbio de informações, ao nível estratégico: pelos comandos gerais das forças, nomeadamente, através dos oficiais de ligação; pelos comandos regionais, particularmente com o recurso aos CCPA; pelas plataformas europeias para a vigilância das fronteiras, designadamente a EUROSUR, a rede SEAHORSE Mediterrâneo e ainda os mecanismos das EPN, onde a informação que circula nestes fóruns é mais generalizada, referente a *modus operandi* e a situações de carácter mais regional. Além disso, esta troca de informações é essencialmente ao nível local, pelo contacto direto entre os comandantes das Subunidades transfronteiriças, de acordo com o E5, E6, E11 e o E12, e também pelo intercâmbio de guarnições das embarcações, aquando dos patrulhamentos mistos.

Deste modo, é considerado pelos entrevistados (58%) que esta troca de informações possibilita uma maior eficiência no patrulhamento marítimo, atendendo a que o conhecimento de fenómenos irregulares transfronteiriços permite à GNR e à GC um pleno conhecimentos das ameaças e riscos nas suas áreas de responsabilidade, que se traduz em direccionar a sua atividade para o combate a essas situações, com ganhos de eficiência na atividade operacional. Por conseguinte, este direccionamento da atividade operacional possibilita uma maior articulação e coordenação de meios de ambas as forças, que, por sua vez, potencia uma maior eficácia operacional na vigilância das nas zonas de fronteira comum, de acordo com 75% dos entrevistados. É de salientar apenas um entrevistado (E6) referir que de forma geral a troca de informações tem pouca influência, devido ao facto de a GNR não possuir competências de investigação. Contudo, acrescenta que as informações

partilhadas são momentâneas e atuais, de maneira a fazer rapidamente face a um ilícito detetado, no intuito de ambas as forças (GNR e GC) atuarem em simultâneo sobre um alvo específico. Para o E6, este fenómeno exige uma permanente preocupação em termos humanos e materiais, de forma a garantir uma capacidade de resposta para situações suspeitas que possam ser detetadas. Esta situação surge pelo facto de a fronteira comum a Sul se encontrar numa zona crítica para ocorrência de desembarques ilícitos provenientes do Norte de África, quer na vertente do narcotráfico quer no âmbito da imigração irregular, consoante o subcapítulo 3.2.. Face ao exposto, o E6 considera que a cooperação policial se efetiva com estas ações de carácter inopinado, pois quando existam suspeitas de desembarque de estupefacientes, a informação é difundida e são ativados os meios de ambas as forças, sendo que neste propósito têm sido alcançados bons resultados operacionais.

Entrevistas						
Módulo B	Módulo C	Módulo D	Módulo E	Módulo F	Módulo H	Módulo I

O módulo C permite verificar que as respostas dos entrevistados não são unânimes em relação às dificuldades sentidas, o que indicia a não existência de fatores críticos na cooperação policial, referindo mesmo 25% dos entrevistados que não existem dificuldades. Contudo, ao nível dos entrevistados da GNR, metade (E1, E3 e E5) refere-se à falta de embarcações para conseguir intensificar uma maior cooperação policial. No que concerne a dificuldades nas comunicações entre embarcações, podemos confirmar que apenas (17%) dos entrevistados consideram essa complicação em termos operacionais. De facto, segundo o E4 e o E10, já existe tecnologia que permite essa comunicação entre patrulhas marítimas, mas, por razões económicas, não é possível implementá-la em todas as embarcações.

É de considerar que os entrevistados E5 e E11 afirmaram que em termos institucionais existe uma morosidade acentuada para poderem marcar operações conjuntas. Com efeito, muitas vezes as condições do mar na zona Norte da fronteira comum não permitem a realização das operações agendadas, pelo que é necessário efetuar um novo pedido para marcar as operações a nível institucional. Outro fator crítico abordado pelos E3 e E6 é a existência de alguma morosidade no acesso à informação, dado que ao seguir os trâmites normais, dificulta a atividade operacional.

Todavia, podemos constatar que muitas das dificuldades sentidas se encontram atualmente em vias de resolução, quer seja pelo facto de existir tecnologia que permita a ligação rádio entre patrulhas da GNR e da GC, quer pelo facto de o SIVICC “reduzido”,

possibilitar ao comandante de um SDCC/DCC informação direta e em tempo real, da sua zona de responsabilidade (melhor especificado no subcapítulo 7.3.).

Entrevistas						
Módulo B	Módulo C	Módulo D	Módulo E	Módulo F	Módulo H	Módulo I

A análise ao módulo D permite verificar que metade dos entrevistados considera os Acordos de cooperação transfronteiriça em matéria policial como o principal fator facilitador da cooperação policial entre a GNR e a GC. Assim, conforme analisado nos subcapítulos 2.2. e 2.3., estes normativos constituem-se como uma base para o desenrolar das atividades conjuntas ao nível de fronteiras comuns, sendo mais especificamente o memorando de cooperação entre a GNR e a GC um reforço desses alicerces, fundamentais para o desenvolvimento da cooperação. Neste seguimento, afirmam 33% dos entrevistados que os CCPA, criados com esta prerrogativa de fomentar o combate à criminalidade transfronteiriça, se revelam igualmente um instrumento simplificador para o desenvolvimento da cooperação. Os mesmos 33% de entrevistados consideram que as relações interpessoais dos comandantes em zona de fronteira comum são uma importante ferramenta para a cooperação, dado que, segundo o E6, é necessário estabelecer um sentimento de confiança, para facilitar operações que se desenvolvem a partir das situações inopinadas, em que é necessário agir rapidamente e em força. A existência de um oficial de ligação nos comandos gerais das duas forças é referida por 25% dos entrevistados como fator simplificador da cooperação. Contudo, é de salientar que esta troca de oficiais de ligação foi iniciada apenas há 8 meses, estando ainda numa fase de maturação, pelo que não atingiu ainda o grau de facilitação pretendido na cooperação policial. A mesma percentagem de entrevistados afirma que as plataformas em desenvolvimento pela UE permitem facilitar a cooperação, nomeadamente a EUROSUR, FRONTEX e a SEAHORSE Mediterrâneo. A ligação a curto prazo do SIVICC com o SIVE é apontada por 17% como uma ferramenta simplificadora, pois, não só vai ligar os PO em zona de fronteira, como vai permitir uma ligação dos NCC (EUROSUR), de ambas as forças.

Entrevistas						
Módulo B	Módulo C	Módulo D	Módulo E	Módulo F	Módulo H	Módulo I

Na análise ao módulo E, é possível verificar que a UE se encontra ciente da necessidade do desenvolvimento tecnológico para o reforço das suas fronteiras externas, financiando-o com programas-quadro destinados a fomentar projetos de inovação e

integração em matéria de vigilância de fronteiras, conforme analisado no subcapítulo 3.4. da revisão da literatura. Neste sentido, o seu principal contributo da cooperação é a sua participação conjunta em projetos europeus, pois existe uma necessidade de desenvolver tecnologia à medida das exigências de ambos os países. É neste âmbito que a GNR e a GC se encontram no projeto EUROSUR, implementando as normativas comunitárias nesta matéria e mesmo trabalhando em conjunto para potenciar este projeto; nomeadamente pela ligação dos seus NCC e do SIVICC com o SIVE, de modo a possuírem um maior conhecimento situacional do país vizinho, e a permitirem à FRONTEX obter uma gestão integrada das fronteiras externas da UE. A GNR e GC participam igualmente no projeto *PERSEUS*, de maneira a desenvolverem a integração dos vários sistemas de vigilância de fronteiras marítimas. No que concerne à inovação, fazem parte de um consórcio liderado pela GC, em que são responsáveis por parte de um *Working Group*, onde, de acordo com a sua experiência, fazem o levantamento das necessidades operacionais e lançam as propostas para as indústrias. Estas, por sua vez, desenvolvem a tecnologia dos novos equipamentos, onde a GNR e a GC vão testar e verificar a sua eficácia na vigilância das fronteiras marítimas, podendo lançar novas recomendações para continuar a aprimorar essa tecnologia, procurando ultrapassar obstáculos operacionais.

Entrevistas						
Módulo B	Módulo C	Módulo D	Módulo E	Módulo F	Módulo H	Módulo I

A análise ao módulo F permite verificar que o desenvolvimento tecnológico é fundamental para a eficácia e eficiência da vigilância das fronteiras marítimas, uma vez que a evolução destes sistemas de vigilância leva, por sua vez, a um avanço dos *modus operandi* da criminalidade, que naturalmente, necessitam de uma resposta mais profícua. Assim, a GNR e a GC, além de possuírem tecnologia da mais avançada a nível europeu para a vigilância costeira, participam nestes projetos destinados a complementar e a inovar os seus sistemas de vigilância, dado que os fenómenos criminais estão em constante evolução, concebendo infindavelmente novos métodos para prosseguir as suas atividades.

É nesta perspetiva que surgem projetos a nível europeu para a integração da vigilância, destinando-se essencialmente a uma partilha de informação, visto que esta partilha permite uma resposta conjunta a fenómenos criminais comuns a todos os EM. Segundo o E4, um exemplo desta política são os projetos EUROSUR, SEAHORSE Mediterrâneo e SIVICC-SIVE, que permitem uma interligação dos sistemas nacionais e, por sua vez, um conhecimento situacional mais abrangente das ameaças às suas fronteiras.

Deste modo, ao nível da cooperação policial entre a GNR e a GC, todas estas ferramentas são potencializadas ao máximo, pela célere aceitação em participar nestas plataformas. Para o E10, o exemplo mais significativo dessa prontidão em desenvolver uma vigilância integrada a nível europeu é a consolidação a curto prazo do projeto de ligação SIVICC-SIVE. O entrevistado refere também o facto de este projeto estar intimamente relacionado com a ligação dos respetivos NCC de ambos os países, e que esta consequente ligação irá permitir o acesso a outras plataformas de comunicação: a GNR vai ter o acesso ao SEAHORSE Atlântico, o que conduz a uma perfeita simbiose de ferramentas de partilha de informação.

A participação conjunta da GNR e da GC também abraça projetos de inovação como o *CLOSEYE*, que permitem o desenvolvimento de tecnologias, como *drones*, equipamentos subaquáticos, novos radares, entre outros equipamentos, para uma observação mais além dos seus atuais sistemas de vigilância das fronteiras marítimas. Por conseguinte, esta tecnologia possibilita um conhecimento situacional muito mais abrangente, o que confere a possibilidade de uma maior capacidade de resposta e análise às ameaças vindas por via marítima. Esta tecnologia, de acordo com o E10, ao possibilitar uma vigilância fora dos atuais sistemas, leva a uma redução de embarcações empregues no patrulhamento desta área, e proporciona uma centralização dos meios para uma interceção mais proficiente, atendendo a que os meios dispersos dificultam a atividade operacional.

Esta dinâmica corresponde ao futuro da vigilância das fronteiras marítimas, uma vez que, ao aproveitar a tecnologia para explorar e centralizar a informação, proporciona um melhor comando e controlo de todas as atividades inerentes à temática e uma coordenação mais eficaz e eficiente na atividade operacional. Por um lado, mais eficaz, porque, ao ter o conhecimento da ameaça mais cedo, consegue fazer uma melhor identificação situacional e, consequentemente, atuar de forma mais concertada. Por outro lado, mais eficiente, uma vez que, ao conhecer todo o panorama situacional, viabiliza um melhor emprego dos meios operacionais para responder a um incidente.

Entrevistas						
Módulo B	Módulo C	Módulo D	Módulo E	Módulo F	Módulo H	Módulo I

Na sequência das respostas obtidas no módulo H, verificamos que a GNR e a GC estão conscientes da importância da ligação dos seus sistemas de vigilância, SIVICC e SIVE, para a sua atividade operacional. Consequentemente, estas duas forças de segurança têm intensificado o seu trabalho, no intuito de identificar e resolver as contingências

técnicas que advêm da efetiva ligação dos sistemas, pois, embora eles possuam a mesma tecnologia, requerem uma especificação técnica, conforme referido no subcapítulo 4.3.. De acordo com o E10, esta especificação não passa apenas por realizar um troca de imagens, em tempo real, dos PO em zona de fronteira comum: passa também pela instalação de um *gateway* (ponte de ligação) entre a rede de comunicações SIRESP e a rede de comunicações do *Sistema de radiocomunicaciones Digitales de Emergencia del Estado* (SIRDEE), de modo a permitir uma georreferenciação das patrulhas terrestres e marítimas de ambos os países, assim como uma comunicação direta entre estas patrulhas. Ora, este desiderato é o fundamental para a atividade operacional em zona de fronteira comum, pois, além de permitir uma ligação direta entre patrulhas da GNR e da GC, possibilita uma junção de sinergias, isto é, uma coordenação mais eficaz e eficiente na vigilância das fronteiras marítimas. Deste modo, esta ligação, por esbater as barreiras operacionais da zona de fronteira, constitui-se numa importante ferramenta para contrariar a criminalidade transfronteiriça, dado que permite a vigilância mais acentuada e permanente de um zona crítica, que tende a ser aproveitada para a concretização de atividades criminais.

É nesta perspetiva que a grande maioria dos entrevistados (91%) considera a ligação do SIVICC com o SIVE essencial para uma maior eficácia da vigilância das zonas de fronteira comum, pois, ao garantir um contínuo da atividade operacional com o conhecimento das áreas adjacentes à linha de fronteira, possibilita uma atuação mais concertada no combate às ameaças que proliferam nestas zonas. Este facto é igualmente corroborado pelos entrevistados (82%), ao afirmarem que uma das vantagens da ligação é a partilha de informação operacional, em tempo real, ou seja, a possibilidade de efetuar seguimentos ininterruptos de embarcações suspeitas que passam de um lado da fronteira para o outro. Assim, uma embarcação que seja identificada e esteja a ser seguida no sistema de vigilância espanhol, ao entrar no mar territorial português, passa automaticamente para o seu sistema de vigilância, o que se traduz, em termos operacionais, num ganho de tempo, crucial para o perfeito desenvolvimento das operações subsequentes.

Entrevistas						
Módulo B	Módulo C	Módulo D	Módulo E	Módulo F	Módulo H	Módulo I

Na análise do módulo I, são consideradas todas as medidas elencadas pelos entrevistados para melhorar a cooperação policial existente entre a GNR e a GC, verificando-se que a atual cooperação é considerada pelos entrevistados como um modelo a seguir pelos restantes EM da UE, onde se afirma mesmo que ela caminha para níveis de

excelência, pois os resultados que têm vindo a ser obtidos são a prova desse facto. Contudo, é considerado por 42% dos entrevistados que existiria todo o interesse para ambas as instituições a realização de ações de formação conjuntas, visto que intercâmbio de experiências permite melhorar a atividade operacional na vigilância das fronteiras. É igualmente elencado pelos entrevistados da GNR que existe a necessidade de melhorar os seus meios marítimos, dado que, nesta cooperação, a GNR perde capacidades, não podendo aplicar todos os princípios da GC, o que se traduz em limitações para a atividade operacional. Do mesmo modo, é referido que, para melhorar a cooperação, se poderia incrementar um maior número de patrulhamentos e operações conjuntas; atendendo a que estas ações permitem trazer não só benefícios operacionais, mas também vantagens a nível institucional, pelas relações de confiança que são estabelecidas entre os militares. Neste âmbito, os entrevistados declaram a necessidade de existir um maior orçamento para desenvolver uma cooperação mais profícua, pois os problemas inerentes à cooperação policial encontram-se identificados, nomeadamente ao nível da realização de um maior número de operações conjuntas, das comunicações, dos meios marítimos, faltando apenas verba para a resolução desses constrangimentos.

Para o E4, a cooperação pode ser aprimorada pela descentralização direta no acesso à informação do centro regional a Sul da GC, dado que o ponto de contacto entre a GNR e a GC são os respetivos centros nacionais, o que conduz a longo percurso hierárquico e a uma informação mais refinada por parte da GC. Assim, na zona de fronteira comum a Sul, onde é necessário um apoio mútuo na atividade operacional, a coordenação entre a GNR e a GC é limitada pelo facto de a informação não chegar diretamente aos militares que se encontram no terreno, o que se pode traduzir numa deturpação da informação ou mesmo numa perda de tempo, que pode ser prejudicial para o bom desenrolar das operações subsequentes.

Por fim, ainda neste âmbito do apoio mútuo, é referida pelo E10 a necessidade da extensão do acordo em matéria de perseguição transfronteiriça à fronteira marítima. De facto, atualmente, este acordo apenas abarca a parte terrestre (conforme analisado no subcapítulo 2.3.), não havendo a mesma prerrogativa para as áreas marítimas. Isso pode resultar num deficitário patrulhamento das áreas adjacentes à zona de fronteira comum, pois uma das forças, ao detetar um ilícito que entre no país vizinho, não pode efetuar o seguimento sem a presença da força de segurança do respetivo país, o que acarreta dificuldades para a atividade operacional e, consequentemente, para a eficácia da vigilância das fronteiras marítimas externas.

7.2. Análise estatística

A análise da informação referente à atividade operacional revela necessidades elencadas pelos entrevistados para uma melhor cooperação policial, nomeadamente ao nível do incremento de um aumento dos patrulhamentos e operações conjuntas, onde se verifica que, a partir do ano de 2010, e até julho de 2014, estas atividades operacionais têm vindo a diminuir. Do mesmo modo, devido à redução, é igualmente diminuído o efetivo que participa nestas operações. Como consequência, a cooperação policial é gravemente prejudicada: por lado, ao não existir uma vigilância mais intensa das zonas de fronteira comum, pode haver um aumento da criminalidade, que aproveita estas zonas críticas para proliferar as suas atividades; por outro lado, o diminuir destas ações conduz a uma perda das relações de confiança entre os militares da GNR e da GC, que podem limitar a eficácia operacional, pois é frequente o apoio mútuo em situações não planeadas, que exigem contactos muito próximos para o desenvolvimento destas operações. Podemos, igualmente, verificar que a maioria destas ações é realizada na fronteira portuguesa, o que permite ir ao encontro do referido nas entrevistas: a carência da GNR, em termos de meios marítimos. Por conseguinte, esta limitação impede o desenvolvimento de uma cooperação com máxima plenitude, atendendo a que os seus meios não possuem uma grande autonomia nem uma grande capacidade para acolher os intercâmbios de guarnições nos patrulhamentos mistos.

Por fim, é de salientar que, apesar destas contingências operacionais, as relações de confiança criadas nas ações conjuntas se traduzem nos resultados operacionais desenvolvidos a partir de operações não planeadas, particularmente na zona de fronteira a Sul, com apreensão de grandes quantidades de produto estupefaciente (haxixe). Na análise da figura n.º 3, pode-se verificar que nos anos 2010 e 2012, não existiram operações não planeadas que resultassem em apreensões. Esta situação pode estar relacionada com o facto de a atividade criminal diversificar constantemente as áreas geográficas, ou alterar mesmo o *modus operandi* para a realização destas ações. Porém, nos anos 2011, 2013 e até julho de 2014, certifica-se que a existência de operações não planeadas resultou em grandes quantidades de estupefacientes apreendidos. Isto demonstra, assim, que uma estreita cooperação entre as Subunidades da GNR e da GC em zona de fronteira permite uma junção de sinergias, mais eficaz no combate a atividades ilícitas, que se traduzem numa melhor vigilância das fronteiras marítimas dos seus países, e, consequentemente, das fronteiras externas da UE.

7.3. Resultados da observação direta

A observação da atividade do CCCO da GNR e do CECORVIGMAR da GC, respetivamente de Portugal e Espanha, permitiu compreender cabalmente a vigilância das fronteiras marítimas externas destes dois países. A sua dimensão geográfica, e mesmo a sua realidade situacional, conduzem a uma articulação e a um progresso distintos.

Concretamente, em Espanha, a articulação do sistema de vigilância é efetuada pelos diferentes centros regionais, havendo uma integração e fusão da informação no centro nacional. Por sua vez, em Portugal, a informação agregada no centro nacional é recolhida diretamente dos postos de observação.

No que concerne ao progresso dos sistemas de vigilância, o território espanhol, com as ameaças latentes do narcotráfico e da imigração irregular do Norte de África, entre outras ameaças, desenvolveu mais rapidamente os seus sistemas de vigilância, de maneira a responder eficazmente a esta problemática. Por seu turno, em Portugal, a evolução tem sido um pouco menos célere, dado que não existe uma ameaça tão acentuada às suas fronteiras marítimas como no território espanhol. Contudo, atualmente, ambos os territórios possuem uma tecnologia idêntica, encontrando-se o sistema português numa fase de consolidação dada a sua recente implementação.

Em termos de instalações, ambos os centros nacionais se encontram instalados na capital dos respetivos países. As instalações do CECORVIGMAR são mais bem conseguidas, devido à sua criação de raiz para acolher o sistema. Contudo, as do CCCO não ficam aquém daquelas, dado que também permitem a existência de uma sala de gestão de incidentes, que pode ser transformada para a partilha de informação com outras entidades, nacionais e estrangeiras. Os equipamentos existentes em ambos os centros foram implementados pela mesma multinacional, a *Indra*, correspondendo aos mais avançados em termos tecnológicos, para a vigilância das fronteiras a nível europeu.

No que se refere à monitorização, a articulação difere nestes centros nacionais: no sistema português, é necessário um operador por cada estação de vigilância, que corresponde a um posto de observação instalado no terreno, de modo a monitorizar toda a linha de costa; enquanto que no espanhol apenas é necessário um operador para uma estação, referente a um centro regional, sendo que esta estação apenas tem acesso à informação mais pertinente dessa região.

No que concerne a plataformas de comunicação, ambos possuem a elementar rede telefónica, uma rede digital de telecomunicações - em Espanha, pertencente ao SIRDEE e

em Portugal, respeitante ao SIRESP, que se encontra em fase de implementação neste centro. A nível internacional, ambos os centros possuem ligação ao servidor EUROSUR, em que são carregados os eventos nacionais mais relevantes, nomeadamente narcotráfico, imigração irregular, acidentes marítimos, entre outros. Ainda a este nível, existe em Espanha um servidor *Perseus*, para a integração de sistemas e partilha de informação; comunicações via satélite; e igualmente uma rede *SEAHORSE*. Em Portugal, esta última plataforma encontra-se numa fase de implementação, que irá dotar o seu centro nacional de comunicações via satélite. É de referir que existe ainda em desenvolvimento um SIVICC “reduzido”, de modo a que um comandante de um determinado SDCC/DCC, através de um computador portátil, tenha acesso em tempo real à informação produzida pelos PO da sua zona de atuação. Desta maneira, ele terá um maior conhecimento da sua área de responsabilidade, e, conseqüentemente, possuirá uma maior capacidade de articulação e coordenação dos seus meios operacionais.

Atualmente, em Portugal, como o centro se encontra numa fase de implementação, a coordenação operacional é concretizada pelo operador, passando pelo supervisor, e chegando ao comandante da SDCC/DCC onde foi detetada a situação irregular. Todavia, a curto prazo, com o funcionamento em pleno deste sistema, o operador tem o contacto direto com o comandante da SDCC/DCC, ou mesmo com as patrulhas terrestres e marítimas, por forma a dar indicações precisas aos militares que se encontram no terreno, traduzindo-se assim numa maior eficácia operacional. Em Espanha, como o seu centro é responsável por agregar a informação dos vários centros regionais, não foi possível verificar estes procedimentos; porém, foi possível certificar a existência de georreferenciação nos seus meios terrestres e marítimos. Em Portugal, por seu turno, ainda não existe esta potencialidade, pois encontra-se numa fase de implementação do Sistema de Informação Geográfica – SIRESP (SIG-SIRESP).

Por fim, estes dois centros, por estarem equipados com tecnologia idêntica, permitem uma integração de outros sistemas, quer cooperativos - o VTS e o *Automatic Identification System* (AIS) - quer não cooperativos - ligação do SIVICC com o SIVE. Assim, VTS e AIS complementam o sistema de vigilância, pois permitem obter informações das embarcações, o que naturalmente facilita na identificação de situações irregulares. E a integração do SIVICC com o SIVE permite um maior conhecimento das zonas de fronteira comum, sendo de salientar a existência de ligações pontuais a Sul, entre os dois PO em zona de fronteira, o que comprova a sua interoperabilidade.

Parte Conclusiva

Capítulo 8

Conclusões e recomendações

8.1. Verificação das hipóteses e respostas às questões derivadas

Decorrentes do longo percurso de investigação, as hipóteses levantadas no início do presente trabalho são verificadas por meio das entrevistas realizadas, pela análise estatística, pela observação direta do fenómeno em estudo, e ainda pelo enquadramento teórico, no intuito de validar ou refutar as respetivas hipóteses. Nesta perspetiva, as hipóteses são confirmadas, sendo consideradas totalmente validadas as que obtêm uma percentagem igual ou superior a 75%; são consideradas parcialmente validadas as que se situam entre 50% e 75%; sendo refutadas as que ficam abaixo dos 50%.

A **H1** – Pela realização de patrulhamentos e operações conjuntas entre a GNR e a GC em zona de fronteira marítima comum – é **totalmente validada**. A hipótese é confirmada através das respostas às questões B1 e B2, onde, respetivamente 97% e 83% dos entrevistados, confirmam este facto. No enquadramento teórico, subcapítulo 2.4., permite-se verificar a existência de memorando de cooperação entre a GNR e a GC que abarca este tipo de atividades. Está igualmente fundamentada pela análise estatística da atividade operacional desenvolvida pela GNR e pela GC.

A **H2** – Pela existência de um intercâmbio de informações entre a GNR e a GC na vigilância das fronteiras marítimas comuns – é **parcialmente validada**. Esta validação é fundamentada pela resposta à questão B1 e B2, em que, respetivamente 50% e 67% dos entrevistados, certificam a existência de uma troca de informações. Esta hipótese é verificada no capítulo 3.4., através das plataformas a nível europeu para facilitar a troca de informações e ainda no subcapítulo 2.4., pelos mecanismos existentes entre a GNR e a GC.

A **H3** – Por uma maior eficácia e eficiência na atividade operacional da GNR e da GC na vigilância das fronteiras marítimas comuns – é **totalmente validada**. Ela é certificada tendo em conta as respostas às questões B2 e B5, onde 75% dos entrevistados corroboram esta realidade. E igualmente pela análise estatística dos resultados obtidos nas operações não planeadas, referentes a ações de combate ao narcotráfico.

Com base nas hipóteses anteriores e na análise e discussão de resultados, procedeu-se à resposta da **QD1** – Como se caracteriza a cooperação policial desenvolvida na atividade operacional? – A GNR e a GC, na sua atividade operacional de vigilância das fronteiras marítimas, efetuam patrulhamentos e operações conjuntas em zona de fronteira comum. Estas ações conduzem à obtenção de sinergias, pelo intercâmbio de informações, que permite uma maior eficácia e eficiência operacionais na vigilância das fronteiras marítimas comuns, e, consequentemente, uma salvaguarda das fronteiras externas da UE.

A **H4** – As embarcações utilizadas na vigilância das fronteiras marítimas comuns não são suficientes para a cooperação policial existente entre a GNR e a GC – **é refutada**. Esta constatação resulta das questões C1 e I1, em que, respetivamente 25% e 33% dos entrevistados, a elencaram como dificuldade sentida na cooperação policial.

A **H5** – Os meios de comunicação das embarcações da GNR e da GC não permitem uma ligação direta entre as mesmas – **é refutada**. De facto, na resposta às questões C1 e I1, apenas 17% dos entrevistados consideram que as comunicações existentes constituem uma dificuldade na atividade operacional.

A questão **QD2** – Quais os principais constrangimentos associados à cooperação policial? – tem como resposta que os constrangimentos existentes estão identificados e dissipados, dado que, ao nível das comunicações entre patrulhas da GNR e da GC, já existe tecnologia que permite uma ligação direta entre embarcações, embora ainda não totalmente implementada. Ao nível dos meios operacionais, existe uma carência de embarcações na GNR; contudo, essa fragilidade é superada pelo manancial de recursos que a GC tem disponíveis e coloca ao serviço da cooperação policial, permitindo assim uma plena vigilância das fronteiras marítimas comuns.

A **H6** – Os normativos legais da UE, referentes à cooperação policial transfronteiriça em matéria policial e aduaneira, fomentam a atividade operacional – **é parcialmente validada**. É confirmada pela questão D1, onde 50% dos entrevistados afirmam que os acordos em matéria de cooperação transfronteiriça são simplificadores da atividade policial. No enquadramento teórico, nos subcapítulos 2.3. e 2.4., é possível certificar que existem alicerces legais que fundamentam a atividade operacional conjunta.

A **H7** – Os oficiais de ligação da GNR e da GC, presentes no respetivo Comando Geral e na *Dirección General*, simplificam a cooperação policial – **é refutada**. Com base, na questão D1, verifica-se uma baixa percentagem de entrevistados (25%) a considerarem a existência de oficiais de ligação como um mecanismo facilitador da cooperação.

Expostas estas hipóteses, obtém-se como resposta à **QD3** – A cooperação é simplificada pelos acordos existentes de cooperação transfronteiriça em matéria policial e aduaneira, não tendo ainda os oficiais de ligação, alcançado o grau de facilitação pretendido na atividade operacional em zona de fronteira comum.

A **H8** – A participação ativa da GNR e da GC em projetos de inovação e integração da vigilância das fronteiras marítimas da UE – é **totalmente validada**. É certificada pela questão E1, onde 90% dos entrevistados declaram ser relevante a participação da GNR e da GC nestes projetos. Esta hipótese é também certificada pelo enquadramento teórico no subcapítulo 3.4.. É corroborada de igual modo pela observação direta do fenómeno.

A **H9** – A GNR e a GC, de acordo com a sua experiência, identificam, avaliam e validam as novas ferramentas tecnológicas para a vigilância das fronteiras marítimas da UE – é **parcialmente validada**. Tal ilação resulta da questão E1, onde apenas 50% dos entrevistados considerarem que o contributo da cooperação é identificação, avaliação e validação das novas ferramentas tecnológicas.

Apresentadas as hipóteses, à **QD4** dá-se como resposta – A influência da cooperação policial é a participação conjunta em projetos europeus, onde identificam as necessidades operacionais, fazem uma avaliação, e, conseqüentemente, validam as novas ferramentas tecnológicas destinadas à melhoria da vigilância das fronteiras marítimas.

A **H10** – O desenvolvimento tecnológico possibilita à GNR e à GC integrar e complementar os seus sistemas de vigilância - é **totalmente validada**. Esta certificação é fundamentada na questão F1, por 91% dos entrevistados afirmarem que o desenvolvimento tecnológico melhora a capacidade operacional de ambas as forças ao completar os atuais sistemas. É igualmente validada pela observação direta do fenómeno, pois verifica-se que estes novos sistemas estão a funcionar como complemento aos atuais.

A **H11** – A GNR e GC, com o desenvolvimento tecnológico, conseguem aumentar a sua capacidade de reação, com a deteção de ameaças a uma maior distância – é **totalmente validada**. Esta confirmação resulta da questão F2, onde 80% dos entrevistados considerarem que a principal influência deste desenvolvimento resulta numa maior capacidade de resposta e análise pela deteção antecipada das ameaças vindas por via marítima. E é ainda certificada pelo enquadramento teórico, referente ao capítulo 3.4..

Apresentadas as hipóteses, à **QD5** é dada como resposta – A GNR e a GC, com o desenvolvimento tecnológico da vigilância das fronteiras marítimas, melhoram a sua capacidade operacional pela integração e complemento dos seus atuais sistemas. Deste modo, permite-se a obtenção e tratamento de uma grande quantidade de informação, que se

traduz na atividade operacional, numa maior capacidade de análise e resposta pela deteção precoce de ameaças às suas fronteiras marítimas.

A **H12** – A ligação do SIVICC com o SIVE permite uma maior eficácia na vigilância das zonas de fronteira comum, pois combate a criminalidade que aproveita a vulnerabilidade destas zonas, para desenvolver as suas atividades ilícitas - é **totalmente validada**. É certificada pela resposta à questão H1, onde 91% dos entrevistados afirmam que uma das vantagens da ligação é uma maior eficácia na vigilância das zonas de fronteira comum. É igualmente fundamentada pelo enquadramento teórico do subcapítulo 4.3..

A **H13** – A ligação do SIVICC com o SIVE possibilita uma partilha de informação, em tempo real, que conduz a uma vigilância ininterrupta nas zonas de fronteira comum – é **totalmente validada**. É atestada pelas respostas à questão H1, onde 82% dos entrevistados confirmam a possibilidade de troca de informações operacionais em tempo real.

Com base nas hipóteses, à **QD6** dá-se como resposta – A ligação do SIVICC com o SIVE tem como vantagens uma maior eficácia na vigilância das zonas de fronteiras comuns, pois consegue limitar as vulnerabilidades existentes nestas zonas, assim como proporcionar uma partilha de informações operacionais, em tempo real, que são fundamentais para o desenvolvimento ininterrupto da atividade operacional.

8.2. Reflexões finais e recomendações

Após a verificação das hipóteses levantadas no início da investigação e a consequente resposta às questões derivadas, é dada a resposta à pergunta de partida – **Qual o contributo da cooperação policial entre a GNR e a GC para a melhoria da vigilância das fronteiras marítimas externas da UE?**

A contribuição da GNR e da GC é fundamental para garantir uma vigilância profícua das fronteiras marítimas externas da UE, pois, ao desenvolverem uma acentuada cooperação policial nas zonas de fronteiras comuns de Portugal e Espanha, permitem aplicar cabalmente as medidas compensatórias de carácter operacional, destinadas a prevenir e reprimir a criminalidade transfronteiriça que prolifera nestas áreas complexas.

A participação ativa da GNR e da GC em projetos europeus, como o EUROSUR, proporciona a integração dos seus sistemas de vigilância nacionais, de modo a providenciar à FRONTEX um quadro situacional das fronteiras externas da UE. Para pleno alcance deste desiderato, ao ligar os seus sistemas de vigilância, SIVICC e SIVE, possibilitará uma maior eficácia operacional e uma completa gestão integrada das fronteiras externas da UE.

Por fim, da mesma forma, com a participação em projetos destinados a inovar os sistemas de vigilância, irá aprimorar a sua atividade operacional, pela atualização constante dos seus sistemas de vigilância e pelo maior conhecimento situacional das ameaças às suas fronteiras marítimas, que, por sua vez, se traduzirá numa simbiose perfeita para uma maior eficácia e eficiência na vigilância das fronteiras externas da UE.

8.3. Limitações da investigação

Na realização do presente trabalho, surgiram algumas dificuldades que o limitaram. Primeiramente, o reduzido período para efetuar uma investigação em ciências sociais, onde as 10 semanas não são suficientes para realizar uma perfeita análise da informação recolhida. Seguidamente, a língua espanhola, apesar das semelhanças com a língua portuguesa, acarretou algumas dificuldades ao investigador na recolha de informação em território espanhol. Por fim, o número de páginas constitui-se numa limitação para o desenvolvimento do trabalho, impedindo que alguns dados recolhidos fossem analisados e discutidos (apresentados no apêndice J).

8.4. Recomendações e propostas de investigações futuras

A cooperação policial caminha para níveis de excelência, sendo um exemplo a seguir em matéria de integração da vigilância das fronteiras externas da UE. Todavia, são feitas recomendações passíveis de serem adotadas para facilitar a atividade operacional, e, consequentemente, obter uma vigilância mais proficiente das fronteiras. Assim, sugere-se: *a)* intensificação dos patrulhamentos conjuntos nas zonas de fronteiras comuns; *b)* maior intercâmbio de experiências, ao nível de ações de formação conjuntas; *c)* maior celeridade institucional em corroborar os patrulhamentos das subunidades em zona de fronteira comum; e ainda, *d)* extensão do acordo em matéria de perseguição transfronteiriça terrestre às fronteiras marítimas comuns.

A cooperação policial entre a GNR e a GC passa também pela realização de operações conjuntas em zonas de fronteiras comuns terrestres. Por isso, seria interessante analisar e identificar as suas potencialidades e vulnerabilidades no combate à criminalidade transfronteiriça que prolifera nestas zonas. Sugere-se ainda a possibilidade de fazer uma investigação mais aprofundada, ao nível das novas tecnologias utilizadas na vigilância das fronteiras, de modo a potenciar ao máximo estes recursos, que se constituem como o futuro da atividade operacional.

Bibliografia

Livros

- Coutinho, C. (2011). Metodologia de Investigação em Ciências Sociais e Humanas: Teoria e Prática. Coimbra: Almedina.
- Fortin, M. (2009). O processo de investigação: da conceção à realização. (5ª Ed.). Loures: Lusociência.
- Freixo, M. (2011). Metodologia Científica: Fundamentos, Métodos e Técnicas. (3ª Ed.). Lisboa: Instituto Piaget.
- Gomes, P. V. (2006). Cooperação Policial Internacional: O Paradigma da União Europeia. In Valente, M. M. (Coord.), II Colóquio de Segurança Interna (pp.227-284). Coimbra: Almedina.
- Pardal, L. e Lopes, E. (2011). Métodos e Técnicas de Investigação Social. Porto: Areal.
- Pedroso, A. T. (2012). O Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça da União Europeia. In Gouveia, J. B. (Coord.), Estudos de Direito e Segurança Vol. II (pp.65-90). Coimbra: Almedina.
- Quivy, R. e Campenhoudt, L. (2008). Manual de Investigação em Ciências Sociais. (5ª Ed.). Lisboa: Gradiva.
- Rento, A. (2011). A Segurança e Defesa no Processo de Integração Europeia: A Cooperação Estruturada Permanente. In Almeida & Leitão (Ed.), O Grande Desafio da Segurança e Defesa da União Europeia (pp.35-115). Porto: Almeida & Leitão.
- Sousa, C. U. (2005). A Segurança Interna no Espaço Europeu. In Valente, M. M. (Coord.), I Colóquio de Segurança Interna (pp.101-122). Coimbra: Almedina.
- Sousa, M. J., Baptista, C. J. (2011). Como fazer investigação, Dissertações, Teses, Relatórios. Lisboa: Idel-edições técnicas, Lda.
- Sousa, P. M. (2006). Da Cooperação Policial na União Europeia: As Equipas de Investigação Conjuntas. In Valente, M. M. (Coord.), II Colóquio de Segurança Interna (pp.285-331). Coimbra: Almedina.

Vilelas, J. (2009). *Investigação: O processo de Construção do Conhecimento*. Lisboa: Edições Sílabo.

Teses, dissertações e provas académicas

Bustamante, J. L. (2013). *¿El Servicio de Guarda Costas de la Guardia Civil: Una Realidad Viable?. Trabajo de finalización Curso de Ascenso a Comandante de la Escala Superior de Oficiales*. Aranjuez: Academia de Oficiales de la Guardia Civil.

Eufrázio, J. R. (2012). *O Sistema de Vigilância de Costa no Sistema de Segurança Interna. Trabalho de Candidatura à obtenção de uma Pós-Graduação em Direito e Segurança*. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

Ferrando, J. A. (2005). *El Plan Sive: Su Evolución como Respuesta a la Inmigración Ilegal. Trabajo Académico Dirigido de finalización de estudios de la Academia de Oficiales de la Guardia Civil*. Aranjuez: Academia de Oficiales de la Guardia Civil.

Ferrer, G. D. (2008). *Posibilidades de Empleo de los Vehículos Aéreos no Tripulados por la Guardia Civil. Trabajo Académico Dirigido de finalización de estudios de la Academia de Oficiales de la Guardia Civil*. Aranjuez: Academia de Oficiales de la Guardia Civil.

Martins, V. G. (2013). *Cooperação Policial: Os Centros de Coordenação Policial e Aduaneira e a Guarda Nacional Republicana – A Recolha e o Intercâmbio de Informações. Trabalho de Candidatura à obtenção do Grau de Mestre na Especialidade de Segurança*. Lisboa: Academia Militar.

Ortiz, J. A. (2010). *La implantación del SIVE y sus consecuencias en la Delincuencia Organizada. Trabajo de finalización Curso de Ascenso a Comandante de la Escala Superior de Oficiales*. Aranjuez: Academia de Oficiales de la Guardia Civil.

Pascoal, P. G. (2011). *La Delincuencia Transfronteriza. Un Ámbito a Desarrollar por la Guardia Civil. Trabajo Académico Dirigido de finalización de estudios de la Academia de Oficiales de la Guardia Civil*. Aranjuez: Academia de Oficiales de la Guardia Civil.

Perea, S. E. (2011). *El Empleo del Helicóptero en la Vigilancia de Costas. Trabajo Final do Curso de Ascenso a Comandante de la Escala Superior de Oficiales*. Aranjuez: Academia de Oficiales de la Guardia Civil.

Artigos e publicações periódicas

Cajarabille, V. L. (2013). A segurança no Mar. In Maria Scientia: Revista Científica Electrónica (Ed. n.º 5 de Março, pp. 16-30). Retirado: junho, 9, 2014 de http://www.iep.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/LIAM/Maria_Scientia_n%C2%BA5-MAR2013_rv1.pdf.

Duarte, A. R. (2011). As Fronteiras Marítimas, a Segurança Marítima e a Cooperação Internacional. In Maria Scientia: Revista Científica Electrónica (Ed. n.º 5 de Março, pp. 2-33). Retirado: junho, 9, 2014 de http://www.iep.lisboa.ucp.pt/resources/Documentos/LIAM/Maria_Scientia_n%C2%BA1-Nov2011r.pdf.

Monteiro, N. S. (2014). A evolução tecnológica e a capacidade de controlo da ZEE: o VTS, o AIS e o LRIT. Instituto dos Mares da Lusofonia. Acedido: junho, 5, 2014 de <http://www.imlusofonia.org/index.php/actividades/congresso-2008/121-intervencao-a-evolucao-tecnologica-e-a-capacidade-de-controlo-da-zee-o-vts-o-ais-e-o-lrit>.

Pedra, J. J. (2010). A Segurança e a Defesa da União Europeia. De Maastricht a Lisboa. Contributos para uma Análise Estratégica. In Instituto de Estudos Superiores Militares, Boletim n.º 8 (MAI 2010). Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

Revista da Guardia Civil. (2013, Novembro). *El Príncipe D. Felipe inaugura el nuevo Centro de Operaciones de la Guardia Civil*. *Revista da Guardia Civil*, p.p.6-9.

Documentos da Internet e outros

Ashton, C. (2014). Comunicação Conjunta ao Parlamento Europeu e ao Conselho - Para um domínio marítimo global aberto e seguro: elementos para uma estratégia da União Europeia em prol da segurança dos mares. Retirado: março, 16, 2014, de [http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/join/com_join\(2014\)0009_/com_join\(2014\)0009_pt.pdf](http://www.europarl.europa.eu/meetdocs/2009_2014/documents/join/com_join(2014)0009_/com_join(2014)0009_pt.pdf).

- Comissão das Comunidades Europeias (2008). Comunicação da Comissão Ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Económico e Social Europeu e ao Comité das Regiões - Relatório sobre a avaliação e o desenvolvimento futuro da Agência FRONTEX. Retirado: junho, 8, 2014 de <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2008:0067:FIN:PT:PDF>.
- Conselho Europeu de Sevilha, de 21 e 22 de Junho de 2002. Conclusões da Presidência. Retirado: maio, 25, 2014 de http://www.fd.uc.pt/CI/CEE/pm/LegCE/Conselho%20Europeu%20Sevilha%2021_22-06-2002.pdf.
- Dias, M. e Instituto, G. (2009). *Finis Portugalliae = Nos Confins de Portugal - Cartografia militar e identidade territorial* - Instituto Geográfico do Exército. Retirado: junho, 10, 2014 de http://www.igeoe.pt/downloads/file143_pt.pdf.
- Eufrázio, J. (2013). A GNR na ID&I da Vigilância da Costa [PowerPoint slides]. Retirado: Abril, 14, 2014, de http://www.afceaportugal.pt/2014/eventos/Apr_GNR_V.WEB_v2.pdf.
- Hartmann, A. R. (2014). *Cooperação Policial: Fichas técnicas sobre a União Europeia – 2014*. Parlamento Europeu. Retirado: maio, 24, 2014 de http://www.europarl.europa.eu/ftu/pdf/pt/FTU_5.12.7.pdf.
- Investigação e Inovação (2006): FP7 – As respostas de amanhã começam hoje. Retirado: maio, 29, 2014 de http://ec.europa.eu/research/fp7/pdf/fp7-factsheets_pt.pdf.
- Relatório Anual de Segurança Interna (2013). Sistema de Segurança Interna – Gabinete do Secretário-Geral. Retirado: junho, 5, 2014 de http://www.portugal.gov.pt/media/904058/20130327_RASI%202012_vers%C3%A3o%20final.pdf.
- Rodrigues, J. R. (2013). *Vigilância Costeira* [PowerPointslides]. Lisboa: Instituto de Estudos Superiores Militares.

Sites

- CEPOL. (2014). European Police College - An Agency of the European Union. Acedido: junho, 4, 2014, em <https://www.cepoleuropa.eu/>.
- CLOSEYE. (2014). Collaborative Evaluation Of border Surveillance technologies in maritime Environment bY preoperational validation of innovativE solutions. Acedido: maio, 16, 2014, em <http://www.closeye.eu/>.

- Comissão Europeia, (2014). EUROSUR: Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras. Acedido: maio, 18, 2014, em http://ec.europa.eu/portugal/comissao/destaques/20131205_sistema_vigilancia_fronteiras_pt.htm.
- Direção Geral da Administração Interna. (2014a). Relações internacionais> Direção de Serviços de Assuntos Europeus> Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça> Cooperação Policial e Segurança. Acedido: junho, 3, 2014, em <http://www.dgai.mai.gov.pt/?area=102&mid=105&sid=105&ssid=106>.
- Direção Geral da Administração Interna. (2014b). Revisão do mandato da Agência Europeia FRONTEX. Acedido: junho, 4, 2014, em <http://www.dgai.mai.gov.pt/?area=203&mid=000&sid=1&ssid=000&cid=CNT4efb10bf815d4>.
- Direção Geral da Administração Interna. (2014c). Página Inicial> Programa-Quadro SOLID> Fundo para as Fronteiras Externas. Acedido: junho, 5, 2014, em <http://www.fundoscomunitarios.dgai.mai.gov.pt/proquadro/FunEurFroExternas/Paginas/default.aspx>.
- DLR. (2014). Satellite-based maritime security. Acedido: maio, 17, 2014, em http://www.dlr.de/dlr/en/desktopdefault.aspx/tabid-10213/335_read-1059/year-all/#gallery/2367.
- Força Aérea. (2014). UAV em missão no Mar Português. Acedido: maio, 17, 2014, em <http://www.emfa.pt/www/noticia-569-uav-em-missao-no-mar-portugues>.
- FRONTEX (2014). STRATEGIC ANALYSIS. Acedido: maio, 19, 2014, em <http://frontex.europa.eu/intelligence/strategic-analysis>.
- Gabinete de Promoção do Programa Quadro de I&DT (2014). FCT - Fundação para a Ciência e Tecnologia | Ministério da Educação e Ciência. Acedido: julho, 6, 2014, em <http://www.gppq.fct.pt/h2020/h2020.php>.
- GMV. (2014). GMV - Enfrentando Operação EUROSUR Projeto de Vigilância de Fronteiras. Acedido: maio, 18, 2014, em <http://www.gmv.com/pt/Empresa/Comunicacao/Noticias/2014/03/Eurosur.html>.
- Indra. (2014a). Nossa Atividade - Companhia Global. Acedido: maio, 17, 2014, em <http://www.indracompany.com/pt-br/sobre-indra/global-company>.
- Indra. (2014b). Innovative Projects: Protection of European seas and borders through the intelligent use of surveillance. Acedido: maio, 17, 2014, em

- <http://www.indracompany.com/en/sostenibilidad-e-innovacion/proyectos-innovacion/perseus-protection-of-european-seas-and-borders-thr>.
- National Space Centre. (2014). Sagres. Acedido: maio, 17, 2014, em <http://nationalspacecentre.eu/sagres/>.
- NEREIDS. (2014). Technical Details. Acedido: maio, 17, 2014, em <http://www.nereids-fp7.eu/>.
- PERSEUS. (2014). Projeting EuRopean SEa and Borders Through the Intelligence USe of Surveillance. Acedido: maio, 17, 2014, em <http://www.perseus-fp7.eu/>.
- Statewatch News Online*. (2013, may 10). Field testing: CLOSEYE project puts drones over the Mediterranean. Acedido: maio 16, 2014, em <http://oppenheimer.mcgill.ca/Field-testing-CLOSEYE-project-puts?lang=en>.

Legislação

- Acuerdo entre el Reino de España y la República Portuguesa sobre Cooperación Transfronteriza en Materia Policial y Aduanera de 18 de marzo de 2008. Disposiciones Generales; Cooperación Transfronteriza en Materia Policial y Aduanera, hecho «ad referendum» en Évora el 19 de noviembre de 2005. Boletín Oficial del Estado, n.º 67, BOE-16047-16050. Ministerio de Assuntos Exteriores y de Cooperación.*
- Conselho (1995). Acto do Conselho de 26 de julho de 1995 que estatui a Convenção elaborada com base no artigo K.3 do Tratado da União Europeia que cria um Serviço Europeu de Polícia (Convenção Europol). Jornal Oficial das Comunidades Europeias nº 316 de 27 de novembro de 1995, 1-64.
- Conselho (2002). Decisão do Conselho de 28 de fevereiro de 2002 relativa à criação da Eurojust a fim de reforçar a luta contra as formas graves de criminalidade. Jornal Oficial das Comunidades Europeias nº 63 de 6 de março de 2002, 1-13.
- Conselho (2004). Regulamento (CE) 2007/2004, Do Conselho de 26 de outubro de 2004 que cria uma Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União Europeia. Jornal Oficial da União Europeia nº L 349 de 25 de novembro de 2004, 1-20.
- Conselho (2009). Conselho da União Europeia: Programa de Estocolmo – Uma Europa aberta e segura que sirva e proteja o cidadão. Presidência do Conselho nº 16484/1/09 REV 1 JAI 866 + ADD 1 de 2 de dezembro de 2009, 1-82.

- Conselho (2011). Regulamento (UE) nº 1168/2011, Do Parlamento Europeu e do Conselho de 25 de outubro de 2011 que altera o Regulamento (CE) nº 2007/2004 do Conselho que cria uma Agência Europeia de Gestão da Cooperação Operacional nas Fronteiras Externas dos Estados-Membros da União. *Jornal Oficial da União Europeia* nº L 304 de 22 de novembro de 2011, 1-17.
- Comissão Europeia (2007). Decisão da Comissão de 27 de agosto de 2007 que aplica a Decisão nº 574/2007/CE do Parlamento Europeu e do Conselho relativa à aprovação de directrizes estratégicas para o período 2007-2013. *Jornal Oficial da União Europeia* nº L 233 de 5 de novembro de 2007, 3-3.
- Decreto nº 48/92, de 12 de dezembro. *Diário da República*, 1.^a Série-A, nº 286, 5682-5683. Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Decreto nº 6/93, de 26 de fevereiro. *Diário da República*, 1.^a Série-A, nº 48, 839-840. Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Decreto do Presidente da República nº 55/93, de 25 de novembro. *Diário da República*, 1.^a Série-A, nº 276, 6538-6628. Presidência da República.
- Decreto nº 5/98, de 17 de fevereiro. *Diário da República*, 1.^a Série-A, nº 40, 616-619. Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Decreto nº 48/99, de 9 de novembro. *Diário da República*, 1.^a Série-A, nº 261, 7816-7819. Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Decreto-lei nº 43/2002, de 2 de março. *Diário da República*, 1.^a Série-A, nº 52, 1750-1752. Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto-lei nº 44/2002, de 2 de março. *Diário da República*, 1.^a Série-A, nº 52, 1752-1758. Ministério da Defesa Nacional.
- Decreto nº 13/2007, de 13 de julho. *Diário da República*, 1.^a Série, nº 134, 4432-4439. Ministério dos Negócios Estrangeiros.
- Decreto Regulamentar nº 86/2007, de 12 de dezembro. *Diário da República*, 1.^a Série-N, nº 239, 8880-8884. Ministério da Defesa Nacional.
- Lei nº 63/2007, de 6 de novembro. Aprova a orgânica da Guarda Nacional Republicana. *Diário da República*, 1.^a Série-N, nº 213, 8043-8051. Assembleia da República.
- Lei nº 53/2008, de 29 de Agosto. *Diário da República*, 1.^a Série, nº 167, 6135-6141. Assembleia da República.
- Ley Orgánica 2/86, de 13 de marzo. De Fuerzas y Cuerpos de Seguridad. Boletín Oficial del Estado*, nº 63, BOE-A-1986-6859. Jefatura del Estado.

Orden PRE/422/2013, de 15 de marzo. La estructura orgánica de los Servicios Centrales de la Dirección General de la Guardia Civil. Boletín Oficial del Estado, n.º66, BOE-A-2013-2906. Ministerio de la Presidencia.

Parlamento Europeu e o Conselho (2013). Regulamento (UE) n.º 1052/2013, do Parlamento Europeu e do Conselho de 22 de outubro de 2013 que cria o Sistema Europeu de Vigilância das Fronteiras (EUROSUR). Jornal Oficial da União Europeia n.º L 295 de 6 de novembro de 2013, 11-26.

Resolução da Assembleia da República n.º 60-B/97, de 14 de outubro. Aprova, para ratificação, a Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar e o Acordo Relativo à Aplicação da Parte XI da mesma Convenção. Diário da República, 1.ª Série-A, n.º 238, 5486-(3)-5486-(192). Assembleia da República.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 19/2013, de 5 de abril. Diário da República, 1.ª Série, n.º 67, 1981-1995. Presidência do Conselho de Ministros.

Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2014, de 12 de fevereiro. Diário da República, 1.ª Série, n.º 30, 1310-1336. Presidência do Conselho de Ministros.

Documentos Oficiais

Academia de Oficiales de la Guardia Civil. Organización de la Seguridad - Las Fuerzas y Cuerpos de Seguridad del Estado. Aranjuez: Academia de Oficiales de la Guardia Civil.

Acordo sobre Controlos Móveis de 1994, de 17 de janeiro. Celebrado pelo Ministro da Administração Interna de Portugal e o Ministro do Interior de Espanha. Lisboa: GNR - Divisão de Planeamento Estratégico e Relações Internacionais.

Estrategia de Seguridad Nacional. (2013). Un proyecto compartido. Presidencia del Gobierno: Departamento de Seguridad Nacional.

Jefatura Fiscal Y de Fronteras. (2014). EXCHANGE OF THE NSP BETWEEN THE NCCs OF SPAIN AND PORTUGAL (SIVE-SIVICC INTEGRATION). Madrid: Jefatura Fiscal Y de Fronteras.

Memorando de Cooperação a 31 de março de 2009. Entre a Guarda Nacional Republicana, de Portugal, e a *Guardia Civil*, do Reino de Espanha. Madrid: *Servicio Marítimo de la Guardia Civil*.

Relatório Interno da Secção de Operações, Informações e Relações Públicas da Unidade de Controlo Costeiro. (2014). Informação estatística das operações conjuntas entre a GNR e a GC. Lisboa: Unidade de Controlo Costeiro.

Relatório Interno da Secção de Operações, Informações e Relações Públicas da Unidade de Controlo Costeiro. (2014). Relação dos Projetos envolvendo a Unidade de Controlo Costeiro. Lisboa: Unidade de Controlo Costeiro.

XXVII Cimeira Luso-Espanhola em 4 de junho de 2014. Reunião do Ministro da Administração Interna de Portugal com o Ministro do Interior de Espanha. Madrid: *Jefatura Fiscal Y de Fronteras*.

Glossário

Autoridade Marítima: É entendido como “o poder público a exercer nos espaços marítimos sob soberania ou jurisdição nacional, traduzido na execução dos actos do Estado, de procedimentos administrativos e de registo marítimo, que contribuam para a segurança da navegação, bem como no exercício de fiscalização e de polícia, tendentes ao cumprimento das leis e regulamentos aplicáveis nos espaços marítimos sob jurisdição nacional”, de acordo com art.º 3 do Decreto-lei n.º 43/2002.

Autoridade Marítima Nacional: É a “entidade responsável pela coordenação das actividades, de âmbito nacional, a executar pela Marinha e pela DGAM, na área de jurisdição e no quadro do SAM, com observância das orientações definidas pelo Ministro da Defesa Nacional, devendo submeter a este a proposta do respectivo orçamento”, conforme o n.º1 do art.º 2 do Decreto-lei n.º 44/2002.

Costa marítima: É a orla marítima de um mar ou oceano, onde existe um encontro com terra, isto é, corresponde ao encontro da linha de costa com a plataforma continental (Perea, 2011).

Fronteira: O conceito jurídico define a fronteira como uma linha permanente que estabelece o limite das competências territoriais dos Estados (Ferrando, 2005).

Fronteira Exterior da União Europeia: Surge com o desaparecimento das fronteiras internas dos EM, assim a fronteira é convertida numa única para todo o espaço geopolítico da UE, ou seja, corresponde aos limites do espaço de liberdade, segurança e justiça (Ferrando, 2005).

Fronteira Interior: “As fronteiras comuns terrestres das Partes Contratantes, bem como os seus aeroportos, no que diz respeito aos voos internos, e os seus portos marítimos, no que diz respeito às ligações regulares de navios que efectuem operações de transbordo, exclusivamente provenientes ou destinados a outros portos nos territórios das Partes Contratantes, sem escala em portos fora destes territórios”, nos termos do art.º 1 do Decreto do Presidente da República n.º 55/93.

Fronteira exterior: “As fronteiras terrestres e marítimas, bem como os aeroportos e portos marítimos das Partes Contratantes, desde que não sejam fronteiras internas”, conforme consagrado no art.º 1 do Decreto do Presidente da República n.º 55/93.

Grandes Opções do Conceito Estratégico de Defesa Nacional: “Pressupõe uma estratégia nacional, cuja credibilidade seja reconhecida e capaz de mobilizar os portugueses. Parte do princípio de que para a realização dos objetivos da segurança e da defesa nacional concorrem todas as instâncias do Estado e da sociedade. (...) Estamos, portanto, a falar de uma visão de conjunto da estratégia nacional, incluindo uma abordagem conceptual sobre os fundamentos que a enquadram e lhe dão coerência: o poder e a vontade; a mobilização de recursos materiais e imateriais” (RCM, 2013, pp.1981-1982).

Guarda Nacional Republicana: “É uma força de segurança de natureza militar, constituída por militares organizados num corpo especial de tropas e dotada de autonomia administrativa”, conforme consagrado no n.º1 do art.º 1 da Lei 63/2007.

Guardia Civil: É uma força armada de natureza militar, dependente do Ministro do Interior, no desempenho das funções atribuídas por Lei, e do Ministro da Defesa no cumprimento das missões militares atribuídas pelo Governo. Em tempos de guerra e durante o sítio, depende exclusivamente do Ministro da Defesa, conforme a alínea b), *do art.º 9 da Ley Orgánica 2/86*.

Segurança Interna: “É a actividade desenvolvida pelo Estado para garantir a ordem, a segurança e a tranquilidade públicas, proteger pessoas e bens, prevenir e reprimir a criminalidade e contribuir para assegurar o normal funcionamento das instituições democráticas, o regular exercício dos direitos, liberdades e garantias fundamentais dos cidadãos e o respeito pela legalidade democrática”, conforme consagrado no n.º1 do art.º 1 da Lei n.º 53/2008.

Sistema de Autoridade Marítima: É “quadro institucional formado pelas entidades, órgãos ou serviços de nível central, regional ou local que, com funções de coordenação, executivas, consultivas ou policiais, exercem poderes de autoridade marítima”, conforme o art.º 2 do Decreto-lei nº43/2002.

Apêndices

Apêndice A
Projetos de investigação e desenvolvimento:
CLOSEYE, PERSEUS, SAGRES, NEREIDS e MARISS

Projeto de investigação e desenvolvimento: *CLOSEYE*

O *Collaborative Evaluation Of border Surveillance technologies in maritime Environment bY preoperational validation of innovativE solutions*, melhor identificado pelo acrónimo *CLOSEYE*, é um projeto ao abrigo do *FP7*, que se destina a proporcionar à UE um quadro técnico e operacional, de forma a aumentar a consciência situacional e melhorar a capacidade de reação das autoridades competentes para a vigilância das fronteiras externas da UE. Encontra-se ainda numa fase de validação, pois utiliza tecnologia inovadora para o ambiente operacional; porém, vai permitir aplicação comum de ferramentas de vigilância das fronteiras marítimas da UE, de acordo com o *site* organizacional do *CLOSEYE* (2014).

O consórcio reúne as autoridades de maior relevo na vigilância das fronteiras marítimas a Sul da UE, designadamente a GNR, a GC e a *Marina Militare Italiana*. Essa fusão permite o aproveitamento da experiência operacional destas autoridades na área, bem como do seu posicionamento privilegiado, no que concerne ao principal foco de atividades marítimas irregulares e garante também o acesso aos sistemas de vigilância das fronteiras, para apoiar um consequente processo de validação, conforme o *site* do *CLOSEYE* (2014).

Além das autoridades anteriormente referenciadas, colaboram conjuntamente agências e entidades civis, particularmente a *Ingenieria de Sistemas para la Defensa de España*, a *Agencia Spaziale Italiana* e a *European Union Satellite Centre*, que vão demonstrar a eficiência e a eficácia das tecnologias desenvolvidas especificamente para fazer face a episódios concretos nesta área do globo, segundo o *site* do *CLOSEYE* (2014).

Este consórcio é liderado pela Espanha, mais especificamente pela GC, tendo como parceiro a GNR, dado que partilham interesses comuns na melhoria da vigilância e segurança marítimas nas suas zonas de fronteira. Este projeto contempla tecnologia de ponta, nomeadamente *drones* aéreos e marítimos, balões estacionários, satélites e ainda os sistemas de vigilância da costa das autoridades envolvidas no projeto. Segundo o *Statewatch News Online* (2013, may 10), o *CLOSEYE* destina-se a reforçar estes sistemas de vigilância, uma vez que possibilita a adição de imagens aéreas em tempo real, o que

aumenta significativamente a capacidade operacional das autoridades competentes para a vigilância das fronteiras marítimas. Além disso, permite o desenvolvimento do EUROSUR, pois encontra-se inteiramente ligado aos planos para fortificar as fronteiras da Europa, com tecnologias de vigilância e deteção de riscos e ameaças, ligando-se ainda a outras iniciativas que visam a segurança na vertente marítima. Na XXVII Cimeira Luso-Espanhola, na reunião do Ministro de Administração Interna de Portugal e o Ministro do Interior de Espanha, ambos se congratularam pelo projeto *CLOSEYE*, pois esta iniciativa permite dar resposta ao desafio da UE em controlar as pressões migratórias.

Projeto de investigação e desenvolvimento: *PERSEUS*

O *Protection of European seas and borders through the intelligent use of surveillance (PERSEUS)* é igualmente um projeto financiado no âmbito do *FP7*, cujo objetivo é desenvolver e demonstrar um sistema europeu de vigilância marítima, integrando infraestruturas nacionais e comunitárias já existentes, porém reforçando-o com tecnologias inovadoras, conforme o *site* organizacional *PERSEUS* (2014). A *Indra*¹⁹, em colaboração com a GC, é responsável pela coordenação do consórcio, formado por 29 parceiros de 12 países europeus diferentes, a maioria deles com fronteiras marítimas (Indra, 2014b). Assim, num ambiente de integração e cooperação nacional e comunitária, cada um dos parceiros desenvolve as suas atividades de investigação em áreas complementares, tendo em vista o desenvolvimento de sinergias conducentes à concretização do objetivo final, ou seja, complementar os atuais sistemas de vigilância das fronteiras marítimas com o aumento da capacidade de resposta destes em termos de eficiência e rapidez.

Este projeto incorporara inovações tecnológicas em matéria de deteção e análise, nomeadamente com implementação de vários sensores nos atuais sistemas de vigilância, de modo a detetar mesmo aeronaves que voam a baixa altitude, bem como a utilização de aviões não tripulados para a deteção de pequenas embarcações no Mediterrâneo. A implementação do EUROSUR é uma temática desenvolvida por este projeto, na medida em que fornece a descrição em tempo real das áreas costeiras e marítimas, melhorando os sistemas de vigilância das fronteiras externas da UE. Em Portugal, segundo o *site*

¹⁹ A *Indra* é a multinacional de tecnologia de informação, correspondendo à mais conceituada empresa espanhola na área das tecnologias, e uma das principais da Europa e América Latina. É também segunda empresa europeia em capitalização do seu setor e a segunda empresa espanhola que mais investe em pesquisa e desenvolvimento, de acordo com o *site* organizacional (Indra, 2014a).

institucional da Força Aérea (2014), participam no desenvolvimento do projeto INOV-INESC Inovação, Marinha, Força Aérea e GNR. De acordo com a SOIRP da UCC (2014), esta Unidade participa na realização de exercícios com meios operacionais, nomeadamente embarcações, pelo sistema de vigilância costeiro e ainda pelo Centro de Comando e Controlo Nacional (CCCN), por forma a integrar toda a informação e posterior partilha com outras entidades responsáveis pela vigilância das fronteiras externas da UE.

Projeto de investigação e desenvolvimento: *SAGRES*

O projeto de *Services Activations for Growing Eurosur's Success (SAGRES)* é igualmente uma linha de desenvolvimento no âmbito do *FP7*, tendo como objetivo testar e validar o fluxo de trabalho e tecnologia para o rastreamento de navios de grandes dimensões, provenientes de portos de um país terceiro até à sua intercetação no porto de abrigo (National Space Centre [NSC], 2014). Este projeto permite também um controlo das costas marítimas de países terceiros, que tenham sido identificados como pontos de partida regulares para os navios pequenos, que normalmente são utilizados para a imigração irregular, o crime transfronteiriço e até mesmo representando uma ameaça para a segurança interna da UE (NSC, 2014).

Assim, segundo Eufrázio (2013), este projeto assenta na monitorização de navios em alto mar e em portos fora dos limites da UE, podendo ainda efetuar uma monitorização da zona de costa dos países fora da UE onde seja previsível a saída de embarcações para praticar ações delituosas. Este projeto tem ainda como função desenvolver e contribuir para a aplicação comum de instrumentos de vigilância, que consubstanciam a integração do EUROSUR.

Projeto de investigação e desenvolvimento: *NEREIDS*

Outro projeto no âmbito do *FP7* é o *New Concepts in Maritime Surveillance for Consolidating Operational Developments (NEREIDS)*, concebido para fornecer uma visão integrada da vigilância marítima e da vigilância das fronteiras marítimas, de modo a que as diferentes entidades e serviços competentes no domínio marítimo possam tornar-se mais eficientes no combate à criminalidade que prolifera nos mares, nomeadamente o tráfico, a imigração irregular, o controlo das pescas, (NEREIDS, 2014). Tendo em conta que as diferentes entidades e serviços detêm aplicações específicas que não permitem uma constante atualização das informações, este projeto desenvolve um sistema de sistemas que

permite uma completa imagem marítima, resolvendo os inconvenientes tecnológicos que as atuais entidades e serviços enfrentam na sua atividade diária (NEREIDS, 2014).

Este projeto encontra-se em sintonia com os princípios do EUROSUR, dado que é concebido para fornecer uma visão integrada da política de vigilância marítima, consentindo o acompanhamento de todas as atividades neste domínio, através da deteção automática de embarcações com recurso a imagens de alta resolução ótica e de radar. Neste sentido, ainda segundo Eufrázio (2013), ele permite a integração da monitorização e vigilância de navios, com o processamento de imagens de satélite, fusão de dados, análise de rotas e a deteção de navios em situação irregular, o que facilita as autoridades competentes na aplicação da lei.

Neste consórcio é integrada a empresa portuguesa GMV, que, ao nível nacional, tem a responsabilidade de desenvolvimento do *software* aplicável em matéria de integração de sistemas. A GNR participa também, na qualidade de consumidor final, tomando apenas parte nas campanhas portuguesas, com o contributo de requisitos operacionais para cenários específicos e avaliando as ferramentas e tecnologias do sistema para a resolução desses mesmos cenários.

Projeto de investigação e desenvolvimento: *MARISS*

Por fim, o *Maritime Security Services (MARISS)* é mais um projeto no âmbito do quadro de investimento para a tecnologia do *FP7*, que visa desenvolver tecnologia para a identificação de embarcações através da aquisição de imagem *Satellite Aperture Radar* (SAR) e a sua interligação com outros sistemas de identificação de embarcações (Eufrázio, 2013). As imagens por satélite permitem a identificação de uma embarcação que, pelo seu comportamento ou características, indicie um anormal comportamento, suscetível de ser considerada como embarcação suspeita de atividade irregular. Apesar de ter como objetivo a deteção com maior precisão e rapidez de embarcações em atividades ilícitas nos oceanos, possibilita ainda alertar os navios para intempéries, salvaguardando assim a integridade física das pessoas que interagem diretamente com os oceanos (DLR, 2014). O projeto é liderado em Portugal pela EDISOFT, tendo a GNR um acordo a nível de serviço, de modo a beneficiar do desenvolvimento dessa tecnologia, embora o seu envolvimento seja apenas como utilizador final das ferramentas resultantes do projeto.

Apêndice B

Sistema de Autoridade Marítima

A figura n.º 4 representa o quadro institucional formado pelas diferentes entidades com funções de coordenação executivas, consultivas ou policiais do SAM, conforme consagrado no art.º 1 do Decreto Regulamentar nº 86/2007.



Figura n.º 4 –Quadro institucional formado pelas entidades do Sistema de Autoridade Marítima

Apêndice C

Lista dos entrevistados

O quadro n.º 3 agrupa as individualidades entrevistadas nesta investigação, assim como as funções desempenhadas e as habilitações literárias.

Quadro n.º 3 – Lista dos entrevistados

Entrevistados	Nome	Função	Habilitações literárias
E1	Coronel Taciano Alfredo Teixeira Correia	Chefe de Estado Maior da UCC	Licenciatura em Assuntos Europeus; Curso de Formação de Oficiais da GNR.
E2	Tenente-Coronel Paulo Silva Guerreiro	Chefe do Centro Comando e Controlo Operacional da UCC	Licenciado; Curso de Formação de Oficiais da GNR.
E3	Tenente-Coronel Luís Manuel Gonçalves Sequeira	Chefe da Secção de Operações, Informações e Relações Públicas da UCC	Licenciado; Curso de Formação de Oficiais da GNR.
E4	Major João Rafael Lavado Eufrázio	Adjunto da Secção de Operações, Informações e Relações Públicas da UCC	Pós-Graduação em Direito e Segurança; Licenciatura em Ciências Militares da GNR
E5	Tenente Gabriel Miranda Barbosa	Comandante do Subdestacamento de Controlo Costeiro de Caminha	Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança
E6	Tenente Nuno João da Costa Ferreira Marinho	Comandante do Subdestacamento Controlo Costeiro de Vila Real de Santo António	Mestrado em Ciências Militares na Especialidade de Segurança
E7	<i>Teniente Coronel</i> José Felix Carod	<i>Jefe interino del Servicio Marítimo de la Guardia Civil</i>	<i>Curso de Ascenso a Comandante de la Escala Superior de Oficiales</i>
E8	<i>Teniente Coronel</i> Eduardo Lobo Espinosa	<i>Jefe del Centro Nacional de Coordinación para la Vigilancia Marítima de Costas y Fronteras</i>	<i>Curso de Ascenso a Comandante de la Escala Superior de Oficiales</i>
E9	<i>Comandante</i> Jesús Borjas Astorga	<i>Jefe del oficina de programas SIVE - Jefatura Fiscal y de Fronteras</i>	<i>Curso de Ascenso a Comandante de la Escala Superior de Oficiales</i>
E10	<i>Comandante</i> Conrado Ávila Alexandre	<i>Jefe del Servicio tecnológico en Dirección Comunicaciones y Sistemas de Información</i>	<i>Curso de Ascenso a Comandante de la Escala Superior de Oficiales</i>
E11	<i>Teniente</i> Amadeo Villarino González	<i>Jefe del Servicio Marítimo Provincial de Pontevedra</i>	<i>Curso de Oficiales de la Guardia Civil</i>
E12	<i>Alférez</i> Moisés González Alba	<i>Jefe Interino del Servicio Marítimo Provincial de Huelva</i>	<i>Curso de Oficiales de la Guardia Civil</i>

Apêndice D
Carta de apresentação e guião de entrevista em português



Academia Militar

**A Guarda Nacional Republicana e a *Guardia Civil*:
Cooperação Policial na Vigilância da Fronteira Externa da
União Europeia**

**Autor: Aspirante de Infantaria da Guarda Nacional Republicana
Carlos Isidro Jesus Baptista**

Orientador: Professor Doutor José Fontes

Coorientador: Tenente Coronel da GNR José Ricardo Gomes Rodrigues

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, junho de 2014**

Carta de Apresentação

No âmbito do Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada, com vista à obtenção do grau académico de Mestre em Ciências Militares, na Especialidade de Segurança, surge a necessidade da realização de entrevistas com a finalidade de recolher informações para melhor compreender a presente investigação, que se subordina ao tema “A Guarda Nacional Republicana e a Guarda Civil: Cooperação Policial na Vigilância da Fronteira Externa da União Europeia”.

O objetivo primordial desta entrevista é recolher a experiência adquirida na atividade operacional desenvolvida diariamente pela Guarda Nacional Republicana e a pela *Guardia Civil* na vigilância e segurança marítimas das zonas de fronteira comum entre Portugal e Espanha, que consequentemente se traduz na proteção das fronteiras marítimas externas da União Europeia.

A presente entrevista insere-se na parte prática da investigação, que por sua vez complementa a parte teórica inicial, numa interação que fomenta o conhecimento sobre o fenómeno em estudo.

Desta forma, solícito a V. Ex.^a que conceda a entrevista, pois servirá de suporte para conseguir atingir os objetivos da investigação. Caso conceda esta entrevista e por forma a garantir os interesses de V. Ex.^a, colocarei à sua disposição os dados resultantes da análise e da própria entrevista antes da apresentação pública do trabalho.

Grato pela colaboração e disponibilidade.

Mui respeitosamente

Carlos Isidro Jesus Baptista

Aspirante de Infantaria da GNR

Guião de Entrevista – Oficiais da Guarda Nacional Republicana

“A Guarda Nacional Republicana e a Guardia Civil: Cooperação Policial na Vigilância da Fronteira Externa da União Europeia”

Importância do Trabalho: Os mares europeus estão associados ao bem-estar das suas populações, à sua segurança e ainda ao seu progresso, pois são uma fonte de prosperidade para a União Europeia (UE), atendendo a que cerca de 90% do seu comércio externo e de 40% do seu comércio interno são efetuados por via marítima. Além destas trocas comerciais, a segurança dos seus mares reveste-se de primordial importância, dado que é a principal fronteira externa do espaço europeu. Por conseguinte, foram implementadas medidas para a vigilância das suas fronteiras externas marítimas, nomeadamente a integração da vigilância marítima, com o intuito de fazer mais e melhor com menos recursos. Esta integração exige um reforço da cooperação entre todos os Estados Membros, em virtude da partilha de objetivos comuns, suscetíveis de serem alcançados com a colaboração de todos.

É neste âmbito que Portugal e Espanha, inseridos num espaço de livre circulação de pessoas, mercadorias, serviços e capitais, colaboram para manter um nível de segurança elevado no interior deste espaço europeu, nomeadamente com uma cooperação policial reforçada no domínio marítimo, de modo a garantir cabalmente a vigilância das suas fronteiras marítimas, que, consequentemente, correspondem às fronteiras externas da UE. Assim, respetivamente a Guarda Nacional Republicana e a *Guardia Civil*, como instituições responsáveis por gerir e operar os sistemas de vigilância das fronteiras marítimas nacionais, desenvolvem na sua atividade operacional uma cooperação policial, cujos objetivos são prevenir e reprimir a criminalidade que prolifera nos mares e oceanos, de maneira a proporcionar aos cidadãos um espaço de liberdade, segurança e justiça.

Objetivo geral do trabalho: Pretende-se com esta investigação analisar o contributo da cooperação policial entre a Guarda Nacional Republicana e a *Guardia Civil* na melhoria da vigilância das fronteiras marítimas externas da União Europeia.

Módulos	Questões
Módulo A: Apresentação do entrevistado	<p>A1: Qual o seu nome completo?</p> <p>A2: Quais as funções que desempenha na Guarda Nacional Republicana?</p> <p>A3: Quais são as suas habilitações literárias?</p>
Módulo B: Caracterização da cooperação policial	<p>B1: Em que moldes se materializa a cooperação policial?</p> <p>B2: Quais as principais vantagens da cooperação policial?</p> <p>B3: De que forma é articulada a vigilância das fronteiras marítimas comuns?</p> <p>B4: Como se processa a troca de informações?</p> <p>B5: De que forma as informações partilhadas influenciam a atividade operacional?</p>
Módulo C: Constrangimentos na cooperação policial	<p>C1: Quais são as maiores necessidades/dificuldades sentidas na cooperação policial?</p> <p>C2: Quais as medidas a implementar para suprimir as dificuldades sentidas na cooperação policial?</p>
Módulo D: Fatores facilitadores da cooperação policial	<p>D1: Quais as ferramentas que a GNR e a GC possuem para facilitar a cooperação policial?</p> <p>D2: Que medidas se poderiam materializar para incrementar uma maior cooperação policial?</p>
Módulo E: Cooperação policial para o desenvolvimento tecnológico	<p>E1: Qual o contributo da cooperação policial para desenvolvimento tecnológico das ferramentas de vigilância das fronteiras marítimas externas da União Europeia?</p> <p>E2: De que forma pode melhorar o seu contributo para o desenvolvimento tecnológico das ferramentas de vigilância das fronteiras marítimas externas?</p>
Módulo F: Capacidades operacionais que se desenvolvem com a evolução tecnológica	<p>F1: De que modo a existência de projetos relacionados com o desenvolvimento tecnológico dos sistemas de vigilância costeira poderá melhorar a capacidade atual da GNR e da GC?</p> <p>F2: Qual a influência destes projetos para a GNR e a GC na vigilância das fronteiras marítimas externas?</p>
Módulo G: Fatores que dificultam a ligação dos sistemas de vigilância	<p>G1: A vigilância das fronteiras marítimas externas de Portugal e Espanha é assegurada pelo SIVICC e pelo SIVE. Existem condicionalismos que impossibilitem ligação efetiva entre os dois sistemas?</p> <p>G2: Que medidas poderiam ser tomadas para facilitar a ligação dos dois sistemas?</p>
Módulo H: Contributo da ligação dos sistemas de vigilância	<p>H1: Quais as vantagens da ligação efetiva dos dois sistemas de vigilância?</p> <p>H2: Que limitação poderá haver na ligação dos dois sistemas de vigilância para a vigilância das fronteiras externas marítimas?</p>
Módulo I: Propostas para melhorar toda a cooperação	<p>I1: Para finalizar, considerando as medidas elencadas ao longo da entrevista, gostava de ver mais medidas implementadas para maximizar a cooperação?</p>

Apêndice E

Carta de apresentação e guião de entrevista em espanhol

Carta de Presentación

En el último Informe científico de los trabajos de investigación aplicada, y con el fin de obtener el grado académico de Maestro en Ciencias en destreza militar de la seguridad, surgió la necesidad de realizar entrevistas con el propósito de recoger información para una mejor comprensión de la presente investigación, la cual trata sobre el siguiente tema: "La Guardia Civil y la Guardia Nacional Republicana: Cooperación de la policía en la vigilancia de las fronteras exteriores de la Unión Europea". El objetivo principal de esta primera entrevista es recoger la experiencia adquirida en la realización de actividades desarrolladas en el día a día por la Guardia Civil y la Guardia Nacional Republicana en la vigilancia y la seguridad de las zonas marítimas de frontera común entre Portugal y España, que por lo tanto conduce a la protección de las fronteras marítimas exteriores de la Unión Europea.

Esta entrevista es parte de la parte práctica de la investigación, que a su vez complementa la parte teórica, en una interacción que favorezca el conocimiento acerca del fenómeno en estudio.

De esta manera, Le pido que me conceda la entrevista, ya que servirá de apoyo para alcanzar los objetivos de la investigación. Si conceder esta entrevista y con el fin de salvaguardar los intereses de V. Ex.nd, Pongo a su disposición los datos resultantes del análisis y la entrevista en sí misma antes de la presentación pública de los trabajos.

Agradecido por la cooperación y la disponibilidad.

Muy respetuosamente

Carlos Isidro Jesus Baptista

Aspirante de Infantería de GNR

Guión de Entrevista - Oficiales de la Guardia Civil

“A Guarda Nacional Republicana e a Guardia Civil: Cooperação Policial na Vigilância da Fronteira Externa da União Europeia”

Importancia del trabajo: Los mares europeos están relacionados con el bienestar de su gente, su seguridad e incluso su progreso, ya que son una fuente de prosperidad para la Unión Europea (UE), teniendo en cuenta que alrededor del 90% de su comercio exterior y el 40% de su comercio interior se realiza por vía marítima. Además de este comercio, la seguridad de sus mares es de suma importancia, ya que es la principal de las fronteras exteriores del espacio europeo. Por lo tanto, se han aplicado medidas para la vigilancia de sus fronteras marítimas exteriores, y en particular, la integración de la vigilancia marítima, con el fin de obtener mejores resultados empleando el mínimo de recursos posibles. Esta integración requiere una mayor cooperación entre los Estados miembros, en virtud de compartir objetivos comunes susceptibles de ser alcanzados con la cooperación de todos.

Es en este contexto donde se puede ver que España y Portugal se encuentran enmarcadas en un espacio de libre circulación de personas, bienes, servicios y capitales, colaborando para mantener un alto nivel de seguridad en la zona europea, y en particular, buscando mejorar de forma constante la cooperación policial en el ámbito marítimo, para garantizar plenamente la vigilancia de las fronteras marítimas, que corresponden con las de la UE.

Es por esto que corresponde tanto a la Guardia Nacional Republicana como a la Guardia Civil, debido a que son las instituciones responsables de la gestión y operación de los sistemas de vigilancia de las fronteras marítimas nacionales, el desarrollo de las operaciones para la cooperación policial, cuyos objetivos son prevenir y combatir la delincuencia que se desarrolla en los mares y océanos para así poder ofrecer a los ciudadanos un espacio de libertad, seguridad y justicia.

Propósito general del trabajo: El propósito general que se pretende alcanzar con esta investigación es analizar la contribución de la cooperación policial entre la Guardia Civil y de la Guarda Nacional Republicana en la mejora de la vigilancia de las fronteras marítimas exteriores de la Unión Europea.

Módulos	Cuestiones
Módulo A: Presentación del entrevistado	<p>A1: ¿Cuál es su nombre completo?</p> <p>A2: ¿Cuáles son las funciones que desempeña en la Guardia Nacional?</p> <p>A3: ¿Cuáles son sus titulación académica?</p>
Módulo B: Caracterización de la cooperación policial	<p>B1: ¿Cuál es el método de cooperación policial existente entre la GNR y GC?</p> <p>B2: ¿Cuáles son las principales ventajas de la cooperación policial existente entre la GNR y GC?</p> <p>B3: ¿Cómo se articula la vigilancia de las fronteras marítimas comunes?</p> <p>B4: ¿Cómo es el intercambio de información entre la GNR y GC?</p> <p>B5: ¿Cómo de importante es esta información para el desarrollo de la actividad operacional?</p>
Módulo C: Constrangimentos na cooperação policial	<p>C1: ¿Cuáles son las dificultades existentes en la cooperación policial entre los miembros de GNR y GC?</p> <p>C2: ¿Qué medidas se deberían implementar para suprimir las dificultades en (el) ámbito de la cooperación policial?</p>
Módulo D: Factores facilitadores de la cooperación policial	<p>D1: ¿De qué herramientas dispone la GNR y la GC para facilitar la cooperación policial?</p> <p>D2: ¿Qué medidas podrían llevarse a cabo para lograr una mayor cooperación policial?</p>
Módulo E: Cooperación policial para el desarrollo tecnológico	<p>E1: ¿Cuáles son los métodos de cooperación policial entre GNR y GC para el desarrollo de proyectos tecnológicos para la vigilancia de las fronteras marítimas exteriores de la Unión Europea?</p> <p>E2: ¿Cómo puede ayudar el empleo de herramientas tecnológicas en la vigilancia de las fronteras marítimas?</p>
Módulo F: Capacidades operativas que se desarrollan con la evolución tecnológica	<p>F1: ¿Se puede mejorar la capacidad actual de vigilancia de la GNR y la GC mediante el desarrollo tecnológico de sistemas de vigilancia costera?</p> <p>F2: ¿Qué influencia tienen estos proyectos en la vigilancia por parte de la GNR y la GC de las fronteras exteriores marítimas?</p>
Módulo G: Factores que hacen difícil la unión de sistemas de vigilancia	<p>G1: La vigilancia de las fronteras marítimas exteriores de Portugal y España mediante el empleo de los sistemas SIVICC y SIVE está garantizada. ¿Hay alguna limitación que impida la vinculación efectiva entre los dos sistemas?</p> <p>G2: ¿Qué medidas pueden adoptarse para facilitar la unión de estos dos sistemas?</p>
Módulo H: Contribución de la vinculación de los sistemas de vigilancia	<p>H1: ¿Cuáles son las ventajas que se obtienen de la conexión efectiva entre estos dos sistemas de vigilancia?</p> <p>H2: ¿Qué limitaciones puede tener la conexión de estos dos sistemas de vigilancia para la vigilancia de las fronteras exteriores marítimas?</p>
Módulo I: Propuestas para mejorar toda la cooperación	<p>I1: ¿ Por último, quisiera cambiar algo o ver algo cambió para maximizar o mejorar esta cooperación policial?</p>

Apêndice F

Análise de resultados das entrevistas aos oficiais da Guarda Nacional Republicana

Os quadros seguintes apresentam as respostas dos entrevistados da Guarda Nacional Republicana referentes ao Módulo B. O quadro n.º 4 exhibe as respostas de cada entrevistado à questão B1: **“Em que moldes se materializa a cooperação policial?”**

Quadro n.º 4 – Análise de resultados da questão B1

Entrevistas	Resposta
E1	- “(...) através de operações conjuntas, controlos móveis e projetos de ligação entre o SIVE e o SIVICC (...)”
E2	- “Ao nível da UCC, materializa-se em ações concretas, nomeadamente através de ações operacionais conjuntas e concertadas e partilha de informação pertinente”
E3	- “(...) materializa-se aos diversos níveis, quer nacional, com reuniões anuais de coordenação (...) quer ao nível regional, com intervenção do CTer da GNR/ comandância GC (...) e ao nível local, entre os comandantes dos comandos fronteiriços (...)” - “(...) cooperação pode fazer-se ao nível da troca de informação (...)” - “(...) execução de patrulhamentos ou de operações conjuntas de rotina (...)”
E4	- “(...) realização de patrulhamentos e operações conjuntas, em que existe inclusive um intercâmbio de guarnições (...)”
E5	- “(...) exercícios e operações conjuntas e para além disso, nos contactos privilegiados entre as duas forças (...)”
E6	- “(...) essencialmente, de duas formas sendo elas as Operações planeadas e intervenções inopinadas” - “(...) semestralmente são agendadas reuniões onde estão presentes o Comandante do Subdestacamento de Controlo Costeiro de Vila Real de S.º António (SDCosVRSA) e do Serviço Marítimo de Huelva (SM de Huelva), da <i>Guardia Civil</i> ” - “Dessas reuniões resultam entre outros assuntos de índole operacional: troca de informações tidas por convenientes, relativas aos diferentes <i>modus operandi</i> , que vêm sendo utilizados pelo ADV e marcação de Patrulhas mistas” - “(...) a cooperação efetiva-se em ações de carácter inopinado, uma vez que, assim que haja suspeitas que o Rio Guadiana, ou margens fronteiriças, poderão ser utilizadas para desembarque de estupefacientes a informação é difundida e são ativados os meios de ambas as forças (...)”

O quadro n.º 5 reúne as respostas de cada entrevistado à questão B2: **“Quais as principais vantagens da cooperação policial existente entre a GNR e a GC?”**

Quadro n.º 5 – Análise de resultados da questão B2

Entrevistas	Resposta
E1	- “A principal vantagem é óbvia, dada a proximidade e dada a estrutura muito semelhante: é obtenção de sinergias”
E2	- “Conhecimento efetivo sobre áreas de interesse comum. A cooperação potencia a articulação e permite a obtenção de melhores resultados”.
E3	- “A cooperação pode fazer-se ao nível da troca de informação, desenvolvimento de programas especiais de policiamento (...)” - “(...) permite um contínuo operacional, esbatendo a barreira natural que constitui a fronteira entre dois Estados, permitindo o combate mais eficiente ao crime transnacional e sobretudo ao crime transfronteiriço (...)”
E4	- “(...) a troca de experiências, além de se obter muita informação a nível mais particular, aquela que às vezes não se escreve, dado que a nível estratégico há coisas que não se registam, ou por falta de provas, ou por não podermos escrever (...)” - “(...) permitindo atuar rapidamente, trocar informação que não se pode trocar noutros fóruns (...) as pessoas vão falando, isso é uma grande vantagem”
E5	- “O conhecimento de outros pontos de vista e formas de trabalhar, que podem vir a melhorar a nossa própria forma de executar o serviço”
E6	- “(...) A vantagem (...) é a proximidade do Rio Guadiana, que, caso os meios estejam operacionais, é possível garantir uma elevada capacidade de resposta a situações suspeitas que se desenrolem nas águas desse Rio”

O quadro n.º 6 exhibe as respostas de cada entrevistado à questão B3: **“De que forma é articulada a vigilância das fronteiras marítimas comuns?”**

Quadro n.º 6 – Análise de resultados da questão B3

Entrevistas	Resposta
E1	- “A melhor articulação é feita através dos destacamentos de fronteira com as patrulhas e operações conjuntas (...)”
E2	- “Ao nível da UCC, cada entidade mantém as suas áreas de responsabilidade devidamente controladas. Toda a informação relevante é partilhada. Existem ainda ações de intervenção articuladas através de patrulhas conjuntas ou complementares, nomeadamente através das EPN”
E3	- “(...) articulação da vigilância das fronteiras marítimas, intervêm as duas Forças de Segurança congéneres competentes para o efeito (GNR e GC) e ainda a FRONTEX (...)” - “(...) pela FRONTEX, com coordenação dos patrulhamentos das Zonas EPN (European Patrol Network)” - “O sul de Portugal e Espanha integram a Zona EPN Alpha, onde são executadas patrulhas por Forças dos respetivos Estado (...)” - “(...) “articulação GNR/GC pode fazer-se ao nível dos CCCN (UCC) e Centro de Coordenação de Vigilância Marítima e ao nível dos Destacamentos da UCC/Serviços Marítimos da Guardia Civil congéneres, com a troca direta de informação através dos Comandantes locais”

E4	<p>“Atualmente, pretende-se que as entidades que fazem vigilância de fronteira entre países vizinhos, possam ter uma maior abrangência do conhecimento para além das fronteiras que se cruzam (...) para antecipar as situações que possam vir para a área da GNR”</p> <p>- “(...) efetuado um patrulhamento conjunto e operações conjuntas entre as unidades da GNR e da GC junto à fronteira, podendo também virem estas missões articuladas a nível superior, nomeadamente ao nível das EPN”</p>
E5	<p>- “Não são articuladas numa base regular, no entanto são combinados encontros ocasionais na zona da fronteira marítima (...)”</p>
E6	<p>- “(...) o objetivo passa pela ligação direta entre as salas de situação do SIVICC e SIVE para que partilhem diretamente a informação captada através dos seus PO’s do SIVICC (...) no entanto ainda não é possível trabalhar nesses moldes”</p> <p>- “(...) com a realização de operações, onde a GC tem à sua disposição meios móveis que superam os da GNR, refiro-me mais especificamente à utilização de helicóptero, aeronave, patrulheiras navais com grande capacidade e autonomia, bem como embarcações de alta velocidade (EAV)”</p>

O quadro n.º 7 reúne as respostas de cada entrevistado à questão B4: **“Como se processa a troca de informações entre a GNR e a GC?”**

Quadro n.º 7 – Análise de resultados da questão B4

Entrevistas	Resposta
E1	<p>- “(...) aquelas a nível estratégico são feitas pelo Comando Geral (...) através dos canais legais, (...) através do oficial de ligação que temos cá e que temos também em Madrid”</p> <p>- “Fundamentalmente a troca de informações existe a nível local, na linha, muito a nível dos comandantes de destacamento”</p>
E2	<p>- “Através dos Comandos locais, através dos mecanismos das EPN, através dos oficiais de ligação e através da estrutura de comando superior”</p>
E3	<p>- “A troca de informação pode ser direta e em tempo real, através das entidades / órgãos referidos na questão anterior, para situações que exijam acção imediata (...)”</p> <p>- “(...) sob a forma de relatórios de informação para situações de interesse levar ao conhecimento da cada congénere”</p>
E4	<p>- “(...) a nível estratégico, entre os comandos, entre as direções, entre os CCPA, onde a informação que circula é mais generalizada, de <i>modus operandi</i>, de situações mais regionais”</p> <p>- “(...) nível mais local, ao nível do Subdestacamento e entidades vizinhas, troca-se essencialmente pelo contacto pessoal, entre os comandantes de um lado e do outro (...)”</p>
E5	<p>- “Maioritariamente por Telemóvel, através do contacto direto (...) comandante do Serviço Marítimo da Guardia Civil em Marin”</p>
E6	<p>- “(...) a UCC através da CCCO e do SDCosVRSA”</p> <p>- “(...) o CCPA e o COS Huelva. (...)”</p>

O quadro n.º 8 exhibe as respostas de cada entrevistado à questão B5: **“De que forma as informações partilhadas influenciam a atividade operacional?”**

Quadro n.º 8 – Análise de resultados da questão B5

Entrevistas	Resposta
E1	- “(...) a atividade operacional está condicionada às informações, isto é o genérico, pois quando há uma informação interessante e bem trabalhada, a atividade operacional vai articular-se para dar resposta a esse tipo de informação”
E2	- “Permite articulação, e ajuda na tomada de decisão. Ao nível de ações em áreas de fronteira é possível atuar sobre atividades que se iniciem fora do espaço nacional mas que terminam na nossa área de responsabilidade”
E3	- “O conhecimento de informação atual e oportuna sobre fenómenos irregulares transnacionais e transfronteiriços (...) as Forças com responsabilidade, direccionem a sua actividade para o combate a essas situações, com ganhos de eficiência (...)” - “(...) não se verificam em situações de atuação operacional “cega””
E4	- “(...) temos plataformas disponíveis de informação partilhada (...) influência é a celeridade, pois ao ter uma plataforma com a informação quase em tempo real (...) ganha-se tempo, que influencia em antecipar situações (...)” - “(...) permite fazer uma análise contínua, o que não se faz se tiver que ir perguntar” - “(...) nível das informações pessoais, (...) as conversas pessoais partilhadas entre uns e outros começam a fazer sentido e conseguimos encaixar o “puzzle” e ter informações importantes para a nossa atividade”
E5	- “Por norma bastante, visto que a natureza das informações partilhadas visa atuar sobre alvos específicos ou sobre a suspeita de alguma atividade ilícita numa determinada zona”
E6	- “De uma forma geral, tem pouca influência. Uma vez que não possuímos competência de investigação, não temos acesso a um fluxo de informação que nos permita planear operações antecipadamente (...) as informações que partilhamos são momentâneas e atuais (...)” - “(...)preocupações deste SDCos é garantir, de forma permanente, que haja capacidade de resposta para as situações suspeitas que possam ser detetadas, através do emprego de meios humanos e materiais”

Os quadros seguintes apresentam as respostas dos entrevistados ao Módulo C. O quadro n.º 9 expõe as respostas de cada entrevistado à questão C1: **“Quais são as maiores dificuldades sentidas na cooperação policial entre GNR e GC?”**

Quadro n.º 9 – Análise de resultados da questão C1

Entrevistas	Resposta
E1	- “A única dificuldade (...) é não termos embarcações de maior porte para embarcar guardias civis, dado que embarcamos os <i>guardias civis</i> nas nossas lanchas mais pequenas (...) torna-se difícil embarcarmos todos juntos nas nossas embarcações”
E2	- “A existência de um canal de comunicação, em tempo real, numa base de 24/7, oficialmente instituído”
E3	- “As maiores dificuldades prendem-se com a aquisição da informação relevante sobre fenómenos criminais ou contra-ordenacionais transfronteiriços” - “(...) divulgação da informação existem e são utilizados (...) CCPA, para a ágil troca de informação de interesse operacional. Essa troca de informação permite também a execução de ações operacionais conjuntas ou coordenadas para combate às mesmas”

E4	<p>- “(...) única dificuldade é a nível financeiro. Com efeito nós temos um bom relacionamento, pois quando temos efetuado cooperação policial, a aceitação é recíproca, parta a iniciativa de onde partir. Por isso, nesses aspectos, não sentimos dificuldades”</p> <p>- “(...) ao nível das restrições monetárias, (...) havendo mais verbas, podíamos lançar mais operações conjuntas, desenvolver mais cooperação na área da formação, fazer mais intercâmbios”</p> <p>- “(...) necessidades ao nível de comunicações, mas o problema já se encontra identificado, trabalhado e testado, contudo não se encontra massificado pela falta de verbas. (...) tecnicamente já foi resolvido, pelo que considero que o mais grave é a questão económica para massificar essa solução para as comunicações entre as patrulhas. (...) temos feito testes com sucesso, e quando eu digo com sucesso, é estar aqui o Ministro do Interior do Reino de Espanha a falar com as patrulhas dele (...)”</p>
E5	<p>- “(...) Meios, o melhor meio disponível para operações ou exercícios conjuntos é a LVI, no entanto esta encontra-se inoperacional, tendo sido usados outros meios substitutos, ou mesmo, apenas meios da Guardia Civil”</p> <p>- “(...) burocracia, é necessária bastante antecedência para as ações conjuntas programadas, (...) para a elaboração das guias de marcha e para afetação de recursos financeiros para as mesmas, no entanto, devido à instabilidade do meio marítimo nem sempre se pode manter a atividade programada (...) muitas vezes adiada ou até cancelada”</p>
E6	<p>- “(...) de a troca de informações ter de seguir os trâmites normais faz com que se criem dificuldades a quem está no terreno. (...) quanto mais gente tiver acesso à informação, mais deturpada pode ficar e, principalmente, corre o risco de deixar de ser atual. Com isso a capacidade de resposta, ou a tomada de decisão de quem está no terreno, pode ser dificultada (...)”</p>

O quadro n.º 10 exibe as respostas de cada entrevistado à questão C2: **“Quais as medidas a implementar para suprimir as dificuldades sentidas na cooperação policial?”**

Quadro n.º 10 – Análise de resultados da questão C2

Entrevistas	Resposta
E1	- “(...) o processo de aquisição desse tipo de lancha, que aliás já está previsto no Horizonte 2020. Vamos ver se depois há verbas atribuídas para tal”
E2	- “É uma área de intervenção estratégica, ao nível da estrutura superior da GNR. Tenho a convicção de que é uma área que está a ser trabalhada”
E3	- “(...) os mecanismos de cooperação existem e são usados, a sua maior ou menor eficiência prende-se com a existência de informação de qualidade, daí que a implementação de medidas de recolha e análise de informação de interesse para os Estados são no meu ponto de vista, das que mais impacto podem trazer”
E4	<p>- “(...) orçamento financeiro não vou elencar medidas que não passam por esse caminho”</p> <p>- “nível tecnológico, foi identificado o problema das comunicações: a nossa Direção de Comunicação e Sistemas de Informação foi quem desenvolveu a plataforma para suprimir essas dificuldades de comunicações. Ao nível da questão da imagem, também está a ser tratado, sendo uma medida a implementar. Outra que está a ser implementada e também resultou do regulamento comunitário é a ligação ao EUROSUR, vindo dirimir algumas dificuldades em termos de coordenação”</p>
E5	- “A reparação da LVI. A autorização para este tipo de operações ou exercícios fronteiriços ser delegada na Unidade de Controlo Costeiro”

E6	<p>- “(...) o fluxo de informações tenha de seguir as estruturas hierárquicas, no entanto, deve haver a sensibilidade (...) para que se perceba que quantos mais canais existirem, mais demorada e complexa se torna a reação no terreno</p> <p>- “No entanto (...) apesar de haver um caminho natural e evolutivo a ser feito, resultado do saber de experiência feito que vai sendo adquirido ao longo dos anos, as informações pertinentes têm circulado pelos canais certos e a capacidade de resposta tem sido profícua”</p>
-----------	---

Os quadros seguintes mostram as respostas dos entrevistados ao Módulo D. O quadro n.º 11 explana as respostas de cada entrevistado à questão D1: **“Quais as ferramentas que a GNR e a GC possuem para facilitar a cooperação policial?”**

Quadro n.º 11 – Análise de resultados da questão D1

Entrevistas	Resposta
E1	<p>- “(...) temos um Memorando a nível institucional, também como já referi anteriormente, através da FIEP (...)”</p> <p>- “ (...) depois de acordo com o sistema Schengen, temos os controlos móveis (...)”</p> <p>- “(...) últimos desenvolvimentos, há a interligação e a aproximação do sistema SIVE com o SIVICC havendo projetos europeus nessa matéria”</p>
E2	- “Existem áreas de interesse comum, dotadas de tecnologia compatível pelo que a cooperação será uma realidade natural”
E3	<p>- “(...) das ferramentas formais, com a execução das reuniões de coordenação periódicas e com a intervenção dos Oficiais de Ligação juntos dos Comandos destas Forças”</p> <p>- “(...) Existem também as ferramentas informais, assentes nos contactos diretos entre Oficiais aos diversos níveis, que contribuem também para a cooperação”</p>
E4	<p>- “ Os oficiais de ligação a nível mais estratégico”</p> <p>- “Ao nível próximo o telemóvel, conforme disse, a par dos contactos próximos”</p> <p>- “(...) outra ferramenta é o memorando de cooperação entre a GNR e a GC (...)”</p> <p>- “(...) os CCPA são uma ferramenta importante junto às fronteiras.”</p> <p>- “(...) ferramentas tecnológicas, temos o EUROSUR, a ligação do SIVICC com o SIVE para permitir alguma partilha, facilitando assim a cooperação policial”</p>
E5	- “Os militares são as pessoas que praticam no terreno esta ligação, existindo entre os militares de ambas as forças uma estreita amizade. É usual nas operações fazer troca de um ou dois elementos das tripulações, isto aproxima os militares”
E6	- “(...) a evolução tecnológica que vivemos no dia de hoje facilmente se partilham informações. Situação que há de ser aperfeiçoada quando se efetivar a ligação entre as salas de situação do SIVICC/SIVE, bem como, o término de alguns projetos da União Europeia, que poderão demorar alguns anos a concluir”

O quadro n.º 12 exhibe as respostas de cada entrevistado à questão D2: **“Que medidas se poderiam materializar para incrementar uma maior cooperação policial?”**

Quadro n.º 12 – Análise de resultados da questão D2

Entrevistas	Resposta
E1	- “O grande passo este ano (...) termos colocado um oficial de ligação em Espanha, aliás, dois: um no centro operacional da Guardia Civil, e um outro, um sargento em Aljaraque, sendo uma medida muito importante para a cooperação policial. Agora estamos à espera dos frutos, alguns já estão a começar a aparecer, mas isto são coisas que demoram algum tempo para entrar no automático”
E2	- “Nesta fase julgo que os mecanismos de cooperação existem, meios para implementá-las também, pelo que é uma questão de agilização e disponibilidade institucional”
E3	- “Considero que as medidas de cooperação existem e não será necessário implementar mais medidas. Podemos é potenciar as que já existem, nomeadamente as que estão acessíveis por via do EUROSUR, mas isso também acontecerá naturalmente, de acordo com a maior ou menor necessidade, em função da exigência operacional”
E4	- “As ferramentas na GNR estão todas centralizadas, enquanto na GC estão ao nível regional. E quando se quer passar a informação centralizada, o sistema novo não leva, pelo menos para já, a baixar de nível. Por exemplo, entre Huelva e Vila Real de S.º António, estando aqui as ferramentas centralizadas, poderá haver dificuldade, porque em Espanha não existe essa centralização ao mesmo nível. Ou seja, lá a informação é obtida a nível nacional, com agregação dos vários centros regionais” - “(...) resolução para isto? Ou o regional da GC passa a central e a nós comunicamos a nível central, onde são dadas ordens diretas. Ou (...) descentralizamos a informação que chega ao CCCN de modo a chegar ao comandante do Subdestacamento”
E5	- “Incrementar o número de Operações Conjuntas, ou mesmo prever a criação de patrulhamentos mistos regulares em águas de ambos os países”
E6	- “(...) as medidas já estão pensadas entre os comandos das Forças, resta esperar que as medidas se efetivem. (...) nível do escalão mais baixo, julgo que aumentar o número de Operações conjuntas seria de todo benéfico, pois o facto de os militares irem trabalhando justos e convivendo, facilita o entendimento (...)”

Os quadros seguintes exibem as respostas dos entrevistados ao Módulo E. O quadro n.º 13 esclarece as respostas de cada entrevistado à questão E1: **“Qual o contributo da cooperação policial no desenvolvimento tecnológico das ferramentas de vigilância das fronteiras marítimas externas da União Europeia?”**

Quadro n.º 13 – Análise de resultados da questão E1

Entrevistas	Resposta
E1	- “A ferramenta principal da vigilância marítima neste momento é o sistema EUROSUR, (...) implica a interligação entre países vizinhos (...) o primeiro posto de observação da Guarda no Sul. Não vai ser o nosso posto de Praia Verde, vai ser o de Huelva: E a GC de igual modo, vai ter o seu posto na Praia Verde. A norte, o mesmo com a ligação entre Pontevedra e Caminha. Este vai ser o momento essencial para a maior cooperação em termos de vigilância marítima” - “Existem projetos no âmbito do FP7 e do âmbito do H2020, precisamente para fazerem a ligação SIVE e SIVICC, em duas áreas: as locais e ao nível dos centros nacionais de coordenação” - “Estamos envolvidos com a GC em diversos projetos, como parceiros ou <i>end user</i> , mais concretamente no projeto CLOSEYE, onde somos parceiros, e parte integrante do consórcio”

	- (...) fazemos parte do consórcio e somos responsáveis por parte de um <i>Working Group</i> , concretamente, <i>Working Package</i> , que neste caso é o da avaliação das propostas. Para a semana, vai haver uma reunião (...) todos os elementos do consórcio darem a classificação final da avaliação. Fundamentalmente, são novos equipamentos, que vão ser testados, para ver se são efetivamente eficazes ou não no domínio da vigilância marítima. (...) a GNR, como parte do <i>Working Package</i> , lança <i>inputs</i> , de maneira a dizer que é necessário isto e aquilo de acordo com a nossa experiência”
E2	- “A cooperação policial permite troca de experiência, de conhecimento e permite parcerias em projetos de pesquisa e desenvolvimento na área da vigilância de fronteiras”
E3	- “(...) ferramentas para complementar as outras ferramentas de cooperação. Neste âmbito, tanto o já referido EUROSUR, como os projectos presentemente em curso, como sejam o SEAHORSE e os próprios sistemas SIVICC (GNR) e SIVE (GC)”
E4	- “(...) participação nos projetos é muito semelhante à da GC, contudo GC já assumiram algumas candidaturas e já levam mais alguma experiência nesta área (...)” - “(...) participamos em “Working Package”, ao nível dos levantamentos das necessidades operacionais, ou seja, de âmbito essencialmente operacional. A GNR e a GC fazem os testes, depois validam-nos, verificando se correspondem às necessidades operacionais que definimos anteriormente. (...) podemos fazer recomendações e avaliamos. Essencialmente, validamos, avaliamos e podemos fazer recomendações. Participamos também no CLOSEYE com a GC, em que nós lançamos o concurso para as indústrias”
E5	- “uma contribuição direta, (...) criar necessidades tecnológicas que vão dar caminhos, para o desenvolvimento tecnológico”
E6	- “(...) na criação dos sistemas tecnológicos, no entanto, julgo que a cooperação policial permite, para além de troca de informações, troca de experiências” - “(...) quanto maior a capacidade de partilha de experiências mais objetivos se poderão enquadrar nos pilares basilares da conceção de um sistema de vigilância e controlo. Deste modo, a partilha de experiências e de “especialidades” poderá ser a chave para uma evolução tecnológica que coloque a vigilância e controlo das fronteiras marítimas europeias na vanguarda”

O quadro n.º 14 exhibe as respostas de cada entrevistado à questão E2: **“De que forma pode melhorar o seu contributo para o desenvolvimento tecnológico das ferramentas de vigilância das fronteiras marítimas externas?”**

Quadro n.º 14 – Análise de resultados da questão E2

Entrevistas	Resposta
E1	- “(...) no desenvolvimento tecnológico, a GC começou como <i>end user</i> , e neste projeto CLOSEYE é precisamente o primeiro que passa para líder. É esse o caminho que a GNR vai ter também que tomar, (...) têm que aparecer projetos nesta área da vigilância, admitindo o fundo de segurança interna mas na parte das fronteiras, para também tentarmos encontrar algum projeto nesta matéria
E2	- “Através de parcerias em projetos da União Europeia”
E3	- “(...) enquanto parceiro nos projectos de R&D no âmbito do FP7 e H2020, levado a cabo pelas Universidades (desejável) e pela Indústria, intervindo a GNR na qualidade de “utilizador” da tecnologia, dando informação relativamente àquilo que são os seus obstáculos operacionais e testando os desenvolvimentos tecnológicos que procuram ultrapassar esses obstáculos”

E4	- “(...) criação de um gabinete semelhante ao da GC, para que, juntando três ou quatro pessoas a trabalhar exclusivamente nestes projetos, não permanentemente mas por fases, ou seja havendo um projeto vamo-nos juntar e trabalhar à temporada para o projeto (...) na perspetiva da GNR começar também a agarrar novos projetos e lançar os convites para formar os consórcios”
E5	- “Dando <i>feedback</i> das necessidades tecnológicas que poderiam solucionar os problemas e usando e testando as ferramentas que forem desenvolvidas”
E6	- “Os sistemas de vigilância estão implementados e as suas capacidades já são um dado adquirido, a melhoria para a cooperação e desenvolvimento tecnológico pode assentar na ligação direta entre as salas de situação e na implementação dos projetos em estudo”

Os quadros seguintes apresentam as respostas dos entrevistados ao Módulo F. O quadro n.º 15 exhibe as respostas de cada entrevistado à questão F1: **“De que modo a existência de projetos relacionados com o desenvolvimento tecnológico dos sistemas de vigilância costeira poderá melhorar a capacidade atual da GNR e da GC?”**

Quadro n.º 15 – Análise de resultados da questão F1

Entrevistas	Resposta
E1	- “(...) vão melhorar a capacidade de vigilância mais além dos nossos sensores. Por exemplo, estamos a falar de imagens satélite, estamos a falar do lançamento de plataformas a bordo de embarcações, que, se tiverem maior porte, iremos aumentar o nosso raio de ação, (...) da Guarda de vigilância, que vai para além das doze milhas”
E2	- “A participação nestes projetos confere conhecimento e permite atualização e modernização”
E3	“Sem dúvida que sim, até porque a própria União Europeia tem a noção que o desenvolvimento tecnológico é necessário para aumentar a segurança do espaço comunitário, (...) que as empresas desenvolvem, em pareceria com os utilizadores dessas tecnologias, em especial a GC e a GNR”
E4	- “(...) desenvolvimento, seja o SIVE-SIVICC, o EUROSUR ou SEAHORSE Mediterrâneo, (...) pretendem fazer uma partilha do conhecimento situacional comum, ou seja, <i>Common Situation Picture</i> (CSP)” - “(...) destinam-se a interligar, (...) sendo a política europeia a ir beber a todos os sistemas e a aproveitar o que interessa para conseguir interligar os sistemas. É exemplo desta política o projeto EUROSUR e o CISE, que se destinam a interligar, integrar” - “Existem também alguns projetos para complementar, sendo uma questão mais transversal a todos os sistemas de vigilância”
E5	- “Muito, a vigilância costeira dependerá muito dos meios tecnológicos, (...) quanto melhores e mais evoluídos forem, mais facilmente poderão responder às necessidades de segurança (...)”
E6	- “(...) melhorar a vigilância e o controlo, garantindo a deteção do problema ou da ocorrência antecipadamente, é essencial garantir que após a receção da informação respetiva existam meios humanos e materiais adequados para empenhar e ter uma capacidade de reação rápida, no período de 24h por dia durante todos os dias do ano”

O quadro n.º 16 exhibe as respostas de cada entrevistado à questão F2: **“Qual a influência destes projetos para GNR e GC na vigilância das fronteiras marítimas externas?”**

Quadro n.º 16 – Análise de resultados da questão F2

Entrevistas	Resposta
E1	- “(...)ao aumentar o alcance dos nossos sistemas, vai-nos dar uma maior capacidade de resposta e de análise (...)” - “(...) o acesso à informação mais longe, naquilo que é chamada a área de interesse, temos uma maior capacidade de análise da resposta, e mais facilidade em coordenar com outras entidades (...)”
E2	- “(...) mas o futuro não se esgota neste patamar de atuação. Uma vigilância atual e ativa exige acesso ao que de melhor existe nesta matéria. A participação nestes projetos confere conhecimento e permite atualização e modernização”
E3	- “(...) facilita o processo de decisão, no que respeita à aquisição/opção pela tecnologia que melhor se adequa aos obstáculos operacionais que as Forças enfrentam na protecção da fronteira marítima externa”
E4	- “(...) coordenação mais eficaz e mais eficiente. Mais eficaz porque consegue ter um aviso da ameaça mais cedo, consegue fazer uma melhor seleção da ameaça, consegue depois fazer uma melhor identificação da ameaça (...)” - “(...) eficiente, quer dizer que permite uma melhor coordenação dos meios, dado que permite um melhor emprego dado o conhecimento do panorama todo. (...) esse conhecimento, consegue-se obter mais eficiência nos recursos”
E5	- “(...) estes os pontos de contacto e de primeira implementação de novos projetos (...) cariz internacional e que necessitam de interoperabilidade com os nossos parceiros”
E6	- “(...) vital na evolução do processo de vigilância e controlo das fronteiras marítimas. As associações criminosas, ou atividade ilícitas, (...) cada vez estão mais apuradas e, muitas vezes, empenham meios mais avançados que os das forças policiais, pelo que a oportunidade de evoluir e arranjar sistemas, ou sistemas de sistemas, que permitam detetar situações suspeitas antecipadamente, é absoluta. A necessidade de dar passos em frente na vigilância e alargá-la a áreas onde atualmente se encontram desguarnecidas pode ser determinante”

Os quadros seguintes apresentam as respostas dos entrevistados ao Módulo G. O quadro n.º 17 exhibe as respostas de cada entrevistado à questão G1: **“A vigilância das fronteiras marítimas externas de Portugal e Espanha é assegurada pelo SIVICC e pelo SIVE. Existem condicionalismos que impossibilitem ligação efetiva entre os dois sistemas?”**

Quadro n.º 17 – Análise de resultados da questão G1

Entrevistas	Resposta
E1	- “(...) os únicos condicionalismos que possam existir podem ser técnicos, linguagem informática, etc, mas também não são assim tão complicados, dado que já existem soluções para essa ligação”

E2	- “Não. Os sistemas são compatíveis e ambos estão preparados para ligações externas”
E3	- “Esta é uma questão que envolve a dimensão técnica e a dimensão operacional. (...) técnica, é possível, estando a viabilidade mais dependente dos custos de implementação da solução. (...) operacional, a ligação de dois sistemas de forças diferentes obriga à existência de protocolos de acesso à informação da outra parte, sendo que ao nível internacional, esse protocolo tem de ser aprovado ao nível político, o que pode gerar alguma “entropia” neste processo, sendo que por vezes a visão política pode não ser convergente com a visão operacional (...)”
E4	- “Julgo que tecnicamente há condicionalismos que podem vir a tornar a ligação um pouco mais difícil, ou mais complexa, mas não impossível (...)”
E5	- “(...) concerne à política de partilha de informação e em algumas questões técnicas, mas no futuro irá ser um passo que na minha opinião pessoal terá de ser dado”
E6	- “Esse assunto não está no meu patamar, no entanto julgo que não haja nenhum condicionalismo, até pelo contrário, as vantagens seriam absolutamente relevantes”

O quadro n.º 18 exhibe as respostas de cada entrevistado à questão G2: **“Que medidas poderiam ser tomadas para facilitar a ligação dos dois sistemas?”**

Quadro n.º 18 – Análise de resultados da questão G2

Entrevistas	Resposta
E1	- “As medidas já estão a ser tomadas, o projeto já está feito, portanto agora é só executar, não vai demorar muito tempo”
E2	- “Já estão tomadas. Existem projetos em desenvolvimento com esse objetivo”
E3	- “Julgo que todas as iniciativas de ligação dos dois sistemas já foram desencadeadas (...) embora o protocolo de acesso operacional ainda não esteja delineado (...)”
E4	- “Estão a celebrar-se acordos. Existe a participação da GNR e da GC num projeto comum de ligação dos dois sistemas”
E5	- “Já existe a vontade de o fazer, é normal o processo ser de alguma forma moroso, visto estarmos a partilhar informação delicada, facilitar é difícil é preciso é avançar com a ligação (...) e capacidade técnica e orçamental”
E6	- “Julgo que estarão a ser tomadas todas as medidas necessárias e esperemos que em breve se possa vivenciar essa evolução”

Os quadros seguintes apresentam as respostas dos entrevistados ao Módulo H. O quadro n.º 19 exhibe as respostas de cada entrevistado à questão H1: **“Quais as vantagens da ligação efetiva dos dois sistemas de vigilância?”**

Quadro n.º 19 – Análise de resultados da questão H1

Entrevistas	Resposta
E1	- “(...) meu primeiro posto em vez de ser em Praia Verde passa a ser em Huelva (...)” - “(...) eliminar um dos problemas que existem em todos os sistemas de vigilância, que é as fronteiras, pois o adversário explora as fronteiras porque é o elemento crítico (...)”

	- “(...) estamos a ver o que se passa em Espanha, (...) uma embarcação mesmo nas águas territoriais espanholas, mas que se dirija para Portugal, eu já a estou ver em Huelva, e a GC já em Praia Verde (...)” - “(...) para contrariar o adversário em explorar as nossas vulnerabilidades, a fronteira entre os dois países”
E2	- “Partilha de informação operacional, em tempo real, nível de operadores dos sistemas”
E3	- “(...) esbatimento de uma barreira que constitui a fronteira entre dois países, conferindo a continuidade da vigilância costeira em tempo real e a transferência da acção operacional (...) sem perda de informação”
E4	- “O conhecimento situacional, (...) perante uma ameaça a vir em direção à nossa área começamos a ter um conhecimento mais cedo da sua chegada (...) facilitando o processo de seleccionar o alvo, identificá-lo e intervir” - “(...) maior eficácia na vigilância da fronteira comum de ambos os países”
E5	- “A passagem de alvos parece-me ser uma das maiores vantagens directas (...)” - “(...) plataforma de comunicação permitirá transmitir muita informação complementar que será crucial para a atividade operacional”
E6	- “Troca de informações momentâneas, interação e complementaridade de serviços (...)” - “(...) a ligação entre os sistemas, tendo em conta que o PO do SIVE permite complementar a boa visibilidade do SIVICC (...)” - “(...) podem efetuar seguimentos a embarcações suspeitas que se estejam a dirigir para as águas portuguesas (...) conseguirmos fazer o acompanhamento da ocorrência desde o mais cedo possível”

O quadro n.º 20 exhibe as respostas de cada entrevistado à questão H2: **“Que limitação poderá haver na ligação dos dois sistemas de vigilância para a vigilância das fronteiras externas marítimas?”**

Quadro n.º 20 – Análise de resultados da questão H2

Entrevistas	Resposta
E1	- “Penso que não existem limitações, apenas vantagens”
E2	- “Nenhuma”
E3	- “Não se vislumbram limitações, considerando que quer os sistemas, quer os procedimentos operacionais que lhes estão associados, quer inclusive o conceito genérico de empenhamento operacional das restantes componentes de vigilância da fronteira marítima, são em tudo idênticos em ambas as congéneres”
E4	- “Não vejo limitações na ligação dos dois sistemas”
E5	- “Na minha opinião nenhuma, a interoperabilidade dos meios parece-me essencial, a única coisa a diferenciar é o procedimento, pois dependendo das águas, do pavilhão ou da força que intervêm é necessário verificarem-se os respetivos normativos legais”
E6	- “Julgo que nenhuma”

O quadro seguinte expõe as respostas dos entrevistados ao Módulo I. O quadro n.º 21 expõe as respostas de cada entrevistado à questão I1: **“Para finalizar, considerando as medidas elencadas ao longo da entrevista, gostava de ver mais medidas implementadas para maximizar a cooperação?”**

Quadro n.º 21 – Análise de resultados da questão I1

Entrevistas	Resposta
E1	<p>“Penso que estão a ser dados bons passos, pois ao longo dos anos tem-se notado uma cooperação mais evidente entre a Guarda e a GC</p> <p>- “(...) cooperação pode ser sempre melhorada, nomeadamente no âmbito da formação, no âmbito da troca de experiências”</p> <p>- “(...) iniciar o processo de aquisição de outro tipo de lancha, que aliás já está previsto no Horizonte 2020”</p>
E2	<p>- “Tudo necessita de tempo. Julgo que estamos a caminhar na direção certa e por isso, a seu tempo, a cooperação alcançará níveis de excelência”</p>
E3	<p>- “(...) capacidades que as Forças têm dentro de cada país, ou seja, a GC detém uma capacidade marítima que vai muito além da capacidade da GNR (...)”</p> <p>- “A GNR, perde a paridade, por não dispor do mesmo tipo de meios marítimos e aéreos, não podendo aplicar os princípios de empenhamento que tem a GC (...)”</p> <p>- “(...) implementação de medidas de recolha e análise de informação (...)”</p>
E4	<p>- “(...) menor restrição orçamental, uma maior afetação de rubricas para a inovação e para estas ferramentas de partilha de informação (...)”</p> <p>- “(...) a descentralização no acesso à informação produzida pelos centros regionais da GC, de modo a conseguir uma informação menos refinada (...)”</p> <p>- “(...) temos vindo a identificar os problemas, temos vindo a descobrir as soluções, temos reajustando todas as formas de trabalhar com estas partes das ferramentas (...)”</p>
E5	<p>- “(...) a reparação da LVI. A autorização para as operações ou exercícios fronteiriços ser delegada na Unidade de Controlo Costeiro (...)”</p> <p>- “Incrementar o número de Operações Conjuntas, ou mesmo prever a criação de patrulhamentos mistos regulares em águas de ambos os países”</p> <p>- “(...) maior prioridade à integração do SIVICC com o SIVE”</p>
E6	<p>- “(...) os bons resultados que têm vindo a ser obtidos, não deverá concluir-se que a cooperação tenha de ser maximizada (...)”</p> <p>- “(...) necessidade da existência de militares e meios adequados às missões dos SDCos, na medida em que de pouco servirá ter boas trocas de informações e conhecimento atempado das movimentações de embarcações suspeitas se não existir capacidade de resposta (...)”</p> <p>- “(...) ao nível do escalão mais baixo, julgo que aumentar o número de Operações conjuntas seria de todo benéfico (...)”</p> <p>- “(...) no fluxo de informações (...) deve haver a sensibilidade, à semelhança do que tem acontecido, para que se perceba que quantos mais canais existirem, mais demorada e complexa se torna a reação no terreno”</p>

Apêndice G

Análise de resultados das entrevistas aos oficiais da *Guardia Civil*

Os quadros seguintes reúnem as respostas dos entrevistados da *Guardia Civil* referentes ao Módulo B. O quadro n.º 22 apresenta as respostas de cada entrevistado à questão B1: “¿Cuál es el método de cooperación policial existente entre la GNR y GC?”

Quadro n.º 22 – Análise de resultados da questão B1

Entrevistas	Respostas
E7	- “(...)patrullas en las zonas fronterizas de nuestros países (...)” - “(...)reuniones sobre temas de cooperación (...) operaciones conjuntas con el fin de prevenir la delincuencia”
E8	- “La cooperación entre GC y GNR es a todos los niveles, participación en grupos de trabajo comunes (EUROSUR, FRONTEX, etc).” - “Coordinación operativa a nivel local-regional,etc”
“E9	-“(...) con las operaciones conjuntas entre las dos fuerzas de seguridad en la zona de Huelva y Pontevedra (...)” -“(...) nosotros, en Portugal, estamos involucrados en muchos proyectos de desarrollo de la vigilancia, en particular la Closeye que mejora los sistemas de vigilancia de las fronteras marítimas, que también estamos involucrados en Perseus (...)” -“(...) también estamos en un proyecto financiado por la comisión europea para el intercambio de imágenes entre los SIVE, españoles y SIVICC, portugueses (...)”
E10	- “El método de cooperación es un modelo cooperación europea buena, y el centro de cooperación trabaja muy bien, a todos los niveles (...)” - “(...) comandos territoriales y comandancias, a nivel de jefaturas de información, fiscal (...)” en el ámbito de Centro de Cooperación Policiales Aduanera (CCPA), - “(...)en las acciones conjuntas transfronterizas y en el ámbito marítimo”
E11	“Los métodos de cooperación entre ambos Cuerpos están basados en dos aspectos principales. Por un lado el intercambio de información (...)” - “(...) Tuy y por otro, mediante la realización de servicios periódicos conjuntos”
E12	- “(...) Servicio Marítimo Provincial de Huelva son las Patrullas Mixtas (...)” - “(...) por el intercambio de información (...)” - “(...) mediante reuniones en las sedes de las respectivas unidades”

O quadro n.º 23 expõe as respostas de cada entrevistado à questão B2: “¿Cuáles son las principales ventajas de la cooperación policial existente entre la GNR y GC?”

Quadro n.º 23 – Análise de resultados da questão B2

Entrevistas	Resposta
E7	- “(...) el intercambio de información que es esencial para las actividades operacionales de las fuerzas de seguridad (...)” - “(...)el intercambio de conocimientos entre los miembros de ambas fuerzas (...)trabajo conjunto realizado por patrullas, lo que nos permite formar un conjunto de equipos mixtos con el fin de intercambiar nuestras prácticas operacionales”
E8	- “Entre otras, intercambio de información, mejores prácticas., intercambio de experiencias, lucha contra riesgos y amenazas comunes”
E9	- “El intercambio de información, es esencial que los países con fronteras comunes (...)” - “(...) permiten que las fuerzas pueden actuar en los dos lados de las fronteras, lo cual es pertinente para realizar el seguimiento de todos los movimientos de los buques dejando un lado a otro de la frontera (...)”
E10	- “(...) una mayor eficacia en el combate de la criminalidad, y por lo tanto mayor seguridad (...)”
E11	- “(...) posibilidad de disponer de una mayor información relativa a la problemática común que afecta a aspectos penales y administrativos” - “(...) capacidad para dar respuesta conjunta a dicha problemática. - “Conocimiento de los medios, potencialidades y métodos de trabajo del otro cuerpo policial”
E12	- “Intercambio de información, apoyo operativo y operaciones conjuntas”

O quadro n.º 24 mostra as respostas de cada entrevistado à questão B3: “¿Cómo se articula la vigilancia de las fronteras marítimas comunes?”

Quadro n.º 24 – Análise de resultados da questão B3

Entrevistas	Resposta
E7	- “La vinculación de las patrullas en las zonas del mar común a ambos países se lleva a cabo (...) con el lanzamiento de las patrullas conjuntas de las fuerzas de seguridad para llevar a cabo operaciones conjuntas”
E8	- “Intercambio de información operativa constante, patrullas conjuntas y proyectos comunes como integración SIVE-SIVICC, SIRDEE-SIRTREP, Vigilancia por satélite, etc”
E9	- “(...) patrullas conjuntas de lanzamiento para prevenir y combatir la delincuencia que no conoce límites (...)” - “(...) través de un intercambio de información” - “(...) con la unión de SIVE con SIVICC el intercambio de imágenes entre los dos sistemas (...)”
E10	- “(...) los dispositivos operativos, las patrullas conjuntas” - “(...) vamos a interconectar los sistemas de vigilância (...)”
E11	- “(...) con medios propios del Servicio Marítimo (...) y de la Unidades de Controllo Costeiro de la GNR (...) y excepcionalmente por medio del establecimiento de servicios conjuntos a lo largo de la zona fronteriza del mar territorial - “(...) en la zona costera de la provincia de Pontevedra está en funcionamiento el SIVE”.
E12	- “En el marco de las patrullas EPN (European Patrols Network), se realizan controles encaminados al control de posible inmigración ilegal (...)”

O quadro n.º 25 expõe as respostas de cada entrevistado à questão B4: “¿Cómo es el intercambio de información entre la GNR y GC?”

Quadro n.º 25 – Análise de resultados da questão B4

Entrevistas	Resposta
E7	- “(...) es esencialmente realizado por CCPA en la zona fronteriza, y también a través de las reuniones que se llevan a cabo entre las dos fuerzas de seguridad”
E8	- “A nivel local, regional y nacional. Con reuniones periódicas constantes”
E9	- “Por comandancias limítrofes las reuniones regulares (...)” - “(...) también es un intercambio directo de llamadas telefónicas entre los Comandantes de locais (...)”
E10	- “(...) se busca el intercambio de información al máximo. No solo de SIVICC y SIVE, que son cámaras y trazas en tiempo real, sino que queremos más información como por ejemplo la localización de las patrullas (...)”
E11	- “(...) información fluye directamente entre el Comandante de la Unidad de Control Costero y el Jefe del Servicio Marítimo Provincial de Pontevedra, mediante teléfono o intercambio de correos electrónicos” - “Excepcionalmente, el intercambio de información escrita se transmite a través del CCPA de Tuy” - “(...) realización de operaciones conjuntas, la información se transmite, por vía telefónica, por medio de un equipo SIRDEE portátil, cuando se produce intercambio de tripulación, o por medio del VHF marino”
E12	- “A través del Centro de Cooperación Policial y Aduanera por conducto de la Comandancia de la Guardia Civil”

O quadro n.º 26 apresenta as respostas de cada entrevistado à questão B5: “¿Cómo de importante es esta información para el desarrollo de la actividad operacional?”

Quadro n.º 26 – Análise de resultados da questão B5

Entrevistas	Resposta
E7	- “(...) es fundamental a la actividad profesional, por lo que permite explorar la información y canalizar nuestros esfuerzos para llevar a cabo una vigilancia más asertiva y, por consiguiente, un control eficaz de la frontera común”
E8	- “El intercambio de información es fundamental para el conocimiento de los riesgos comunes (...) intercambio de experiencias, etc”
E9	- “(...) la información es un factor crítico para evitar luchar contra la delincuencia (...)”
E10	- “Con esta integración, lo que se busca conjuntamente con el GNR (...) visionar las posiciones de las patrullas, y esto significa que para la coordinación es fundamental” - “(...) la posición en tiempo real de los dispositivos desplegadas (...) permitir localizar la posición de las patrullas de GNR haciendo un trabajo conjunto”
E11	- “(...) permitan un mejor conocimiento y mayor nivel de confianza, para transmitir y recibir la información siempre que resulte aconsejable” - “(...) capacidad para dar respuesta conjunta a dicha problemática”
E12	- “(...) la globalización de la delincuencia, la posibilidad de contar con instrumentos de colaboración y cooperación entre ambos cuerpos se hace más necesario”

Os quadros seguintes apresentam as respostas dos entrevistados ao Módulo C. O quadro n.º 27 exhibe as respostas de cada entrevistado à questão C1: **“¿Cuáles son las dificultades existentes en la cooperación policial entre los miembros de GNR y GC?”**

Quadro n.º 27 – Análise de resultados da questão C1

Entrevistas	Resposta
E7	- “(...) no hay dificultad en nuestra cooperación policial. A lo largo de los últimos 14 años ha sido muy buena, y la prueba de ello es el aumento de las acciones conjuntas (...)”
E8	- “Limitaciones económicas. Es necesario mayor implicación de organismos europeos que financien nuestros proyectos (Frontex, Comisión Europea, etc).”
E9	- “Nuestra cooperación es muy buena, yo creo que no hay dificultades”
E10	- “(...) nuestra cooperación es muy buena, yo creo que no hay dificultades (...)”
E11	- “(...) las adversas condiciones meteorológicas que habitualmente existen en la franja fronteriza del mar territorial, con bastante frecuencia es necesario suspender las operaciones programadas, resultando complicado reprogramar dichas operaciones, al tener que ser autorizadas nuevamente por la superioridad”
E12	- “A fecha actual no se poseen medios de transmisiones compatibles. (...) comunicaciones entre ambas patrulleras se utiliza el VHF marino, (...) problemática de que la comunicación se realiza en abierto con los perjuicios que acarrea en cuanto al secreto de las comunicaciones”

O quadro n.º 28 explana as respostas de cada entrevistado à questão C2: **“¿Qué medidas se deberían implementar para suprimir las dificultades en (el) ámbito de la cooperación policial?”**

Quadro n.º 28 – Análise de resultados da questão C2

Entrevistas	Resposta
E7	- “Si se llevasen a cabo más reuniones, podríamos intercambiar más información y aumentar la cooperación policial”
E8	- “Mayor presupuesto comunitário”
E9	- “ (...) continuar lograr con esta cooperación (...)”
E10	- “(...) continuar lograr con esta cooperación (...)”
E11	- “Sería conveniente que existiera una mayor agilidad, por parte de los órganos superiores para autorizar la modificación de fechas programadas”
E12	- “Diferenciar entre el intercambio de información donde se enmarca el CCPA y sus cometidos, y el transcurso de un cometido del servicio donde la disponibilidad inmediata de la información asegura el éxito de la operación”

Os quadros seguintes expõem as respostas dos entrevistados ao Módulo D. O quadro n.º 29 apresenta as respostas de cada entrevistado à questão D1: **“¿De qué herramientas dispone la GNR y la GC para facilitar la cooperación policial?”**

Quadro n.º 29 – Análise de resultados da questão D1

Entrevistas	Resposta
E7	- “(...) un acuerdo entre Portugal y España sobre la cooperación policial y aduanera” - “Los CCPA, que son centros de facilitadores de la cooperación policial (...)”
E8	- “(...) EUROSUR y FRONTEX a nivel europeo. Y la colaboración operativa bilateral a nivel local, regional y nacional”
E9	- “Una buena herramienta para tener una cooperación facilitar son los CPPA largo de nuestras fronteras (...)”
E10	- “(...) existencia de un oficial de enlace (...)”
E11	- “No existe ningún tipo de herramientas especialmente establecido al objeto de facilitar o mejorar la cooperación (...)” - “(...) las herramientas utilizadas para el desarrollo de los cometidos propios”
E12	- “El Acuerdo entre España y Portugal sobre cooperación transfronteriza en materia policial y aduanera publicado en el B.O.E. nº 67 de 18-03-2008”

O quadro n.º 30 exhibe as respostas de cada entrevistado à questão D2: **“¿Qué medidas podrían llevarse a cabo para lograr una mayor cooperación policial?”**

Quadro n.º 30 – Análise de resultados da questão D2

Entrevistas	Resposta
E7	- “(...) desarrollar acciones conjuntas de formación, a fin de vincular mejor el funcionamiento de las fuerzas conjuntas (...) promover el intercambio de conocimientos operacionales que sin duda facilitará la actividad policial”
E8	- “Seguir con la cooperación actual”
E9	- “Tenemos una buena cooperación policial, somos un modelo a seguir y tenemos que seguir así”
E10	- “No hemos hecho ningún intercambio de formación de cursos que hagamos en España y en Portugal, cosa que deberíamos de mejorar”
E11	- “(...) mayor y más profundo intercambio de información. Modificar la normativa relativa al Tratado de Límites para poder patrullar, ambos Cuerpos (...) Oficializar la figura de los Oficiales de Enlace y reforzar los contactos bilaterales. Llevar a cabo intercambios de personal operativo durante determinados periodos de tiempo así como intercambio de personal en la realización de cursos y seminarios. Dotar a las patrulleras de la GNR de un equipo SIRDEE, (...) Adaptar la normativa en vigor para posibilitar las persecuciones en caliente por vía marítima, en las mismas condiciones que en tierra”
E12	- “Actividades formativas comunes entre ambos cuerpos. Al objeto de establecer procedimientos de intervención análogos. Operaciones conjuntas. (...) comunicación directa entre las patrulleras y el personal de los dos cuerpos”

Os quadros seguintes apresentam as respostas dos entrevistados ao Módulo E. O quadro n.º 31 expõe as respostas de cada entrevistado à questão E1 “¿Cuáles son los métodos de cooperación policial entre GNR y GC para el desarrollo de proyectos tecnológicos para la vigilancia de las fronteras marítimas exteriores de la Unión Europea?”

Quadro n.º 31 – Análise de resultados da questão E1

Entrevistas	Resposta
E7	- “(...) el Servicio Marítimo participa en una serie de proyectos encaminados a la mejora de los sistemas de vigilancia costeros, más concretamente en los proyectos Perseus y Closeye en que pusieron a prueba nuestras innovaciones tecnológicas debido a la necesidad para una mejor vigilancia. Los requisitos técnicos de estas nuevas tecnologías”
E8	- “A GC y GNR trabajan de manera conjunta en varios proyectos europeos: EUROSUR; Integración SIRDEE-SIRTREP; Integración SIVE-SIVIC; Imágenes por satélite; Perseus; Closeye”
E9	- “Hay una serie de proyectos financiados por la Unión Europea, donde GNR y GC participan por tener un problema similar en el contexto de la acción (...)” - “Así que estamos en la CLOSEYE, Perseo, y la integración de proyectos SIVE SIVICC, para tener un sistema de vigilancia que es bueno para ambos países” - “También estamos en EUROSUR hacer un intercambio de información con el enlace de su NCC NCC en nuestro (...)”
E10	- “(...) colaborando con más proyectos como por ejemplo la Utilización de Capacidades de Observación Satélite para vigilancia marítima (...)” - “Otro proyecto es el SEAHORSE mediterraneo, que es una red de comunicación satélite que va a conectar todos los centros de coordinación de todos los países que tienen costa en el mediterraneo (...) definitiva, a través del satélite, establecer un ancho de banda de comunicaciones buena, para ver la información de todos. Hay otro que es el SEAHORSE atlántico que esta en la Policía y no es el GNR, pero con el SEAHORSE mediterraneo, se va a permitir al GNR acceder al SEAHORSE atlántico”. - “En fin, colaboramos también en cursos en el ámbito técnico”
E11	- “No se dispone de datos concretos en este sentido”
E12	- “No se dispone de datos concretos en este sentido”

O quadro n.º 32 mostra as respostas de cada entrevistado à questão E2: “¿Cómo puede ayudar el empleo de herramientas tecnológicas en la vigilancia de las fronteras marítimas?”

Quadro n.º 32 – Análise de resultados da questão E2

Entrevistas	Resposta
E7	- “El establecer las reuniones con una mayor frecuencia (...) permiten un intercambio de información para lanzar las necesidades operacionales para la actividad de vigilancia (...)”
E8	- “Mejora la participación tanto de GC como de GNR y por lo tanto mejora los resultados operativos de ambos”

E9	- “Continúe su cooperación en proyectos europeos para desarrollar estas tecnologías (...)”
E10	- “(...) siguiendo con los proyectos en curso (...)”
E11	- “No se dispone de datos concretos en este sentido”
E12	- “No se dispone de datos concretos en este sentido”

Os quadros seguintes expõem as respostas dos entrevistados ao Módulo F. O quadro n.º 33 patenteia as respostas de cada entrevistado à questão F1: **“¿Se puede mejorar la capacidad actual de vigilancia de la GNR y la GC mediante el desarrollo tecnológico de sistemas de vigilancia costera?”**

Quadro n.º 33 – Análise de resultados da questão F1

Entrevistas	Resposta
E7	- “Estas nuevas herramientas aumenta la eficacia de nuestros sistemas de vigilancia costera, debido a que actúan como complemento (...)”
E8	- “La tecnología siempre mejorará el conocimiento de la situación por lo que siempre mejorará la eficacia de la vigilancia de las fronteras”
E9	- “ (...) con estos proyectos, tratamos de mejorar la capacidad actual de seguimiento tanto de los GNR y GC (...) o hacer más eficiente las herramientas que ya tenemos (...)” - “(...) el pasado, la vigilancia de las patrullas se llevó a cabo en la línea de la costa, que por supuesto se detecta la amenaza más tarde (...)” - “Permite integrar los sistemas de vigilancia costera, con los más avanzados sistemas de vigilancia marítima, con el fin de centralizar toda la información en un centro de comando y control, para que la información se proporciona en tiempo real a los lugares en que toma decisiones (...)”
E10	- “En aguas fuera del alcance de estos sistemas, tienes que avanzar tu vigilancia en patrullas, no hablo de la interceptación, sino en vigilancia de medios móviles en aguas territoriales. Todo lo que sea encontrar tecnología que nos permita vigilar esa zona, al final implica un mejor aprovechamiento de los recursos, porque tu puedes tener los medios más concentrados y dedicarte más a la interceptación (...) es un equilibrio, que se esta buscando algun tipo de solución tecnológica con el proyecto CLOSEYE. El tema de los satélites, nos puede ayudar a complementar esa vigilancia más extensa”.
E11	- “(...) medios tecnológicos de que se dispone, constituyen un complemento esencial para la vigilancia de las fronteras y su desarrollo en el futuro contribuirán en mayor medida a complementar el trabajo de los medios humanos”
E12	- “Se desconoce”

O quadro n.º 34 expõe as respostas de cada entrevistado à questão F2: **“¿Qué influencia tienen estos proyectos en la vigilancia por parte de la GNR y la GC de las fronteras exteriores marítimas?”**

Quadro n.º 34 – Análise de resultados da questão F2

Entrevistas	Resposta
E7	- “Estos sistemas permiten un mayor rendimiento de nuestras fuerzas, dado que pueden detectar las amenazas con mayor prontitud (...)”
E8	- “Es fundamental para conocer el estado de situación de nuestras fronteras comunes y ayuda a poder detectar, identificar, seguir y, en su caso interceptar o socorrer a los riesgos y amenazas que se dirijan a nuestras fronteras de una manera más eficaz”
E9	- “(...) con el desarrollo tecnológico del que puede detectar amenaza a una distancia mayor y, por lo tanto, anticipamos nuestra respuesta y que está en funcionamiento es muy positivo”
E10	- “Ayuda a detectar con mayor prontitud las amenazas y de alguna manera interceptar con mayor eficacia. Permite coordinar tus medios” - “(...) por su puesto, la coordinación directa de las patrullas tambien se pueden hacer. Por ello se está trabajando para crear nuevos procedimientos y creo que lograremos que se utilice”
E11	- “Se desconoce”
E12	- “Se desconoce”

Os quadros seguintes exibem as respostas dos entrevistados ao Módulo G. O quadro n.º 35 apresenta as respostas de cada entrevistado à questão G1 **“La vigilancia de las fronteras marítimas exteriores de Portugal y España mediante el empleo de los sistemas SIVICC y SIVE está garantizada. ¿Hay alguna limitación que impida la vinculación efectiva entre los dos sistemas?”**

Quadro n.º 35 – Análise de resultados da questão G1

Entrevistas	Resposta
E7	- “En la parte de la GC no hay razón para no conectar los dos sistemas. En un futuro cercano, el proyecto de conexión de los dos sistemas de vigilancia se llevará a cabo sin ningún tipo de problema”
E8	- “La única limitación es técnica y por eso GC y GNR están estudiando como se puede solucionar”
E9	- “El único problema que existe es que lanzar físicamente, porque técnicamente es posible e incluso realizar la conexión Nos hemos formalizado nuestro acuerdo de consorcio entre Portugal y España, de manera que todos se formaliza normativo”
E10	- “limitaciones técnicas”
E11	- “Se desconoce”
E12	- “Se desconoce”

O quadro n.º 36 exhibe as respostas de cada entrevistado à questão G2: **“¿Qué medidas pueden adoptarse para facilitar la unión de estos dos sistemas?”**

Quadro n.º 36 – Análise de resultados da questão G2

Entrevistas	Resposta
E7	- “(...) la actualidad con la celebración de acuerdos de interconexión de los dos sistemas”
E8	- “Al ser una pregunta técnica debería contestar el Servicio de Telecomunicaciones, que es el que está trabajando en ello”
E9	- “(...) ya han sido tomadas, creo que en enero ya tenemos sistemas que están conectados (...)”
E10	- “(...) se están tomando, no tarda para la conexión (...)”
E11	- “Se desconoce”
E12	- “Se desconoce”

Os quadros seguintes apresentam as respostas dos entrevistados ao Módulo H. O quadro n.º 37 expõe as respostas de cada entrevistado à questão H1: **“¿Cuáles son las ventajas que se obtienen de la conexión efectiva entre estos dos sistemas de vigilancia?”**

Quadro n.º 37 – Análise de resultados da questão H1

Entrevistas	Resposta
E7	- “(...) proporciona un mayor control de las áreas de frontera común (...)” - “(...) permite un solapamiento de las imágenes de ambos lados de la frontera, lo que lleva a visualizar los barcos que salen de nuestras aguas y entrar en las vuestras (...)”
E8	- “(...) ampliar la vigilancia al poder tener acceso a la primera estación del país vecino”
E9	- “(...) acceso a la SIVE ve en nosotros lo que el SIVICC ver con el fin de continuar para ver un barco que sale de nuestra frontera y entre en su, sin perder este barco (...)” - “(...) le permitirá una coordinación notable en la vigilancia de nuestras fronteras comunes para aumentar la eficacia operativa (...)”
E10	- “No solo se van a intercambiar las trazas en tiempo real a nivel táctico, sino que una estación de SIVE, será como una estación de SIVICC” - “Si hay un blanco, que de detecta por a través del sistema SIVE, y este blanco incluso el operador lo identifica, si pasa al sistema SIVICC, esta información les va a llegar a GNR a tiempo real (...) si estamos identificando una traza, ustedes van a poder verlo también”.
E11	- “(...) una herramienta muy valiosa para la detección y alerta, que posteriormente será utilizada por las fuerzas marítimas o terrestres en la lucha contra los ilícitos penales (...)”
E12	- “Se desconoce”

O quadro n.º 38 apresenta as respostas de cada entrevistado à questão H2: **“¿Qué limitaciones puede tener la conexión de estos dos sistemas de vigilancia para la vigilancia de las fronteras exteriores marítimas?”**

Quadro n.º 38 – Análise de resultados da questão H2

Entrevistas	Resposta
E7	- “Yo no soy la mejor persona para contestar a esta pregunta, la SIVE es una herramienta de Jefatura Fiscal y Fronteras (...)”
E8	- “Esto se debe solapar con la cooperación operativa directa y el intercambio de información constante para que se pueda reaccionar ante los flujos que se detecten”
E9	- “No hay limitaciones (...)”
E10	- “No hay, se va a tratar de integrar todo en un mismo sistema”
E11	- “Se desconoce”
E12	- “Se desconoce”

O quadro seguinte mostra as respostas dos entrevistados ao Módulo I. O quadro n.º 39 apresenta as respostas de cada entrevistado à questão I1: **“¿Por último le gustaría modificar algún aspecto en concreto para optimizar o mejorar esta cooperación policial?”**

Quadro n.º 39 – Análise de resultados da questão I1

Entrevistas	Resposta
E7	- “(...) por lo que han cobrado aún más esta buena colaboración entre el GNR y GC. Tenemos una muy buena cooperación policial que aprovecha al máximo el valor a nuestra actividad operativa” - “(...) se llevasen a cabo más reuniones, podríamos intercambiar más información y aumentar la cooperación policial (...)” - “(...) desarrollar acciones conjuntas de formación, a fin (...) promover el intercambio de conocimientos operacionales”
E8	- “Se debe seguir con la excelente cooperación actual” - “Mayor presupuesto comunitário”
E9	- “(...) cooperación entre GNR y la GC no tiene ningún problema. Prueba de ello es que en los últimos tiempos estamos juntos en todos los proyectos a desarrollar nuestra vigilancia”
E10	- “Yo creo que en general es buena, pero quizás sí, lo que es a nivel de jefatura de servicios técnicos acerca de intercambiar cursos, eso se podría mejorar claramente”
E11	- “(...) la modificación de la normativa para hacer posibles las persecuciones en caliente, en analogía con lo que sucede en tierra (...)” - “(...) la formación conjunta e intercambios de personal para la realización de operaciones” - “(...) dotar a las patrulleras de la GNR de un equipo SIRDEE (...)” - “(...) mayor agilidad, por parte de los órganos superiores para autorizar la modificación de fechas programadas (...)”
E12	- “Actividades formativas comunes entre ambos cuerpos” - “Operaciones conjuntas” - “Establecer comunicación directa entre las patrulleras y el personal de los dos cuerpos”

Apêndice H

Codificação das respostas das entrevistas

O quadro n.º 40 apresenta a codificação alfanumérica das respostas dadas pelos entrevistados às Questões B1, B2, B3, B4, B5.

Quadro n.º 40 – Codificação alfanumérica das respostas à Questão B1, B2, B3, B4, B5.

Questão B1	
Segmento B 1.1	Patrulhamentos e operações conjuntas
Segmento B 1.2	Realização de reuniões no âmbito da cooperação
Segmento B 1.3	Participação em grupos de trabalho comuns
Segmento B 1.4	Intercâmbio de informações
Segmento B 1.5	Intervenções não planeadas em operações conjuntas
Questão B2	
Segmento B 2.1	Intercâmbio de informações
Segmento B 2.2	Troca de experiências
Segmento B 2.3	Maior eficácia operacional nas zonas de fronteira comum
Questão B3	
Segmento B 3.1	Patrulhamentos e operações conjuntas
Segmento B 3.2	Troca de informações operacionais
Segmento B 3.3	Troca de imagens dos postos de observação em zona de fronteira a curto prazo
Segmento B 3.4	Patrulhamentos e operações conjuntas de forma pontual
Questão B4	
Segmento B 4.1	CCPA
Segmento B 4.2	Comandos locais em zona de fronteira comum
Segmento B 4.3	Relações interpessoais
Segmento B 4.4	Comunicações rádio
Segmento B 4.5	Oficial de ligação
Segmento B 4.6	Estruturas superiores da CG e da DGGC
Segmento B 4.7	CCCO
Segmento B 4.7	Agências europeias
Questão B5	
Segmento B 5.1	Maior eficiência no patrulhamento
Segmento B 5.2	Conhecimento das ameaças e riscos
Segmento B 5.3	Maior coordenação na vigilância
Segmento B 5.4	Melhoria na tomada de decisão
Segmento B 5.5	Pouca influência

O quadro n.º 41 ilustra a codificação alfanumérica das respostas dadas pelos entrevistados às Questões C1, C2.

Quadro n.º 41 – Codificação alfanumérica das respostas à Questão C1, C2.

Questão C1	
Segmento C 1.1	Económicas
Segmento C 1.2	Morosidade institucional para corroborar as operações conjuntas
Segmento C 1.3	Meios de comunicação na atividade operacional
Segmento C 1.4	Embarcações para realizar patrulhamentos e operações conjuntas
Segmento C 1.5	Plataforma permanente de comunicação em tempo real entre a GNR e a GC
Segmento C 1.6	Morosidade no acesso à informação
Segmento C 1.7	Não existem dificuldades
Questão C2	
Segmento C 2.1	Reuniões com uma maior frequência
Segmento C 2.2	Maior contribuição monetária comunitária para a cooperação
Segmento C 2.3	Agilização da marcação das operações conjuntas
Segmento C 2.4	Transferência da informação recolhida pelos CCPA aos SMGC
Segmento C 2.5	Reparação das embarcações
Segmento C 2.6	Celeridade a nível institucional para corroborar as operações conjuntas
Segmento C 2.7	Inexistência de medidas
Segmento C 2.8	Instituição de uma plataforma de comunicação permanente entre a GNR e GC
Segmento C 2.9	Implementação de medidas de recolha e análise de informação

O quadro n.º 42 apresenta a codificação alfanumérica das respostas dadas pelos entrevistados às Questões D1, D2.

Quadro n.º 42 – Codificação alfanumérica das respostas à Questão D1, D2.

Questão D1	
Segmento D 1.1	Acordos de cooperação transfronteiriça em matéria policial
Segmento D 1.2	CCPA
Segmento D 1.3	Plataformas para a vigilância das fronteiras marítimas a nível da UE
Segmento D 1.4	Inexistentes
Segmento D 1.5	Ligação do SIVICC com o SIVE a curto prazo
Segmento D 1.6	Oficiais de ligação
Segmento D 1.7	Relações interpessoais dos comandantes em zona de fronteira comum
Questão D2	
Segmento D 2.1	Intercâmbio de formação
Segmento D 2.2	Prosseguimento da boa cooperação existente
Segmento D 2.3	Incrementação de um aprofundado intercâmbio de informações
Segmento D 2.4	Alteração da legislativa do Tratado dos limites de patrulhamento
Segmento D 2.5	Reforço dos contactos bilaterais
Segmento D 2.6	Dotação das embarcações com meios de comunicações interoperáveis
Segmento D 2.7	Extensão do acordo em matéria de perseguições transfronteiriças à fronteira marítima
Segmento D 2.8	Aumento das operações conjuntas
Segmento D 2.9	Descentralização direta no acesso à informação do centro regional a Sul da GC

O quadro n.º 43 expõe a codificação alfanumérica das respostas dadas pelos entrevistados às Questões E1, E2.

Quadro n.º 43 – Codificação alfanumérica das respostas à Questão E1, E2.

Questão E1	
Segmento E 1.1	Participação conjunta em projetos europeus
Segmento E 1.2	Identificação, avaliação e validação das novas ferramentas tecnológicas
Segmento E 1.3	Troca de experiências operacionais na sua atividade na vigilância marítima
Questão E2	
Segmento E 2.1	Aumento do número de reuniões
Segmento E 2.2	Continuação da participação ativamente na cooperação policial
Segmento E 2.3	Participação da GNR com líder de um consórcio
Segmento E 2.4	Identificação dos obstáculos operacionais
Segmento E 2.5	Implementação dos projetos em estudo

O quadro n.º 44 exibe a codificação alfanumérica das respostas dadas pelos entrevistados às Questões F1, F2.

Quadro n.º 44 – Codificação alfanumérica das respostas à Questão F1, F2.

Questão F1	
Segmento F 1.1	Complementação e integração dos sistemas de vigilância
Segmento F 1.2	Desenvolvimento de tecnologia adequada às suas exigências operacionais
Segmento F 1.3	Rentabilização dos meios humanos
Questão F2	
Segmento F 2.1	Maior capacidade de resposta e análise pela deteção antecipada das ameaças
Segmento F 2.2	Atualização constante dos sistemas de vigilância
Segmento F 2.3	Coordenação mais eficaz e eficiente

O quadro n.º 45 ilustra a codificação alfanumérica das respostas dadas pelos entrevistados às Questões G1, G2.

Quadro n.º 45 – Codificação alfanumérica das respostas à Questão G1, G2.

Questão G1	
Segmento G 1.1	Inexistência de condicionalismos institucionais
Segmento G 1.2	Limitações técnicas
Segmento G 1.3	Início do projeto de ligação
Segmento G 1.4	Contingências políticas
Questão G2	
Segmento G 2.1	Estabelecimento de acordos
Segmento G 2.2	Desconhecimento
Segmento G 2.3	Fase de implementação das medidas

O quadro n.º 46 apresenta a codificação alfanumérica das respostas dadas pelos entrevistados às Questões H1, H2.

Quadro n.º 46 – Codificação alfanumérica das respostas à Questão H1, H2.

Questão H1	
Segmento H 1.1	Maior eficácia na vigilância das zonas de fronteira comum
Segmento H 1.2	Partilha de informação operacional, em tempo real, na zona de fronteira comum
Segmento H 1.3	Complementaridade dos PO em zona de fronteira comum
Segmento H 1.4	Maior conhecimento situacional das áreas adjacentes à zona de fronteira comum
Questão H2	
Segmento H 2.1	Inexistência de limitações
Segmento H 2.2	Desconhecimento
Segmento H 2.3	Procedimentos operacionais

O quadro n.º 47 apresenta a codificação alfanumérica das respostas dadas pelos entrevistados à Questão I1.

Quadro n.º 47 – Codificação alfanumérica da resposta à Questão I1.

Questão I1	
Segmento I 1.1	Manutenção da boa cooperação
Segmento I 1.2	Formação conjunta
Segmento I 1.3	Melhoria da capacidade de meios da GNR
Segmento I 1.4	Aumento do orçamento para a cooperação
Segmento I 1.5	Implementação de medidas de recolha e análise de informação
Segmento I 1.6	Descentralização direta no acesso à informação do centro regional a Sul da GC
Segmento I 1.7	Incrementação de um maior número de patrulhamentos e operações conjuntas
Segmento I 1.8	Existência de meios humanos
Segmento I 1.9	Fluxo de informação mais célere na atividade operacional
Segmento I 1.10	Aumento das reuniões conjuntas no âmbito da cooperação
Segmento I 1.11	Extensão do acordo em matéria de perseguições transfronteiriças à fronteira marítima
Segmento I 1.12	Dotação das embarcações com meios de comunicações interoperáveis
Segmento I 1.13	Celeridade a nível institucional para corroborar as operações conjuntas

Apêndice I

Grelha de Observação

A grelha seguinte, quadro n.º 48, correspondente ao instrumento de recolha de informação utilizado na observação direta do CCCO e do CECORVIGMAR.

Quadro n.º 48 – Grelha de Observação

Grelha de Observação	
Áreas	Tópicos a observar
Instalações	<ul style="list-style-type: none"> - Localização - Tipo de infraestrutura - Controlo de acessos - Estrutura interna
Meios tecnológicos	<ul style="list-style-type: none"> - Tecnologia existente - Condições dos materiais
Meios humanos	<ul style="list-style-type: none"> - Organização interna dos efetivos - Função do operador do sistema de vigilância - Coordenação interna entre operadores
Funcionamento do sistema	<ul style="list-style-type: none"> - Monitorização da costa - Articulação das várias componentes do sistema (marítima, terrestre e aérea) - Tipos de informação recolhida
Plataformas de comunicação	<ul style="list-style-type: none"> - Nível nacional - Nível internacional
Coordenação operacional	<ul style="list-style-type: none"> - Processo de comunicação operacional - Georreferenciação do efetivo
Expansibilidade do sistema	<ul style="list-style-type: none"> - Interoperabilidade com outros sistemas

Apêndice J

Apresentação quantitativa da frequência dos segmentos das categorias não tratadas no corpo do trabalho

As tabelas seguintes apresentam uma análise quantitativa dos segmentos das respostas de cada um dos entrevistados, não sendo esta informação explorada nem integrada no corpo do trabalho. A tabela n.º 12 expõe a análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas concedidas pelas individualidades entrevistadas na questão B4: “Como se processa a troca de informações entre a GNR e a GC?”

Tabela n.º 12 – Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão B4

Segmentos das respostas	Entrevistados												Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12		
Questão														
Segmento B 4.1				X		X	X				X		4	33%
Segmento B 4.2		X	X			X	X	X	X			X	7	58%
Segmento B 4.3	X		X	X	X				X		X		6	50%
Segmento B 4.4										X	X		2	17%
Segmento B 4.5	X	X											2	17%
Segmento B 4.6	X	X	X	X		X							5	42%
Segmento B 4.7		X	X										2	17%

A tabela n.º 13 exhibe as respostas à questão C2: “Quais as medidas a implementar para suprimir as dificuldades sentidas na cooperação policial?”

Tabela n.º 13 – Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão C2

Segmentos das respostas	Entrevistados												Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12		
Questão														
Segmento C 2.1							X						1	8%
Segmento C 2.2	X			X				X					3	25%
Segmento C 2.3											X		1	8%
Segmento C 2.4												X	1	8%
Segmento C 2.5					X								1	8%
Segmento C 2.6					X								1	8%
Segmento C 2.7									X	X			2	17%
Segmento C 2.8		X											1	8%
Segmento C 2.9			X			X							2	17%

A tabela n.º 14 apresenta as respostas à questão D2: “Que medidas se poderiam materializar para incrementar uma maior cooperação policial?”

Tabela n.º 14 – Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão D2

Segmentos das respostas	Entrevistados												Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12		
Questão														
Segmento D 2.1							X			X	X	X	4	33%
Segmento D 2.2		X	X					X	X				4	33%
Segmento D 2.3	X										X		2	17%
Segmento D 2.4											X		1	8%
Segmento D 2.5											X		1	8%
Segmento D 2.6											X	X	2	17%
Segmento D 2.7											X		1	8%
Segmento D 2.8					X	X						X	3	25%
Segmento D 2.9				X									1	8%

A questão E2: “De que forma pode melhorar o seu contributo para o desenvolvimento tecnológico das ferramentas de vigilância das fronteiras marítimas externas?” encontra-se sintetizada na tabela n.º 15.

Tabela n.º 15 – Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão E2

Segmentos das respostas	Entrevistados												Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12		
Questão														
Segmento E 2.1							X						1	10%
Segmento E 2.2		X						X	X	X			4	40%
Segmento E 2.3	X			X									2	20%
Segmento E 2.4			X		X								2	20%
Segmento E 2.5						X							1	10%

As tabelas que se seguem (n.ºs 16 e 17) reproduzem as questões do módulo G - “Fatores dificultam a ligação dos sistemas de vigilância” - a tabela n.º 16 retrata as respostas à questão G1: “A vigilância das fronteiras marítimas externas de Portugal e Espanha é assegurada pelo SIVICC e pelo SIVE. Existem condicionalismos que impossibilitem ligação efetiva entre os dois sistemas?”

Tabela n.º 16 – Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão G1

Segmentos das respostas	Entrevistados												Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12		
Questão														
Segmento G 1.1	X					X	X						3	30%
Segmento G 1.2	X	X	X	X	X			X		X			7	70%
Segmento G 1.3									X				1	10%
Segmento G 1.4			X		X								2	20%

Apresentação quantitativa da frequência dos segmentos das categorias não tratadas no corpo do trabalho

A questão G2: “Que medidas poderiam ser tomadas para facilitar a ligação dos dois sistemas?” é sintetizada na tabela n.º 17.

Tabela n.º 17 – Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão G2

Segmentos das respostas	Entrevistados												Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12		
Questão														
Segmento G 2.1	X	X	X	X			X						5	50%
Segmento G 2.2								X					1	10%
Segmento G 2.3			X	X	X	X			X	X			6	60%

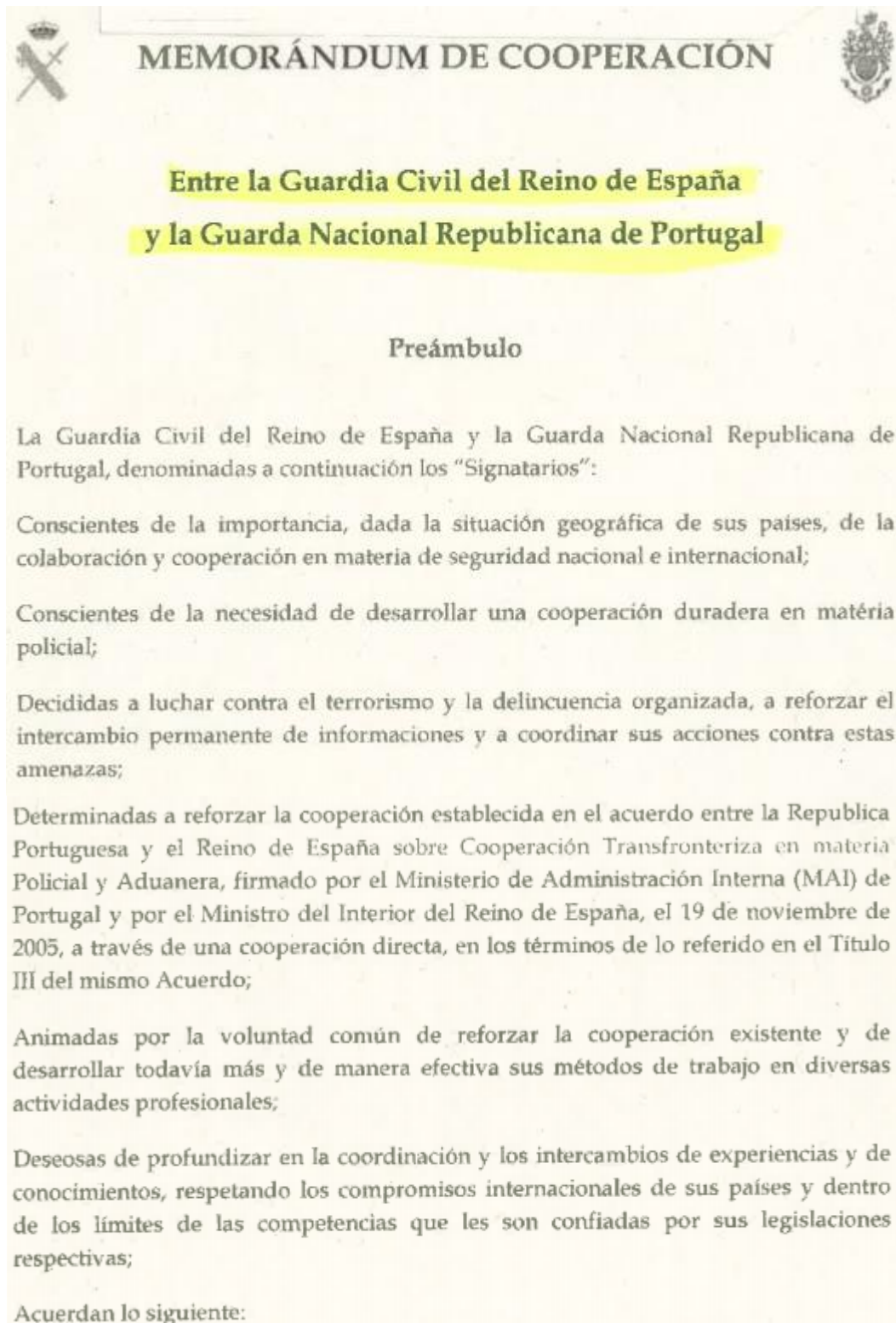
A questão H2: “Que limitação poderá haver na ligação dos dois sistemas de vigilância para a vigilância das fronteiras externas marítimas?” é apresentada na tabela n.º18.

Tabela n.º 18 – Análise quantitativa da frequência dos segmentos das respostas à Questão H2

Segmentos das respostas	Entrevistados												Frequência (n)	Percentagem (%)
	E1	E2	E3	E4	E5	E6	E7	E8	E9	E10	E11	E12		
Questão														
Segmento H 2.1	X	X	X	X		X		X	X	X			8	80%
Segmento H 2.2							X						1	10%
Segmento H 2.3					X								1	10%

Anexos

Anexo A
Partes do Memorando de cooperação entre a Guarda Nacional
Republicana e a *Guardia Civil*



Artículo 1: Objeto

El objeto de este Memorándum es establecer los ejes de la cooperación entre la Guarda Nacional Republicana de Portugal y la Guardia Civil del Reino de España.

Artículo 2: Ámbito de aplicación

Los ámbitos de aplicación de este Memorándum son, en especial, los siguientes:

- Intercambio de información.
- Actuaciones operativas.
- Formación.
- Gestión de personal y servicios.

Artículo 3: Cooperación directa

- 3.1. En el ámbito de aplicación del Acuerdo entre la República de Portugal y el Reino de España sobre Cooperación Transfronteriza en Materia Policial y Aduanera, y en los términos de su artículo 9º, los Signatarios desarrollarán una cooperación directa en las zonas fronterizas comunes entre ambos países.
- 3.2. Los Signatarios se comprometen, al respeto de las normas previstas en el Convenio de Aplicación del Acuerdo Schengen (CAAS), de 14 de junio de 1985, firmado en Schengen el 19 de junio de 1990, a fomentar la cooperación directa a través de modalidades que permitan la aplicación del Acuerdo entre la República de Portugal y el Reino de España sobre Cooperación Transfronteriza en Materia Policial y Aduanera, tales como:
 - Intercambio de agentes y funcionarios.
 - Constitución de patrullas mixtas terrestres, marítimas o aéreas.
 - Constitución de operaciones de controles móviles.
 - Investigaciones conjuntas.

(...)

Artículo 9: Intercambio de experiencias y formación

Además de las acciones formativas y de intercambio de experiencias recogidas en los artículos precedentes, cada una de los Signatarios se compromete a comunicar, antes de fin de cada año, la programación de cursos del año siguiente, al objeto de recabar la disposición para la asistencia de personal a aquellos que se estimen pertinentes.

Artículo 10: Otras cooperaciones

10.1 La Guardia Civil prestará su apoyo técnico y de personal a la Guarda Nacional Republicana ante la posible creación de una estructura similar a la Oficina de Información y Atención al Ciudadano.

10.2 Los Signatarios se comprometen a:

- a) Colaborar en el desarrollo de los Centros de Cooperación Policial y Aduanera (CCPA), conforme al Título segundo del Acuerdo entre la República Portuguesa y el Reino de España sobre cooperación transfronteriza en materia policial y aduanera;
- b) Promover una política de apoyo mutuo en materia de presentación de proyectos para la financiación comunitaria, privilegiándose el partenariado entre ambos;

Artículo 11: Reuniones periódicas

11.1 Anualmente, sin perjuicio del artículo 16 del Acuerdo entre la República de Portugal y el Reino de España sobre Cooperación Transfronteriza en Materia Policial y Aduanera, se celebrará una reunión de los Órganos Centrales en la que se revisará el cumplimiento de este Memorándum y se propondrán las actuaciones para el siguiente periodo.

11.2 Con independencia de lo anterior, por cada ámbito sectorial se celebrará al menos una reunión anual para tratar asuntos técnico-operativos de su ámbito de actuación.

11.3 Igualmente, se realizarán reuniones de carácter provincial y local con la periodicidad establecida por ambos Signatarios.

11.4 Al final de cada reunión se procederá a la elaboración de un acta.

Artículo 12: Disposiciones finales

12.1 El presente Memorándum de Cooperación, firmado por un periodo de dos años, será prorrogable de forma tácita por igual periodo y entrará en vigor en la fecha de su firma.

12.2 Puede ser modificado o denunciado por cada uno de los Signatarios mediante notificación escrita, la cual surtirá efecto seis (6) meses después de la fecha de su envío.

Firmado en Lisboa, a treinta y uno de marzo de 2009, en dos (02) ejemplares originales, en portugués y en español.

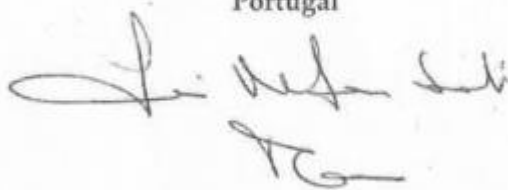
Por la Guardia Civil del Reino de España



El Director General de la Policía y de la Guardia Civil

Francisco Javier Velázquez López

Por la Guarda Nacional Republicana de Portugal



El Comandante General

**Luís Nelson Ferreira dos Santos
Tenente-General**

Anexo B

Documento oficial da *Guardia Civil* para a integração do SIVE - SIVICC

EXCHANGE OF THE NSP BETWEEN THE NCCs OF SPAIN AND PORTUGAL
(SIVE-SIVICC INTEGRATION)
KICK OFF MEETING
TECHNICAL CONSIDERATIONS



SIVE-SIVICC INTEGRATION

INDEX

1. OBJECT	1
2. INTRODUCTION	1
3. TECHNICAL WORKING GROUP	3
4. CALENDAR AND MILESTONES	3
5. EUROSUR INTEGRATION	4
5.1. Operational Concept	4
5.2. Technical solutions for Eurosur Integration at NCC level	4
5.2.1. Option A: Include operational data as "pre-event" layer in current Eurosur Platform	4
5.2.2. Option B: Include a new element (in Eurosur Nodes) to monitor these operational data	5

1. OBJECT

The object of this report is to present a summary of the some points to be taken in consideration by technical staff from Spain (Guardia Civil) and Portugal (GNR) for the integration of SIVE and SIVICC Systems aligned within EUROSUR.

2. INTRODUCTION

The aim of the project is to exchange between Portugal and Spain National Coordination Centres (NCCs) the part of the National Situational Picture (NSP) which covers neighboring external Ocean Atlantic sea border sections.

Two neighboring Member States, Spain and Portugal, will carry out the interconnection of the surveillance systems across the southern border shared by both countries: Algarve in Portugal and Huelva in Spain. This exchange of information shall take place in line with Article 9 of the EUROSUR Legislative Proposal and at different levels, complementing the exchange of high-level information in the EUROSUR network, and on the other hand, connecting the Local Coordination Centres to exchange across their external border sections the low-level information composing the Local Tactical Picture. The exchange of the Tactical Pictures should be made via secure communication established between both NCCs and should be based on Web Services or standard communication protocol.

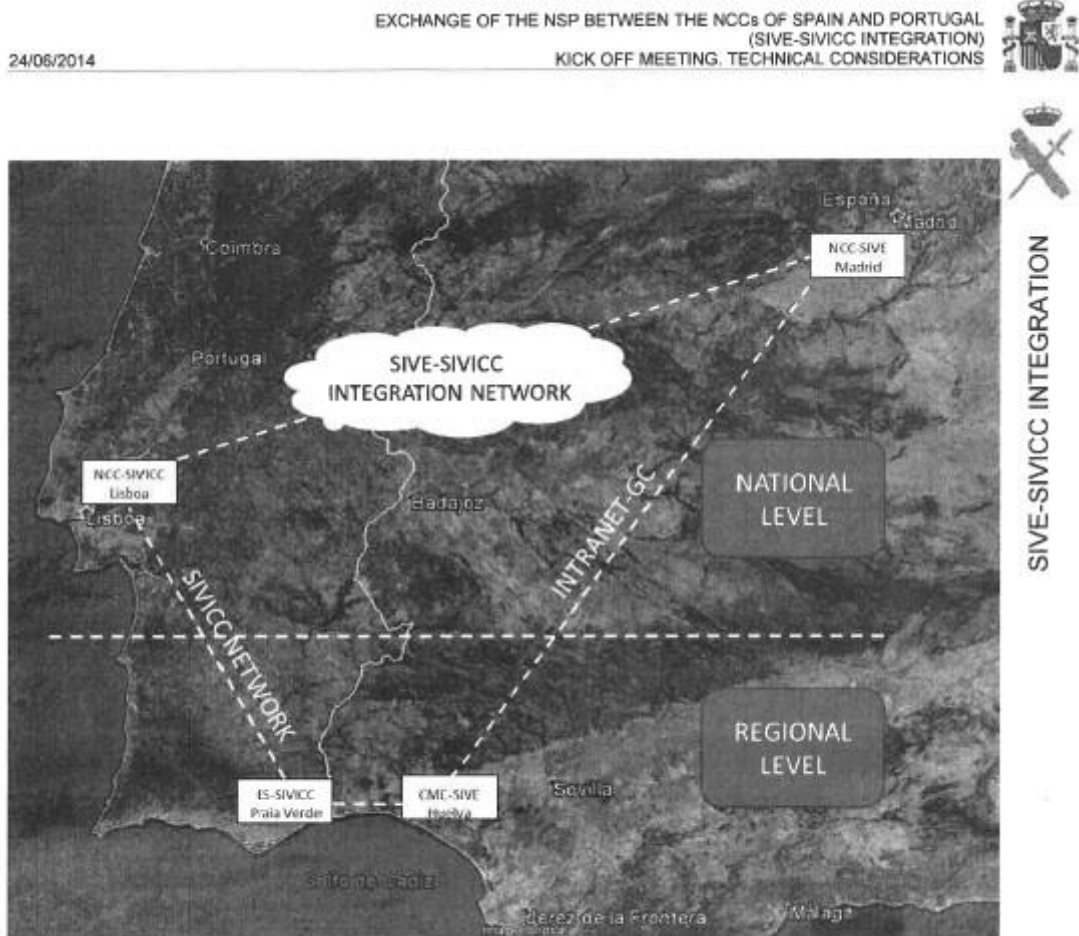


Figure 1: Architecture of the SIVE-SIVICC Integration Project

The project should enable the exchange of information from each border national surveillance system across standard European interfaces and via their respective National Coordination Centres situated in Madrid and Lisbon.

The major objectives within this overall goal are the following:

- Implementation of the ASTERIX interface in the local surveillance systems (SIVE) in Huelva and (SIVICC) in Algarve/Lisbon.
- Procurement and installation of video coders for the exchange of video images from the surveillance cameras of Spanish SIVE and Portuguese SIVICC through the NCCs.
- Procurement and installation of a gateway for radio communication between SISREP and SIRDEE
- Procurement and installation of a central platform for the exchange of information (NSP, Tactical Risk Analysis Report, AIS, Position of patrols. Radar tracks and Video/Images) and deployment of new layers in EUROSUR (Common CORE).

24/06/2014

EXCHANGE OF THE NSP BETWEEN THE NCCs OF SPAIN AND PORTUGAL
(SIVE-SIVICC INTEGRATION)
KICK OFF MEETING. TECHNICAL CONSIDERATIONS



SIVE-SIVICC INTEGRATION

3. TECHNICAL WORKING GROUP

It will be defined a Technical Working Group (TWG) which will be responsible for the user requirements definition, technical specification, procurement and deployment control.

Technical contact points for Spanish Guardia Civil are the next ones:

- Cmte. Conrado Ávila Alexandre (conradoa@guadiacivil.es)
- Alf. David Mejorada Calvo (dmejorada@guadiacivil.es)

Coordination between Spain and Portugal will be very important. And so, technical coordination meeting will be arranged according to the necessity and the next preliminary planning based on project calendar and milestones:

4. CALENDAR AND MILESTONES

	2014												2015											
	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D
	M1	M2	M3	M4	M5	M6	M7	M8	M9	M10	M11	M12	M13	M14	M15	M16	M17	M18	M19	M20	M21	M22	M23	M24
MILESTONE 0. Management and coordination																								
MILESTONE 1. Definition																								
MILESTONE 2. Procurement, deployment and integration																								
MILESTONE 3. Evaluation																								

MEETING	EXPECTED DATE	OBJECTIVE
Kick off Meeting (TWG)	3th april 2014	Technical specification discussion
1 st Technical Group Meeting	July 2014	Technical specification approval and launch procurement
2 nd Technical Group Meeting	December 2014	Deployment and integration monitoring
3 rd Technical Group Meeting	June 2015	Integration validation
4 th Technical Group Meeting	December 2015	Operational evaluation results discussion

24/06/2014

EXCHANGE OF THE NSP BETWEEN THE NCCs OF SPAIN AND PORTUGAL
(SIVE-SIVICC INTEGRATION)
KICK OFF MEETING. TECHNICAL CONSIDERATIONS



SIVE-SIVICC INTEGRATION

5. EUROSUR INTEGRATION

5.1. Operational Concept

The main aim, from the point of view of Eurosur Integration, is to take SIVE-SIVICC pilot integration project as a proof of concept to interchange operational data information between the two MS (just related to the neighboring border area Algarve-Huelva) as an interesting information but previously to be an "Event" ("pre-event" layer).

For example, an operational scenario that will explain this idea could be the next one:

A maritime suspected target monitored and identified by SIVICC (in Algarve area) is bordering coast line in order to reach Guadiana River (natural border) or just cross to Spanish waters. In that case it will be very useful (for both countries) the possibility to share (by properly permission management) operational data in real time (track, position, direction, etc) to be prepared to face a potential threat. Basically for the targets close to the border which are identified as suspected. Remind the importance of the task to identify rightly as a real threat (among a high number of potential targets) for the interception actions.

The operational data to exchange (as part of the National Situational Picture, NSP, of both countries but just in the border region), could include the next:

- Radar detections (real position, speed, direction, and even some information from systems users about suspected behavior).
- AIS collaborative data (standard: position, category, origin, destination, etc)
- AVL positions (state forces positions: vehicle, patrols, helicopters)

5.2. Technical solutions for Eurosur Integration at NCC level

5.2.1. Option A: Include operational data as "pre-event" layer in current Eurosur Platform

If the concept is accepted by Eurosur community, technical solution will consist of developing a new "pre-event" information layer (taking into consideration security aspects and permission management) to able these operational data monitoring by the current Eurosur Platform.

This option will include the following actions and elements:

- Definition of a data model for this information layer ("pre-event")
- Establishment of the necessary security mechanisms (permission profiles management)

24/06/2014

EXCHANGE OF THE NSP BETWEEN THE NCCs OF SPAIN AND PORTUGAL
(SIVE-SIVICC INTEGRATION)
KICK OFF MEETING. TECHNICAL CONSIDERATIONS



- Software integration in the current Eurosur platform
- Testing and validation activities

5.2.2. Option B: Include a new element (in Eurosur Nodes) to monitor these operational data

As alternative to the previous option, it is possible to implement a new element in the current Eurosur Nodes to make the particular functions to receive, store and process these operational data and represent them in other application (it can be in the same "Eurosur operational console")

The technical architecture in terms of local network (VLANs, firewall, security policy, etc) will be dependent of the specific Node, but basically this option will include the following actions and elements:

- Procurement and installation of a new hardware (server and/or PC)
- Hw integration in the Eurosur Node LAN
- Procurement and installation of the visualization software (GIS).
- Testing and validation activities



SIVE-SIVICC INTEGRATION

Anexo C

Organograma da Guarda Nacional Republicana

A figura n.º 5 ilustra a orgânica da Guarda Nacional Republicana, de acordo com a Lei n.º 63/2007.

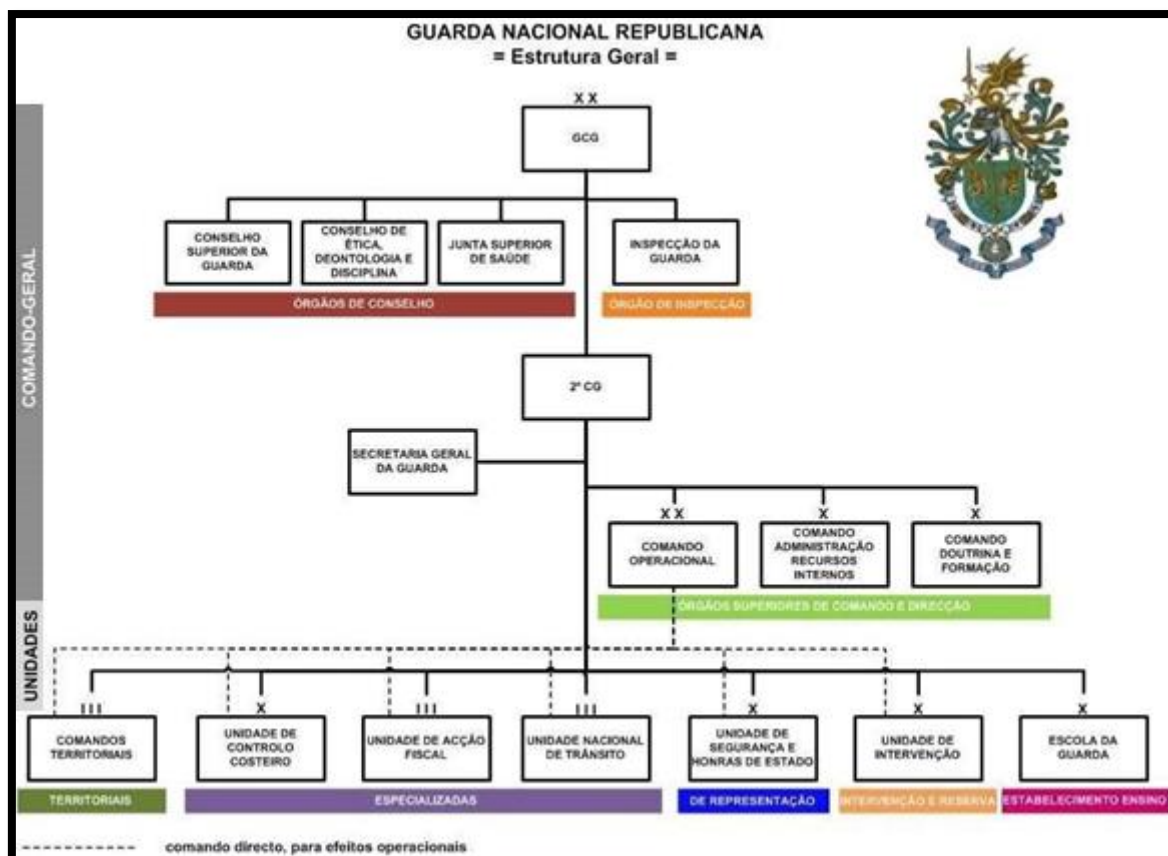


Figura n.º 5 – Organograma da Guarda Nacional Republicana

Fonte: <http://www.operacional.pt/a-nova-organica-da-gnr/>

Anexo D

Organograma da *Guardia Civil*

As figuras n.ºs 6 e 7 expõem a orgânica da *Guardia Civil* e, mais particularmente a *Jefatura Fiscal Y de Fronteras*, conforme consagrado na *Orden PRE/422/2013, de 15 de marzo*.

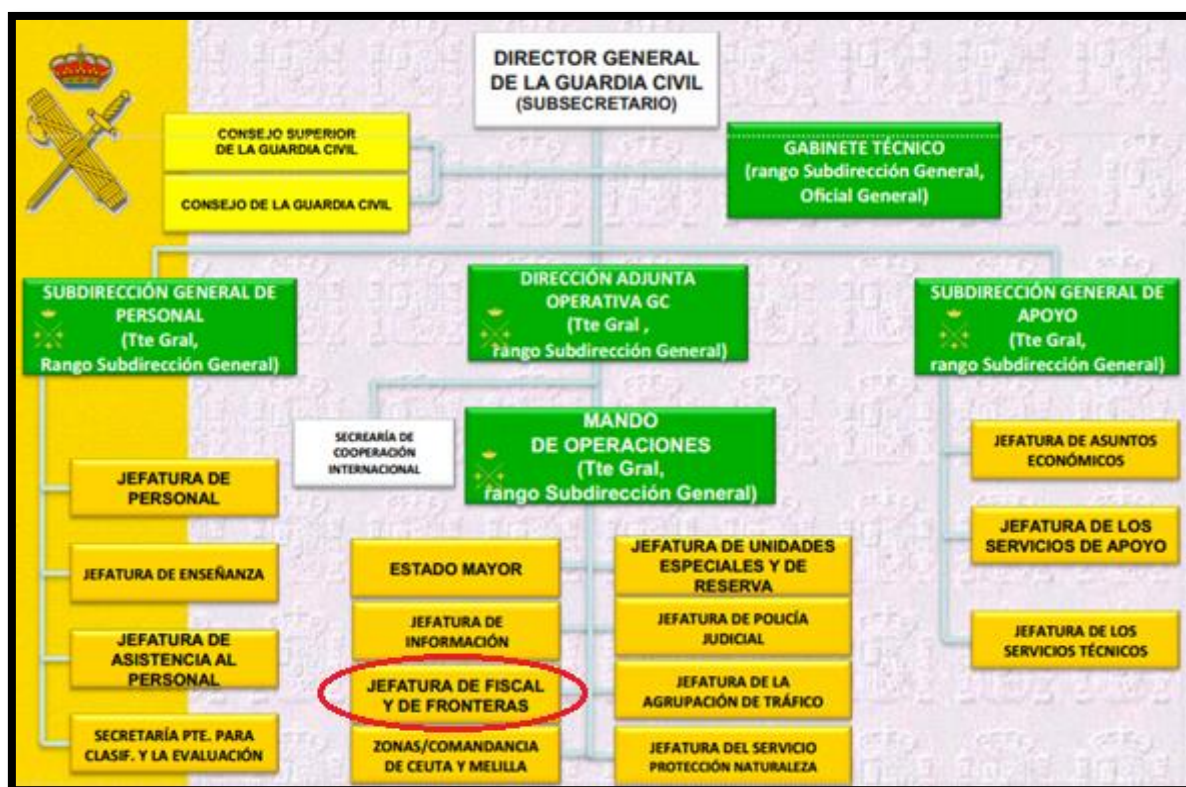


Figura n.º 6 – Organograma da Guardia Civil

Fonte: Academia de Oficiales de la Guardia Civil

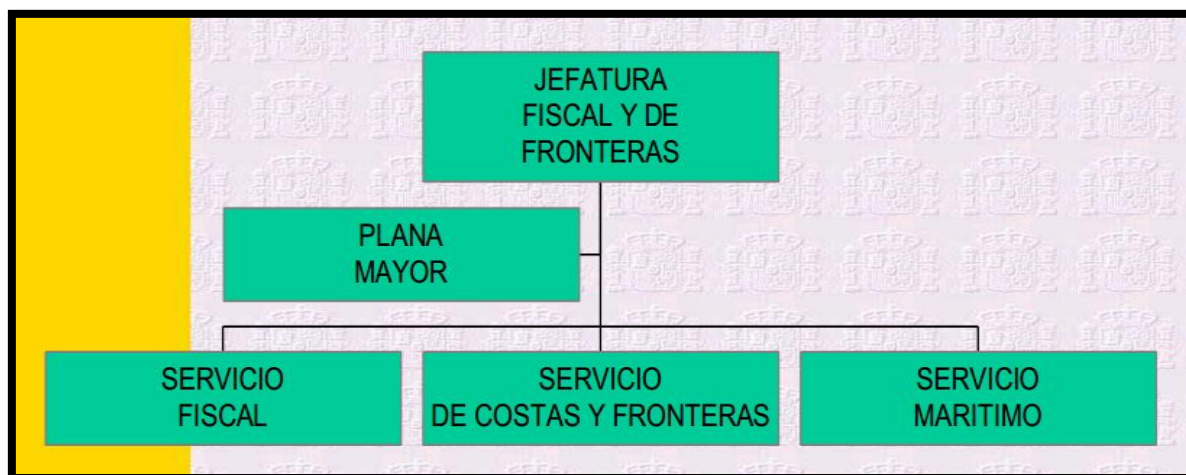


Figura n.º 7 – Organograma da Jefatura Fiscal Y de Fronteras

Fonte: Academia de Oficiales de la Guardia Civil

Anexo E
Localização das Subunidades marítimas da Guarda Nacional
Republicana e da *Guardia Civil* na zona de fronteira
comum entre Portugal e Espanha

A figura n.º 8 apresenta a localização das Subunidades marítimas da Guarda Nacional Republicana e da *Guardia Civil* na zona de fronteira comum entre Portugal e Espanha. A Sul, na fronteira comum, estão estabelecidos o SDCC de Vila Real de Santo António e o SMGC de Huelva. A Norte, na respetiva fronteira comum, encontram-se o SDCC de Caminha e o SMGC de Pontevedra.



Figura n.º 8 – Localização das Subunidades marítimas da Guarda Nacional Republicana e da Guardia Civil na zona de fronteira comum entre Portugal e Espanha

Fonte: <https://www.google.pt/maps>